



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 68

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 8 de julho de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 32 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se diretamente para a **Agenda da Reunião**.

1 - [Interpeção ao Governo Regional sobre "Grupo SATA - presente e futuro"](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Iniciado o debate pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Miguel Costa (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

No seguimento da última intervenção proferida pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

2 - Recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de Resolução n.º 76/X – Recomenda a realização de um referendo em Portugal a respeito da questão do regime (Monarquia ou República), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentada a justificação do recurso pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, proferiram intervenções os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Tendo dado entrada na Mesa um requerimento a solicitar a realização de votação nominal, o mesmo foi votado e aprovado por unanimidade.

O recurso apresentado pela Representação Parlamentar do PPM foi rejeitado com 50 votos contra e 4 votos a favor.

Após a votação, proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/X – “Tempos Máximos de Resposta Garantidos para Cirurgia no Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima, usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Luís Maurício (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

No final deste ponto da Agenda proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Domingos Cunha (*PS*) e Luís Maurício (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 32 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Ricardo Bettencourt Ramalho

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início de seguida à cerimónia de tomada de posse dos novos membros do XI Governo e de seguida faremos um breve intervalo de 15 minutos.

Eram 10 horas e 37 minutos.

(A transcrição da tomada de posse dos novos membros do Governo Regional encontra-se em Suplemento ao presente Diário)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então iniciar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 05 minutos.

Entramos no ponto 1 da Agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre o "Grupo SATA - presente e futuro"**, apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes conforme estipula o artigo 132.º do Regimento e estão assim distribuídos: o interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD de 24 minutos; o CDS de 13 minutos e o Bloco de Esquerda e o PPM de 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 8 de Abril promovemos uma interpelação ao Governo Regional sob o tema “Estratégia para o Grupo SATA no novo paradigma de transportes na Região”. Tendo sido, sob alguns aspetos, um debate esclarecedor ficaram, todavia, alguns aspetos por clarificar.

No entanto, esta interpelação não pretende ser uma espécie de prolongamento do debate que aqui mantivemos em Abril passado pois, estes 3 meses vieram dar-nos, infelizmente, razão. Assistimos, por um lado, ao aumento das irregularidades da operação da SATA Internacional. Por outro lado, foi nomeado um novo Presidente do Conselho de Administração e divulgado o Relatório de Contas de 2013 e, por último, a Administração do Grupo SATA chegou a um pré acordo com a Plataforma Sindical, facto com o qual não posso deixar de me congratular.

Segundo as notícias que vieram a público o Dr. Luís Parreirão, Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA, afirmou que e passo a citar: *“Foi possível construir ao longo da reunião uma solução consensual em linha com aquilo que já foi possível em anos anteriores e que tem, sobretudo, como objetivo, criar condições, a médio e longo prazo, para que tenhamos paz social, trabalhadores motivados e a atenção focada no essencial, o trabalho da companhia”*. Fim de citação. De onde posso inferir a primeira das questões que irei colocar ao Governo Regional:

Porquê só agora!?

Por quê só agora há o entendimento de que a paz social, trabalhadores motivados e a atenção focada no essencial, o trabalho da companhia, são importantes? E não me venham com a espúria resposta que isso se fica a dever ao novo Presidente do Conselho de Administração. As palavras foram do Dr. Luís Parreirão, mas esta mudança de atitude é uma clara inversão de orientação política e essa inversão, se de facto se vier a verificar e não passar apenas de uma pausa estratégica, é, como não poderia deixar de ser do Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Se há acordo é porque há acordo; se não há acordo é porque não há!

O Orador: No entanto, senhoras e senhores deputados, não posso deixar de estranhar que, assim, de um momento para o outro se tenha verificado esta inversão.

Vejamos, nas semanas que antecederam a “solução consensual”, em plena greve convocada pelo SINTAC, e após muitas tentativas de entendimento por parte deste sindicato, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não está satisfeito?

O Orador: ... a administração da SATA argumentou que não negociava algumas das questões levantadas, por ter chegado a entendimento, em 2013, com a plataforma sindical. Depois, apresenta uma “solução consensual” à qual o próprio SINTAC adere. De onde posso inferir que, uma vez mais a estratégia política empurrou, desnecessariamente a SATA e os seus trabalhadores e os seus clientes para passarem por várias situações de irregularidades provocadas pelas greves.

Mas à “solução consensual” faltam-lhe instrumentos, desde logo, o Plano de Exploração, ou Plano de Negócios, como preferirem, e ainda este pormenor, que podendo parecer pequeno não é de somenos importância. As obrigações de serviço público serão alteradas permitindo, ao que tudo indica, a entrada de outros operadores no mercado Continente/Açores. Este facto terá como efeito a partilha de mercado e, por conseguinte, a quebra de receitas da SATA Internacional.

E as perguntas são, Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes: ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vamos lá responder!

O Orador: Trata-se de uma verdadeira inversão na estratégia política e comercial para a empresa ou de uma pausa estratégica!?

Diga-nos lá Senhor Secretário se isto corresponde ao “canto do cisne” da SATA Internacional ou, existe de facto a determinação política de olhar para SATA Internacional como um importante ativo estratégico que é necessário manter, valorizar e dotar dos meios necessários para que se afirme no mercado do transporte aéreo e canalize fluxos financeiros para o Grupo SATA e consequentemente para a Região!?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Relatório de Contas, com todas as reservas que os revisores e auditores colocaram, mostra claramente que a responsabilidade pelos resultados negativos obtidos pelo Grupo SATA é do representante do acionista, ou seja, do Governo Regional.

Afinal não são os custos com o trabalho, afinal não é o acordo de empresa que é limitativo. Afinal é a deliberada redução da atividade da empresa. Afinal é a incapacidade de gestão dos recursos disponíveis, de onde resultam os resultados negativos, mas não só. São também os encargos com a dívida bancária, que decorre do incumprimento do Governo Regional para com aquela empresa pública.

Mais 2 questões, Senhor Secretário Regional:

Quando pensa o Governo Regional dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas, várias vezes reiterada, para que sejam transferidos, para a SATA, os 21,5 milhões de euros que resultaram da privatização de parte do capital social da EDA e que, como determina a Constituição, deveriam ser reinvestidos no Grupo SATA?

Quando pensa o Governo Regional efetuar o pagamento devido à SATA pelas obrigações de serviço público!? Ou seja, só de 2009 a 2012, mais de 20 milhões de euros. Ficam a faltar os valores de 2013 que incompreensivelmente ainda não são conhecidos.

Só aqui encontramos mais de 40 milhões de euros que o Governo Regional tem vindo a utilizar a custo zero, imputando ao Grupo SATA o ónus de ter de suportar os elevados encargos pelos empréstimos bancários a que tem de recorrer por falta de pagamento do Governo Regional. **O Grupo SATA, senhoras e senhores deputados, não é uma entidade bancária mas o Governo Regional utiliza-o para se financiar.**

E o valor que aqui refiro de mais de 41 milhões de euros está calculado por defeito pois, na opinião de alguns economistas, ...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... e sem ter em conta os 21,5 milhões de euros da privatização da EDA, este valor varia entre os 40 milhões e os 70 milhões de euros.

Se esta situação estivesse regularizada certamente que a renovação da frota de longo curso talvez não constituísse um grande óbice para o futuro próximo da SATA Internacional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade! É verdade!

O Orador: O Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes afirmou de forma categórica, há 3 meses durante a interpelação de Abril, e cito: “ (...) *é evidente que a renovação da frota da SATA Internacional e o seu financiamento terão que ser feitos numa perspetiva de aluguer operacional que hoje existe e está claramente à disposição no mercado, com preços competitivos, dependendo naturalmente do tipo de aeronave que venha a ser escolhida no âmbito de servir aquilo que é o core da empresa. (...)* ”. Fim de citação.

Sabendo V. Exa. que os A-310, terão de ser substituídos ou equipados com um novo sistema de navegação para fazer a travessia do Atlântico, **a partir de 2015.**

Estão previstas para 2015 intervenções em pelo menos dois dos aviões a nível dos motores, que ultrapassam num caso os 2,5 milhões de dólares e no outro os 4 milhões de dólares (podemos chegar a estes números avaliando o tempo que estes motores estão instalados nas asas e sabendo dos preços que se praticam para intervenções estruturais em cada tipo de motor). A questão é que, estas intervenções sendo necessárias para manter os aviões a voar, os custos da não decisão sobre a sua substituição multiplicam-se e são muito difíceis de avaliar.

E a pergunta é: **continua V. Exa. a poder afirmar que assim vai ser!?** A minha dúvida é legítima ...

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado não foi à Comissão?

O Orador: ... e esta Câmara tem o direito de ser informada, é que para 2015 faltam apenas 5 meses e... digamos que já era altura de haver algumas decisões sobre este assunto que, como todos sabemos, é de crucial importância para o

futuro, desde logo da SATA Internacional, mas também de todo o Grupo SATA.

Fico a aguardar a resposta de V. Exa. a esta questão e deixo-lhe mais duas :

Para quando está prevista a revisão e entrada em vigor das revisões das novas obrigações de serviço público para as rotas interilhas?

E mais uma, que tem sido feita muitas vezes pelos açorianos:

O que impede o Governo Regional e o Grupo SATA de implementar, desde já, a tarifa proposta na revisão das obrigações de serviço público (134 euros mais taxas)? Porque é que não aplica já e a partir de amanhã este tarifário? Porquê Senhor Secretário?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os últimos meses demonstraram que os problemas que o Grupo SATA enfrenta, designadamente, a SATA Internacional, lhe são externos. E não são razões nem de conjuntura, nem de mercados, aliás o mercado do transporte aéreo registou, a contra ciclo, uma aumento de mais de 5%.

Os problemas que a SATA enfrenta, senhoras e senhores deputados, resultam de uma visão redutora e dogmática que assola uma parte dos dirigentes do Partido Socialista nos Açores e do seu governo, visão redutora e dogmática de onde resulta uma estratégia que é, em síntese, a procura incessante de demonstrar que o problema da SATA são os elevados custos do trabalho.

E insistiram e, quiçá continuarão a insistir, nesta malfadada estratégia mesmo tendo conhecimento, por estudos encomendados pelo próprio Grupo SATA, que o custo por trabalhador da SATA (considerando as duas transportadoras) é inferior ao custo por trabalhador da TAP, mas é inferior, pame-se, ao de companhias como a Ryanair e à Easy Jet, neste último caso, diria bastante inferior.

A questão reside, como se pode verificar num estudo de 12 de Abril de 2013, na ineficácia comercial, ou seja, a estratégia política induzida no Grupo SATA levou à retração da operação, ao abandono de mercados e rotas lucrativas, que

conduz a resultados de receita por trabalhador inferior à TAP e muito inferior em relação à Ryanair e à Easy Jet.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mas se é verdade que os problemas que existem com o Grupo SATA lhe são externos, existem contudo, algumas questões ligadas à Gestão de Recursos Humanos, o aumento do efetivo médio, onde não havia necessidade de haver aumento, de Gestão Operacional, de Gestão Comercial, à qual se pode aduzir uma deficiente ou mesmo inexistente, Comunicação Interna, isto é, existem algumas questões de ordem interna que merecem atenção.

Para melhor compreensão das açorianas e açorianos deixo aqui alguns exemplos.

A Direção de Marketing e Vendas passou para Direção de Vendas, voltou a ser Direção de Marketing e Vendas para voltar a ser Direção de Vendas e agora, ao que tudo indica, vai passar para Direção Comercial e ao que tudo leva a crer com mais um recrutamento externo, ou seja, mais um quadro para o *back office*.

Deputado Francisco César (PS): Depois o senhor vem falar em ingerências!

O Orador: O Gabinete de Comunicação e Imagem passou para Gabinete de Marketing e Comunicação e voltou para Gabinete de Comunicação e Imagem.

Em Maio de 2013 foi criada uma Direção de Produto e Cliente cuja extinção se concretizou o mês passado. Fruto desta extinção foram alterados vários serviços, sendo que, o que causou maiores constrangimentos foi a passagem do serviço de pós-venda para fora da alçada da área comercial.

Em 2014 foi criado um Gabinete de Marketing mas já foi desativado e ainda só estamos em Julho de 2014.

Diria, senhoras e senhores deputados que no Grupo SATA a prática parece ser colocar ex-responsáveis de Direções em gabinetes, gabinetes que também são conhecidos por prateleiras.

Mas senhoras e senhores deputados, deixo-vos apenas mais um exemplo, não que os exemplos se extingam por aqui, havendo necessidade voltarei municiado com os restantes para o debate que se seguirá.

O Planeamento de tripulações, área crítica para a atividade operacional, tem tido várias mudanças de responsável sem que se verifiquem as devidas consequências. Os resultados são catastróficos, não só ao nível do planeamento das tripulações, como ao nível dos custos diretos e indiretos que a deriva na gestão operacional tem provocado, sim porque se é verdade que são os problemas da frota e da falta de tripulantes que estão na origem de grande parte das irregularidades operacionais, de todos, conhecidas, não é menos verdade que a gestão comercial e operacional também tem responsabilidades na intermitência da operação da SATA Internacional.

Espero com estes exemplos não ter dado nenhuma novidade a V. Exa., Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes mas deixo-lhe, Senhor Secretário, mais uma pergunta, ou quiçá, duas.

Deputado André Bradford (PS): Que desilusão!

O Orador: A quem serve e para que serve esta contínua criação e extinção de departamentos!?

Esta gestão peregrina deve-se a orientações políticas externas ou resulta exclusivamente do bom trabalho dos administradores do Grupo SATA!?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo SATA e as empresas que o constituem são, inequivocamente, um importante ativo estratégico para o desenvolvimento dos Açores, não só para assegurar o direito à mobilidade das açorianas e dos açorianos, quer eles sejam traduzidos no transporte de turistas, quer sejam por via da utilização da capacidade instalada nas transportadoras do Grupo no mercado de transporte aéreo.

O PCP Açores considera que esta deve ser a vocação do Grupo SATA e que as decisões que vierem a ser tomadas, mormente, no que diz respeito à renovação da frota, não devem ser redutoras, ou seja, a opção por uma aeronave não deve, em si mesmo condicionar qualquer tipo de operação, mas antes potenciar e alargar a capacidade operacional da SATA.

Num tempo em que tanto se fala da “marca Açores”, a SATA tem tudo para ser, ela mesmo, a marca dos Açores no Mundo.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o artigo 184.º do Regimento, tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é uma interpelação! Não responde?

Deputado Francisco César (PS): Pode responder sempre que quiser!

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A importância do transporte aéreo em regiões insulares e arquipelágicas como a nossa é sobejamente conhecida.

Assegurar a mobilidade de pessoas e bens e a acessibilidade à Região são por isso princípios que devem estar sempre presentes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não responde!

O Orador: É pois assente nestes princípios, que corporizam o objeto social da empresa, que devemos encarar a atuação do Grupo SATA.

Assim, é numa perspetiva integrada de mobilidade ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Integrada!?

O Orador: ... e acessibilidade à Região, que o Grupo SATA deve assentar a sua atividade sem nunca descurar oportunidades de negócio que possam trazer valor para a companhia e, por maioria de razão, para a Região.

Em termos globais, o Grupo SATA desenvolve a sua atividade assente em contratos de exportação de serviço regulados por Obrigações de Serviço Público e em rotas concorrenciais, como as que ligam a Região à nossa diáspora ou aos principais mercados emissores de fluxos turísticos na Europa.

Esta atuação do Grupo SATA pode assim dividir-se em áreas distintas, mas complementares.

As mudanças no mercado do transporte aéreo e os constrangimentos provocados pela situação económica, política e social em que Portugal

mergulhou, colocaram um conjunto de dificuldades que têm vindo a acentuar-se ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Secretário!

O Orador: ... e que requerem respostas adequadas para as ultrapassar e contribuir assim para a recuperação da companhia tanto ao nível económico, como operacional.

O ano de 2013 caracterizou-se por uma sucessão de acontecimentos que influenciaram o desempenho do grupo.

As decisões do Tribunal Constitucional com a reposição dos pagamentos de subsídios de férias e de Natal de 2013; assim como a necessidade da contabilização dos subsídios de férias de 2014; a instabilidade laboral; as manutenções não previstas; a deterioração dos resultados de operações realizadas fora da Região, nomeadamente a da Madeira, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Parece o Passos Coelho a desculpar-se com o Tribunal Constitucional! Parece-me!

O Orador: ... tanto na operação realizada pela SATA Air Açores nas ligações Madeira/Porto Santo, como na operação realizada pela SATA Internacional, marcaram negativamente os resultados do grupo.

No entanto, há a realçar o facto de 2013 ter sido marcado pelo início de uma forte aposta no reforço das ligações à América do Norte, num alinhamento estratégico entre os interesses da companhia e o plano de promoção turístico da Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não é novidade nenhuma!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois!

O Orador: Esta aposta refletiu-se no incremento de 11.600 passageiros transportados que correspondeu a um crescimento de cerca de 8%.

De notar ainda que no primeiro semestre de 2014 mantém-se esta tendência, registando-se o transporte de mais 5.800 passageiros que correspondem a um crescimento de cerca de 10% face ao período homólogo de 2013.

Nas rotas que ligam a Região ao continente português verificou-se uma estagnação em 2013, no entanto, no primeiro semestre do corrente ano, verificou-se já um crescimento de 2%.

É de salientar igualmente que a aposta em voos regulares para os principais mercados emissores europeus de fluxos turísticos para a Região tem vindo a consolidar-se e a demonstrar claramente que estas são apostas consistentes, que se traduziram num incremento de 7.273 passageiros transportados, ou seja, mais 23,13% em 2013, sendo que, no primeiro semestre de 2014, verificou-se um crescimento de 9% face ao período homólogo do ano anterior.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diariamente todos nós somos confrontados com novos desafios e naturalmente que o mesmo se passa em relação ao Grupo SATA.

Neste sentido, é necessário ter a adequada visão estratégica para ultrapassar esses desafios. Pretende-se ter uma companhia aérea que sirva acima de tudo todos os açorianos e aqueles que nos visitam com segurança e com elevados padrões de qualidade de serviço, nomeadamente com regularidade, fiabilidade e pontualidade. No fundo, termos uma empresa de referência, capaz de contribuir para dar resposta às necessidades de mobilidade e acessibilidade à Região, introduzindo valor e gerando riqueza.

Tirar partido da nossa posição geoestratégica, explorando todo o potencial de desenvolvimento de tráfego entre a Europa e a América do Norte, utilizando, no fundo, a Região como uma verdadeira porta de entrada e saída de tráfego entre os dois continentes, é uma oportunidade entre outras a desenvolver e que acreditamos que trará valor para a companhia e contribuirá para o desenvolvimento económico da Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: O desenvolvimento de parcerias estratégicas com outras companhias, aproveitando sinergias existentes e potenciando a captação de tráfego que contribua para a sustentabilidade das operações deve ser igualmente assumido.

Por outro lado, não são nem serão admitidas operações ou rotas deficitárias que não contribuam de uma forma direta ou indireta para a captação de tráfego para a Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já está corrigido agora!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Acabou de chegar aos Açores! Não conhece os Açores!

O Orador: Posso, aliás, anunciar que o Grupo SATA irá elaborar o Plano de Desenvolvimento Estratégico para o período 2015-2020 e que será submetido à aprovação do acionista.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais um anúncio, mais um plano!

O Orador: Assim, quero aqui assumir perante todos vós desde já o compromisso de apresentá-lo nesta câmara, o que ocorrerá até ao final do corrente ano.

Este plano, que se pretende que corporize uma estratégia que seja assumida por todos (acionista, gestão de topo e colaboradores) englobará, para além do plano de negócios, o plano de sustentabilidade económico-financeiro, o processo de renovação da frota e ainda o plano de desenvolvimento e qualificação de recursos humanos.

O envolvimento dos colaboradores assume assim um papel fundamental já que a existência e partilha de objetivos comuns é primordial para o desenvolvimento das organizações que se querem ágeis, capazes de responder de forma célere e eficaz aos desafios com que diariamente se deparam.

Acreditamos no futuro e na importância que a SATA tem e deverá ter para a Região.

Estamos assim fortemente empenhados em prosseguir a construção de um caminho de afirmação e desenvolvimento da companhia para que esta contribua para levar os Açores ao mundo e trazer o mundo aos Açores.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito poético!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então agora iniciar o debate.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A SATA é, ou devia ser, uma companhia estratégica e de fundamental importância para o desenvolvimento dos Açores. Por isso mesmo deve merecer a nossa permanente atenção e cuidados redobrados nos investimentos que nela são feitos, com dinheiros públicos.

É preciso lembrar que a frota A310 da SATA está obsoleta, até porque não foram aviões comprados novos, mas já com anos de uso.

Na cerimónia de baptismo dos Dash Q200 e do último Airbus A320 que a SATA adquiriu, em 2009, dizia o então Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, e passo a citar: *“o Governo dos Açores, ao actuar como accionista, não prescinde nunca do cuidado de zelar para que se consiga um bom ponto de equilíbrio entre as diversas vertentes que relevam, desde logo, para a primordial salvaguarda da sua existência e viabilidade, mas também para a qualidade do serviço que é prestado por esta empresa a todos os açorianos”*.

Já desde 2009 (repito: desde 2009) que temos vindo a alertar para muitos problemas no quotidiano da companhia e denunciando políticas e práticas erradas, com claros prejuízos para os Açorianos... Cinco anos depois e muitas chamadas de atenção feitas a situação em vez de melhorar... piorou!

As opções erradas do passado revelam-se desastrosas para o futuro da companhia, como presentemente constatamos.

E se, em 2009, os A310 já eram velhos, agora estão em fim de vida útil.

Mas o mais grave e preocupante é que a administração da SATA, nomeada pelo Governo, tem que substituir os seus aviões da frota de médio e longo curso até

2015, mas ainda não sabe que avião vai comprar. É questão para se perguntar: que futuro tem a SATA se tem que urgentemente substituir a frota 310.

Qual a opção que o Governo tem para isso? A resposta é um silêncio ensurdecedor.

Que tipo de avião vai comprar? Que tipo de operação quer?

Ninguém sabe, esconde-se informação e remete-se para um plano de negócios.

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma ingerência!

Deputado Berto Messias (PS): Há ingerência!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é com *leasing*! Com *leasing* não tem que se pagar!

O Orador: A agravar, relativamente a isso, a frota da SATA Air Açores, é também preocupante o facto de os Dash Q200 estarem também em fim de vida útil, porque já foram comprados velhos.

Pergunta-se: Qual a perspectiva no futuro quanto à substituição destas aeronaves?

É que o problema já não se põe só na frota de médio curso, põe-se também na frota interna e sobretudo no avião que faz as ligações ao Corvo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A estratégia comercial da SATA não é, no nosso entender, a melhor. O CDS não pode deixar de lembrar que a SATA é uma empresa Açoriana que, em primeiríssima mão e em primeiríssima instância, tem que servir os Açorianos.

Porém, a SATA tem criado e extinto várias rotas para a Europa (umas a mando do Governo, outras por iniciativa própria) que só deram ou continuam a dar prejuízos avultados, verificando-se o amadorismo e a falta de preparação de quem tem administrado a empresa, consecutivamente a pôr a SATA ao serviço de experimentalismos e estudos de mercado, que não servem nem os Açores, nem os Açorianos.

A SATA está como está porque o Governo Regional, enquanto accionista maioritário e único colocou a empresa a servir única e exclusivamente os seus caprichos políticos e as suas políticas erráticas.

Está como está porque tem tido administrações de duvidosa competência até por onde passaram ex e actuais governantes.

A SATA está como está porque tem uma frota internacional em fim de vida e uma frota regional desadequada da realidade insular.

Deputado Francisco César (PS): Mais uma ingerência!

O Orador: Está como está porque realiza rotas esotéricas que tem acarretado altíssimos prejuízos, como sejam por exemplo a Madeira, cerca de 6 milhões, ou até o Brasil, onde se estourou, sem nenhum benefício, cerca de um milhão de euros.

Deputado Francisco César (PS): Ingerências!

O Orador: A SATA está como está porque o Governo Regional não reembolsa as indemnizações compensatórias pelo serviço público de transporte inter-ilhas, nem paga as deslocações dos utentes do Serviço Regional de Saúde, obrigando a empresa a recorrer sistematicamente a empréstimos com juros e *spreads* que acarretam aumentos de custos in comportáveis.

Sobretudo a SATA está como está porque discrimina Açorianos e não serve os Açores!

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Não fez uma única pergunta!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fiz, sim senhor! O senhor é que estava distraído!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Rogério Veiros (PS): O PSD não vai à tribuna!

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprimento, em primeiro lugar, os novos membros do Governo recentemente empossados, assim ficam mais aconchegados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, vamos falar a sério!

O Orador: Como o povo diz (não quero eu dizer): “se não conseguimos ser bons, pelo menos que sejamos muitos”.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é de uma deselegância!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a SATA, Sr. Deputado?!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, Transportes e Turismo, fiquei confundido com a sua intervenção.

Deputado Berto Messias (PS): É isto o PSD!

O Orador: Fiquei confundido com a sua intervenção! Pensei que estávamos a fazer uma interpelação e ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Nós também!

O Orador: ... não uma comunicação do Governo, mas percebi que já trazia a sua intervenção feita.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado também!

O Orador: Não respondeu a nenhuma das questões que o Sr. Deputado Aníbal Pires colocou. Esse é o espírito de uma interpelação, mas esperemos que durante o período de debate tal venha a acontecer, não pode ser de outra maneira.

A culpa daquilo que se passa na SATA só podia ser do Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor devia falar do turismo!

O Orador: A culpa daquilo que se passa e dos 16 milhões de prejuízo da SATA só podiam ser do Governo da República.

Oh Sr. Secretário, era o que mais faltava!

Os senhores governam os Açores há 18 anos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Parece que está em campanha!

O Orador: V. Exa. foi administrador da SATA e agora é que vai ser. A culpa é dos outros e agora é que vai ser. Temos um novo administrador e ...

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: ... agora é que vamos fazer um plano de negócios, agora é que a SATA vai começar a prestar bons serviços aos açorianos.

Não, Sr. Secretário! A SATA já devia há muito tempo estar a prestar bons serviços aos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): E presta, Sr. Deputado!

O Orador: Foi este governo socialista que fez da SATA aquilo que ela é hoje: uma empresa sem alma, uma empresa desorganizada, uma empresa descaracterizada, sem rumo, sem estratégia e sem um plano de negócios.

Não sou eu que o digo, é o Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA que diz que em setembro vai apresentar um plano de negócios, ...

Deputados Francisco César e Miguel Costa (PS): O novo!

O Orador: ... mas vai encomendar a uma empresa exterior, a uma empresa externa, um plano de negócios.

O que é que aconteceu aos quadros altamente qualificados que a SATA tem e a escola que conseguiu construir ao longo de anos e anos?

Das duas, uma: ou foram emprateirados e nós sabemos que muitos foram emprateirados; ou então foram substituídos por *boys* e *girls*, ...

Deputado Berto Messias (PS): Oh!...

O Orador: ... tipo aprendizes de feiticeiro, que fizeram da SATA aquilo que ela é neste momento e que obriga o Conselho de Administração da SATA a ir procurar uma empresa externa para fazer aquilo que a própria empresa devia conseguir fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A SATA ao longo dos últimos oito anos esteve ao serviço do jogo socialista para satisfazer as vossas clientelas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): Olhe que não!

O Orador: É isso que os açorianos sentem e sentem mais: sentem ingerências todos os dias. Ordens dadas de fora para dentro na gestão corrente da empresa.

Não são orientações políticas como se pretende dizer para “dourar a pílula”. São ingerências políticas todos os dias de fora para dentro na empresa.

Acordam e um dia vamos pôr a SATA a voar para São Salvador da Baía. Uma ruína completa!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Acordam de manhã e dizem: “Estou nos Estados Unidos, vou anunciar voos diários para os Estados Unidos.”

A administração nem sabia.

Acordam de manhã e dizem: “Vou prometer a redução dos tarifários para os Estados Unidos entre 16 e 57%”, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro) e Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... ou “Vou mandar a SATA fazer uma base na Madeira”, ou “ Vou mandar a SATA voar para a Europa”, rotas que se revelaram perfeitamente ruinosas, ...

Deputado Berto Messias (PS): Já vamos falar de ingerências!

O Orador: ... ou “Vou mandar renovar a frota da SATA com os aviões que bem quero”, que se revelaram e que se revelam perfeitamente excedentários e que todas as vezes que descolam saem com 34 lugares vazios, em média naturalmente.

São ordens e contraordens que chegaram a 2013, ou que fizeram com que a SATA chegasse a 2013 com prejuízos na ordem dos 16 milhões de euros, Sr. Secretário, como se isso não bastasse a esse Governo, agora mais aconchegado, que deve à empresa 40 milhões de euros.

Não vale a pena inventar outros números. É aquilo que está no relatório e contas e que já foi confirmado pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA. Quando V. Exa. pretendia dizer que não era, ele disse: “Não é isso. São 40 milhões de euros”.

Não vale a pena dizer que o Governo da República deve 10 milhões de euros, porque é a própria SATA que não consegue apresentar pedidos de pagamento no valor de 8 milhões de euros e sabe porquê, Sr. Secretário?

Deputado Francisco César (PS): Por acaso já deve!

O Orador: Ouviu na Comissão de Economia o Presidente do Conselho de Administração dizer: “Nós temos um problema no *software* que a SATA comprou em 2012 e ainda não conseguimos fazer os pedidos de pagamento de 2013, primeiro e segundo semestre de 2013, ao Governo da República”. Mas já vinham todos lesto a dizer: “Nós devemos 40, mas o Governo da República deve 10.”

Não! Os senhores devem 40 e não conseguiram apresentar pedidos de pagamento ao Governo da República no valor de oito milhões de euros.

Oh Sr. Secretário, a incompetência tem esses preços! Custa oito milhões de euros. Um *software* comprado pela SATA que não consegue fazer pedidos de pagamento ao Governo da República.

Mas não vinha mal ao mundo se não tivesse, ou se não originasse aquilo a que se chama a degradação evidente do serviço que a SATA presta. Muito mais evidente na SATA Internacional (reconheçamos!) com avarias permanentes, com falta de tripulações que vêm com a desculpa de que não têm pilotos, porque, os pilotos, uns foram para a reforma, outros estavam doentes.

Oh Sr. Secretário, uma companhia aérea tem que ter pilotos para pilotar os aviões. O planeamento tem que ser feito, é preciso garantir que haja pilotos formados a tempo e horas para poder tripular os aviões. Os aviões no chão é permanentemente prejuízo.

Deputado Francisco César (PS): São adivinhos!

Deputado Aníbal Pires (PCP): São 20% dos pilotos!

O Orador: Agora a solução qual é?

É alugar aviões a companhias externas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Perderam 20% dos pilotos?

Deputado Francisco César (PS): E a TAP?

O Orador: Sr. Secretário, mas em cima de tudo isso não vale a pena fazer aquilo que Vs. Exas., infelizmente, mandaram a SATA fazer: foi martelar as contas de 2013.

As contas de 2013 foram marteladas com as palavras todas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: E digo porquê. Em cima dos vossos 40 milhões, que dizem que não são bem 40 milhões, mas são 40 milhões confirmados pelo Presidente do Conselho de Administração, os senhores conseguiram fazer aquilo a que se chama a multiplicação dos euros, que é reavaliação da frota. Mais sete milhões de euros.

Os auditores perguntaram uma vez, duas vezes, três vezes: “Quem foi que fez essa reavaliação? De onde é que chegaram esses sete milhões de euros?”

O Conselho de Administração da SATA nunca respondeu. Está escrito no relatório de contas. Não vale a pena sequer tentar desmentir.

Depois o Presidente do Conselho de Administração diz: “Foram os *brokers* de referência.”

Mas então que *brokers* são esses?

Por que é que não responderam aos auditores?

Não quero admitir duas coisas: que a reavaliação foi feita pelo Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila, primeira; ...

Deputado Francisco César (PS): Oh! Já cá faltava!

O Orador: ... nem que (a segunda) tenham feito a reavaliação da mesma maneira que queriam saber o preço dos Q200 que puseram num *site* da internet, tipo OLX, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... para saber quanto é que os aviões valiam.

Sr. Secretário, assim não vale. Isso é martelar as contas. Foram mais sete milhões que ninguém sabe de onde é que vêm adicionados, neste caso, subtraídos, de provisões cuja redução das provisões foi no valor de 3,5 milhões de euros.

Os auditores perguntaram: “Mas porquê? Por que razão é que reduzem menos 3,5 milhões nas provisões?”

Novamente não tiveram qualquer tipo de resposta.

Sr. Secretário, mais sete milhões no ativo com a reavaliação da frota, ...

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Presidente do Conselho de Administração explicou isso!

O Orador: ... menos 3,5 milhões no passivo com a redução de provisões sabe o que é que acontecia aos capitais próprios que neste momento são nove milhões de euros, em 2013, e já foram 19 milhões em 2012?

Os capitais próprios ficavam negativos.

Sabe o que é que isso pode significar?

Pode significar a falência técnica do Grupo SATA.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Infelizmente!

O Orador: Sr. Secretário, a todas essas questões nós queremos, com rapidez, com clareza (não é o tal baliês, têm que ser conversas clarinhas), neste plenário e nesta interpelação, respostas a essas questões e não as conversas que V. Exa. se encarregou de dizer e de ser desmentido logo na altura pelo Presidente do Conselho de Administração da SATA, aquando da audição em sede da Comissão de Economia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por questionar, aliás, à semelhança de outros deputados que participaram até agora neste debate, a quem serve toda a degradação, tanto da frota da SATA, neste caso da SATA Internacional, como também da degradação do serviço público da SATA?

Vou ser mais específico: quanto custou, ou quanto custa, a paragem de cada airbus por avaria?

Deputado Francisco César (PS): Uma avaria grande ou pequenina?

O Orador: Isto porquê?

Porque teremos de considerar não só o custo da avaria, como também o custo do estacionamento destes aviões em alguns aeroportos (estou a lembrar-me do último que foi em Toronto, que só há pouco tempo é que foi reparado) e acima de tudo e sobretudo quanto custa a contratação de ACMIS.

Deputado Francisco César (PS): Isso já está explicado!

O Orador: Voltando um pouco atrás.

Em 2012, no relatório integrado da SATA Internacional de 2012, a SATA congratula-se por ter aumentado em 300% a contratação de ACMIS.

Este ano a contratação de ACMIS continua a ser uma prática corrente e recorrente. Para quê?

Para compensar as paragens de todos estes aviões que acabam por ficar avariados em alguns aeroportos por aí espalhados, tanto pela América do Norte, como até mesmo pelos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Se o Sr. Deputado tivesse ido à Comissão tinha as respostas a isso tudo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, estamos no plenário! Não vamos voltar à Comissão!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas pode colocar as questões!

O Orador: Mas vamos voltar ao início.

Em 2012, quem era o Presidente do Conselho de Administração da SATA Internacional?

O Sr. António Meneses.

Não consideram estranho que em 2012 se verifique um aumento exponencial da contratação de ACMIS; em 2014 continua a ser uma prática corrente; em 2014 António Meneses, Presidente do Conselho de Administração da SATA, sai do Conselho de Administração da SATA e vai para a EuroAtlantic, que é uma das ACMIS que é contratada recorrentemente pela SATA Internacional para compensar toda a sua má gestão e todas as avarias que têm persistido nos seus aviões e na sua frota?

Coincidência?

Não me parece!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já tem 17 anos e meio!

O Orador: A que respeito é que o Presidente do Conselho de Administração anterior contrata ACMIS a torto e a direito, continuamos a contratar ACMIS para compensar avarias na frota da SATA, nomeadamente da SATA Internacional, e a companhia que é privilegiada no meio de tudo isto é nada mais, nada menos do que a própria EuroAtlantic, onde agora está o antigo Presidente do Conselho de Administração da SATA, António Meneses?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que comece a minha intervenção por saudar os novos membros do Governo e desejar-lhes boa sorte no exercício das suas funções.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é preciso!

O Orador: Pensava que mais uma vez nós iríamos discutir o futuro do Grupo SATA.

Infelizmente aquilo que nós voltamos a assistir nesta câmara é a uma tentativa, mais uma vez, a todo custo de atacar o Governo dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Chora, chora um bocadinho!

O Orador: O Partido Social Democrata é oposição há 18 anos nesta câmara. Não será por acaso, com certeza.

Os açorianos acham que não são bons e por isso são cada vez menos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sabes quantas eleições é que teu pai perdeu? Tenho aqui a conta!

Deputado António Marinho (PSD): É por isso que chora!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, aquilo que nós temos assistido ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tenho aqui quantas perdeu!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu percebo o seu desespero enquanto líder do PSD, porque já cá está há três anos e ainda não conseguiu ganhar uma única eleição, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas pelo menos deixe os deputados do Partido Socialista fazerem a sua intervenção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foram 13 eleições que teu pai perdeu!

O Orador: Pois bem, mas ganhou outras. O Sr. Deputado é que ainda não conseguiu ganhar nenhuma.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas antes de começar a ganhar perdeu muitas!

O Orador: Pois bem Sr. Deputado, pensava que os Srs. Deputados viriam ... Sra. Presidente, peço que ponha calma ao líder do PSD.

(Risos do Deputado Duarte Freitas)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tão sensível que está o Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César faça favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado.

Não estou!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está, está!

O Orador: Iríamos falar sobre as razões dos resultados da SATA, iríamos falar sobre a qualidade dos serviços prestados, iríamos falar sobretudo sobre o futuro da companhia e a estratégia que ela deve seguir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vamos lá!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é o que queremos!

O Orador: Esses são os três pontos fundamentais que devem ser discutidos neste Parlamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Responda às questões colocadas!

Deputado Berto Messias (PS): Não se irrite! Que é isso?

O Orador: Em primeiro lugar, analisar ponto por ponto as razões pelas quais a SATA Internacional (a SATA Internacional e não a SATA Air Açores como os senhores erradamente fazem crer) teve um prejuízo naquela ordem. Os senhores sabem porque foram na Comissão esclarecidas as razões conjunturais que levaram a que a companhia tivesse o prejuízo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Passos Coelho e o Governo da República!

O Orador: Os senhores falam, como de costume, para tentar exacerbar ou para tentar proteger o Governo da República, mas nós devemos fazê-lo concretamente ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Queremos saber para que é que temos Governo!

O Orador: ... e explicar os problemas que nós tivemos, porque o Governo da República naturalmente não teve culpa da manutenção, dos problemas da manutenção extraordinários que a companhia teve ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Extraordinários desde 2009!

O Orador: ... e que a obrigou a gastar 1,6 milhões de euros.

Também há outros casos (já terminaram por indicação também da tutela, em termos de estratégia, as rotas da Madeira), há outros prejuízos, nomeadamente a questão da greve que teve como consequência direta e indireta um prejuízo de quatro milhões de euros, tendo inclusive por causa disso a SATA perdido a sua rota para Cabo Verde.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Deputado, o que é que a rota de Cabo Verde e do Funchal têm a ver? Não sabe o que está a dizer!

O Orador: Também deve ser salientado ...

Srs. Deputados, o Partido Socialista quer discutir aqui as razões dos prejuízos da SATA. Os senhores ou querem, ou não querem! Agora não irão impedir que nós o façamos.

Também no ano anterior (e é importante que os açorianos saibam disso) o Tribunal Constitucional – e muito bem – repôs os subsídios de férias.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor é contra?

O Orador: Naturalmente (vou repetir) e muito bem repôs os subsídios de férias e isso obrigou a que a companhia tivesse uma despesa não esperada ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! O senhor é contra!

O Orador: ... quer no pagamento destes salários neste ano, quer também no aprovisionamento e na contabilização destes subsídios de férias para 2013.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por duas vezes que esteve abaixo dos 20%!

O Orador: Daí a explicação dos prejuízos da companhia aérea.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Antes de 96 tinha percentagens abaixo dos 20%!

O Orador: Oh Sr. Deputado, não fique perturbado com essa questão de ter perdido três eleições. Deixe os Srs. Deputados do PS falar! O senhor ainda não parou de falar disso!

O senhor faz-me lembrar uma personagem que o meu filho está sempre a falar, que é um personagem da *Rua Sésamo*, que começa a falar de um assunto e depois acaba sempre por falar em bolachas.

O Sr. Deputado sempre que está neste Parlamento ou tenta falar das vitórias que ainda não teve ou vai ter, ou tenta falar do Sr. Presidente ou do Sr. Vice-Presidente, das responsabilidades que têm nesta crise.

Oh Sr. Deputado pare de falar ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh Sr. Deputado! Pelo amor de Deus!

A minha mulher toma conta da minha casa, não é de um palácio! Calma para aí!

Deputado José Ávila (PS): Um líder partidário a fazer um comentário destes!

O Orador: Oh Sr. Deputado! Já lhe faltou o nível!

Pois bem, os açorianos conhecem-no, por isso talvez tem esses resultados. É lamentável da sua parte.

Presidente: Srs. Deputados! Vamos tentar manter a moderação e permitir ...

Deputado Berto Messias (PS): Estamos calmos!

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem diz o que quer, ouve o que não quer!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Deixem o Sr. Deputado falar!

O Orador: Qualidade do serviço prestado.

A SATA tem apresentado enormes dificuldades operacionais.

Essas dificuldades foram devidamente explicadas em Comissão, mas devem ser salientados que em mais de 1.000 voos realizados pela companhia, previstos pela companhia, apenas 35 voos não foram realizados por aviões da SATA, portanto, no ano corrente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como?

O Orador: No ano corrente.

Aquilo que se demonstra é que apesar das dificuldades que a SATA tem tido em termos operacionais a maior partes dos voos têm sido realizados pela companhia aérea.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Felizmente, Sr. Deputado! Graças aos trabalhadores da SATA!

O Orador: Permita-me que lhe diga, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, a questão do aluguer de aeronaves e do fretamento de aeronaves.

É a coisa mais natural do mundo que a companhia aérea quando não possa realizar por motivos operacionais ou por outros um voo que faça o fretamento.

Aliás, se for olhar para a TAP e para os problemas que tem tido, a própria TAP tem mais de 400 voos em risco no próximo mês.

A própria TAP tem feito inúmeros alugueres operacionais a diversas companhias, nas quais se inclui aquela a que o senhor faz referência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A TAP não dá prejuízos!

O Orador: A própria TAP está com problemas ao nível de tripulações para poder satisfazer os voos.

Neste momento, ao nível da aviação comercial e tendo em conta aquilo a que se propuseram as companhias realizar elas têm tido dificuldades quer em ter aeronaves disponíveis, quer em ter tripulações.

No caso da SATA os Srs. Deputados não podem pedir à SATA que possa adivinhar que haja quatro pilotos que metam baixa.

No total a companhia aérea perdeu 25 pilotos ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é adivinhar, é planear!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A SATA perdeu 20% dos pilotos entre 2009 e 2012!

O Orador: Sr. Deputado, inscreva-se e já diz!

A SATA perdeu mais de 25 pilotos durante o ano passado e está em processo de substituição ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: ... e como foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração até ao final da próxima semana esta situação está concluída.

Portanto, há algo que nós devemos trabalhar.

Em primeiro lugar, naquilo que é a estabilização operacional e isso consegue-se quer através da resolução destes problemas, nomeadamente da questão da frota e da questão de ter o número de pilotos suficientes, quer através da paz social e a companhia aérea conseguiu no último mês a sua estabilização social, conseguiu um acordo com os sindicatos que permite com que ela se foque única e exclusivamente, neste momento, na sua operação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora é que é!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por que é que não aconteceu antes?

O Orador: Portanto, aquilo que nós temos agora de trabalhar é no futuro da companhia. É assegurar que ela tenha um novo plano de negócios que a adapte e aqui o Secretário Regional anunciou algo que me parece bastante pertinente.

Em primeiro lugar, ter um plano de negócios que a adapte às novas circunstâncias com uma nova frota, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que é!

O Orador: ... um plano de renovação da frota que foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração que será apresentado ao Governo até ao final de setembro (os Srs. Deputados estavam no mesmo debate que eu e ouviram o Presidente do Conselho de Administração dizer isso) ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouvi, sim senhor!

O Orador: ... com base nos estudos que estão a ser feitos e que já foram realizados, bem como a necessidade de fazer um trabalho ao nível da qualificação dos recursos humanos para que a companhia possa estar preparada para o futuro.

Portanto, nós aqui o que devemos deixar aos açorianos é uma mensagem de esperança.

Em primeiro lugar, uma mensagem de esperança porque a SATA continuará a assegurar as acessibilidades dentro do arquipélago dos Açores.

Uma palavra de esperança ao nível daquilo que são os objetivos da SATA de voar para os Estados Unidos, de assegurar fluxos turísticos para a Região Autónoma com qualidade, com sustentabilidade, quer para a Região, quer para a companhia aérea, porque nós lembramo-nos da história. Nós lembramo-nos do tempo em que não havia SATA Internacional, em que outros governos nunca souberam dar o passo em frente para conseguir garantir que as acessibilidades para o continente fossem garantidas com qualidade e de uma forma mais barata para os açorianos ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sabe onde é que a SATA Internacional cresceu? Diga lá!

O Orador: ... e de uma forma a que essas pudessem também manter as acessibilidades para todos os açorianos para a sua diáspora.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga lá onde é que a SATA Internacional cresceu?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo começar por felicitar a presença dos novos membros do Governo e desejar-lhes um bom trabalho em prol dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Continuo a não desejar!

O Orador: Devo dizer que nesta matéria da interpelação do Partido Comunista o Governo Regional...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Portugêês!

O Orador: Do Partido Comunista Portugêês, todos nós sabemos, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas a designação é essa, por isso faça favor!

O Orador: ... se fosse francês não estaria aqui sentado, Sr. Deputado.

O que quero dizer é que nesta matéria, a primeira nota desta intervenção, tem a ver com a forma como está a decorrer este debate e a forma como o Governo Regional o está a enfrentar.

Uma interpelação parlamentar significa que as oposições apresentam aqui um conjunto de problemas e colocam um conjunto de questões. Esta é a forma regimental prevalecente em todos os regimes parlamentares.

Sucede que, e não é a primeira vez, o Governo Regional não responde às questões que lhe são colocadas pelos deputados ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... e decide logo na primeira intervenção realizar uma intervenção de bancada em que naturalmente, como não é adivinho, não sabe as questões em concreto que lhe foram colocadas e, portanto, não responde. No âmbito da interpelação parlamentar o Governo Regional aproveita, faz uma intervenção e não responde às questões que lhe são colocadas pelos diversos deputados das diferentes oposições.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É sim senhor!

O Orador: Portanto, isto é negativo e é um hábito que tem de terminar, porque significa um desrespeito absoluto aos deputados que colocam legitimamente as suas questões.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Uma interpelação parlamentar é uma figura em que os deputados colocam as questões e o Governo tem o dever de responder às questões que aqui lhe são colocadas pelos deputados das diferentes oposições.

Deputado Berto Messias (PS): Então faça lá a pergunta!

O Orador: Este é o primeiro ponto que considero que é fundamental para que não se torne moda que aqui se façam monólogos em interpelações parlamentares.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Segundo ponto que considero que é fundamental é a resposta a algumas questões.

A questão que coloco ao Governo Regional é esta: qual é a estratégia política por parte do Governo Regional em relação aos preços das tarifas aéreas que estão impossíveis e que provocam uma desigualdade social tremenda?

Porque neste momento apenas a classe média alta dos Açores é que pode viajar nos aviões da SATA, é que pode usufruir da mobilidade no interior da Região, porque a grande parte da população dos Açores, diria uma faixa de 60 a 70% da população, não pode deslocar-se nos Açores porque não tem forma nenhuma de o fazer, porque é tão caro que não é acessível ao comum dos açorianos. Não é possível!

Esta questão é uma questão social, é uma questão política que é fundamental.

Esta empresa tem que estar ao serviço de todos os açorianos e não está. Não está! Não é acessível à maior parte dos açorianos neste momento.

A segunda questão que considero que é fundamental também no âmbito das tarifas aéreas é que assim não é possível captar fluxos turísticos consideráveis.

É verificar a diferença que existe em relação ao acesso do mercado açoriano por parte dos estrangeiros e até dos turistas continentais (verificar e comparar com outros destinos) e verificar que neste momento os Açores é um destino muito caro e quase inacessível também para um grande conjunto de passageiros e de potenciais turistas.

Portanto, nesta matéria há aqui um condicionalismo muito grave e o Governo Regional não respondeu de que forma é que pretende resolver esta questão e quais são os seus princípios políticos nesta matéria.

A questão da renovação da frota.

Algumas bancadas já lhe colocaram aqui de forma insistente essa matéria, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não responde!

O Orador: ... porque é uma matéria de grande urgência, é uma matéria que está ao virar da porta e o Governo Regional na intervenção que fez não explicou o que pretende fazer, qual é o contexto político que pretende introduzir em

relação a esta grave questão, o que demonstra uma falta de planificação evidente.

O que peço, como as outras bancadas que me antecederam fizeram, é que o Governo Regional explique qual é a sua estratégia, quais são os seus princípios do ponto de vista político em relação à renovação da frota da SATA.

Depois, temos problemas de gestão graves. Foram aqui apontados diversos problemas.

A questão que coloco é: o que é que pretende o Governo Regional fazer para que isto não suceda e para apurar as responsabilidades de quem cometeu tão graves erros de gestão?

O que é que o Governo Regional pretende fazer sobre estes problemas de gestão, estas falhas de gestão que ocasionaram nalgumas situações prejuízos muito avultados para os açorianos (porque é nos açorianos que eles se vão repercutir)?

O Governo Regional também não respondeu e peço-lhe que responda em relação a esta questão.

São, considero eu, áreas fundamentais para pensarmos no presente e no futuro da empresa e são questões que o Governo Regional nesta interpelação (e já estamos há uma hora neste debate) ainda não respondeu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate, esta interpelação, seguiu aquilo que está previsto em regulamento. Não houve aqui nenhum atropelo àquilo que é o normal desenrolar de uma interpelação e a minha intervenção inicial julgo que se enquadra também num conjunto de perspetivas e de respostas a muitas das questões que foram aqui colocadas.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não!

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Muito bem!

O Orador: Não provavelmente da forma que os Srs. Deputados pretenderiam ouvir, mas numa perspetiva integrada daquilo que é o olhar e a visão do desenvolvimento estratégico da companhia.

Vou tentar responder a todas as questões que foram colocadas seguindo a ordem das intervenções.

O Sr. Deputado Aníbal Pires referiu, e em relação ao princípio de acordo alcançado pelo Conselho de Administração do Grupo SATA e a plataforma dos sindicatos, que nós temos que saudar tanto a SATA como os sindicatos por terem chegado a este entendimento.

Sr. Deputado, o caminho faz-se caminhando e naturalmente que para chegarmos a um acordo, a um entendimento, tem que haver um percurso de cedência de ambas as partes e de assumir objetivos comuns.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esse caminho foi longo!

O Orador: Foi isto que foi feito e resta-nos felicitar o facto de se ter conseguido atingir este acordo que se quer que não seja só para o imediato, mas que seja um acordo que perdure no tempo, um acordo a médio e a longo prazo.

Em relação às questões colocadas sobre a frota dos A310.

Os A310, a bem da verdade, têm um período de vida útil até 2019, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): 2017! 2017!

O Orador: ... a questão é que poderá, para isso se cumprir, ter que se fazer investimentos avultados.

Como já tive oportunidade de dizer, a SATA vai desenvolver o processo que será aqui apresentado, também como tive oportunidade de dizer na minha intervenção inicial, de renovação da frota e os princípios são únicos. A frota da SATA, esta renovação, deve ser adequada e deve ser alinhada com aquilo que é o desenvolvimento estratégico da SATA e de acordo com aquilo que é a realidade de operação da SATA.

Os aviões que forem adquiridos terão que responder àquilo que são as necessidades reais da operação da SATA ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são?

O Orador: ... que assentam naquilo que é hoje: ligação à América do Norte, ligação à Europa, ligação ao continente português e toda e qualquer outra operação fora da Região que seja lucrativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Asneira!

O Orador: O Sr. Deputado também colocou aqui a questão do que é que impede implementar os 134 €.

Oh Sr. Deputado, já tive várias vezes a oportunidade de explicar.

Atualmente as ligações ao continente português regem-se por um conjunto de obrigações e essas obrigações incluem preços que estão estipulados.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É por causa da carga!

O Orador: Para manter o nível de obrigações e alterar os preços que existem atualmente, isto naturalmente provocaria desequilíbrio em termos de exploração da companhia.

Aquilo que se pretende é que quando estas obrigações forem alteradas, tornando-se mais flexível todo o acesso à Região, os preços possam ser alterados garantindo na mesma a sustentabilidade da companhia.

Quando se fala em deterioração de resultados e depois se diz “vamos manter as obrigações que existem atualmente, mas vamos pagar menos”, oh Sr. Deputado, há aqui algo que não é claramente coerente.

O Sr. Deputado refere também o abandono de rotas lucrativas. Gostava que me dissesse quais foram as rotas lucrativas que foram abandonadas pela SATA, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu enuncio-as já! Tenho aqui a lista toda!

O Orador: ... porque as rotas que conheço que foram abandonadas pela SATA, que a SATA saiu dessas rotas, é a operação na Madeira que dava um prejuízo de três milhões de euros. Estas foram as rotas que a SATA saiu.

Outra coisa são as rotas que a SATA não continuou a executar, porque comercialmente não as conseguiu manter, nomeadamente pelos impactos que houve provenientes da instabilidade laboral e neste caso concreto estou a falar-lhe da operação para Cabo Verde.

Sr. Deputado, em termos da orgânica e da estrutura organizacional da empresa.

Oh Sr. Deputado, eu não vou aqui discutir esta situação, porque é uma competência do Conselho de Administração ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas então tenha atenção, Sr. Secretário!

O Orador: ... definir os organogramas necessários para o bom desempenho da companhia.

O Sr. Deputado Artur Lima referiu a questão dos Q200.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Também!

O Orador: Dos 310 já respondi.

A informação que tenho em relação ao Q200 é que a sua substituição não se coloca no espaço de 10 anos.

Portanto, não sei de onde é que o senhor tem essa informação. A informação que tenho é que num período de 10 anos essa situação não se coloca.

O Sr. Deputado Jorge Macedo afirmou que “agora é que a SATA vai prestar um bom serviço aos açorianos.”

Não, Sr. Deputado! A SATA vai continuar a prestar um bom serviço aos açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Ficamos muito mais descansados!

O Orador: Não foi isso que eu disse e o Sr. Deputado tentou com a sua intervenção ser ardiloso e tentou colocar palavras na minha boca que eu não disse nem aqui, nem na Comissão de Economia, nem em lado nenhum.

Este é um bom exemplo daquilo que o Sr. Deputado disse. Proferiu determinadas afirmações que são mentira (que são mentira!) ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diga quais são!

O Orador: ... entre as quais quando diz que a SATA voou ou reforçou a operação para a América do Norte, nomeadamente para os Estados Unidos, e que a administração não sabia.

Isso é falso! É mentira!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

Isso é totalmente mentira!

Também é mentira aquilo que proferiu em relação às contas.

O Sr. Presidente do Conselho de Administração o que disse foi que no relatório contas da SATA estão inscritos 40 milhões de euros de dívida da Região à SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parece aquela música: “*É mentira, é mentira*”!

O Orador: Aquilo que eu disse foi que a dívida que é reconhecida pela Região à data de 31 de dezembro era de 23 milhões de euros, Sr. Deputado, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas os senhores aprovaram as contas, não aprovaram? Foram 40 milhões!

O Orador: ... e isto decorre daquilo que está inscrito no contrato de concessão, nomeadamente na cláusula 23, n.º 2, alínea e), que requer que a dívida seja certificada pela Região e isto refere-se essencialmente, ou principalmente, ao último trimestre do ano de concessão. A diferença que surge está aí e está também porque a SATA no seu relatório contas contabiliza o último trimestre do ano civil, enquanto que para efeitos de dívida da Região ele só entra no primeiro trimestre do ano civil seguinte.

Em relação à solicitação à República dos montantes em dívida também posso informar ao Sr. Deputado que as dificuldades que foram encontradas, nomeadamente ao nível do *software*, foram ultrapassadas ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fantástico!

O Orador: ... e que esse pedido já foi efetuado.

A degradação do serviço que é referida e a falta de tripulações.

Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado esteve presente na Comissão de Economia onde foi claramente demonstrado o porquê da falta de tripulações, que se deveram a situações não previstas, nomeadamente cinco pessoas que foram para baixa (que não estavam previstas), uma pessoa que se reformou por invalidez, duas que colocaram licenças parentais e uma pessoa que abandonou a companhia e foi trabalhar para outra empresa.

Isto levou a que houvesse um processo de migração de pilotos da frota 320 para a 310 que, também como foi dito, estará concluído até ao final da próxima semana, já hoje estando praticamente concluído. Se não estou em erro falta um dos pilotos para que a situação fique totalmente resolvida.

Em relação a outras afirmações proferidas e que demonstram bem qual o espírito do PSD.

Oh Sr. Deputado, dizer que o Governo mandou, ou que eu mandei martelar as contas?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Governo! Não falei no seu nome em concreto!

O Orador: O Sr. Deputado prove isto! Diga onde é que as contas estão marteladas. O senhor não se esqueça de uma coisa.

Estas contas são verificadas pelo revisor oficial de contas e são depois verificadas mais tarde pelo Tribunal de Contas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O auditor perguntou onde é que iam buscar os sete milhões e nunca responderam!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado pode dizer o que quiser, pode encenar aquilo que quiser, mas não consegue tirar aquilo que é a realidade e dizer esses excessos linguísticos que já são característicos no Sr. Deputado não lhe fica bem, nem abonam bem para aquele que é o maior partido da oposição.

Deputados André Bradford e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Mendes referiu, ou colocou a questão de quanto custa cada avaria.

Oh Sr. Deputado, não lhe sei dizer. Varia consoante a avaria, varia consoante o período de inatividade, varia consoante um conjunto de fatores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi o senhor que disse que havia compra de votos no Corvo? Foi um excesso linguístico!

O Orador: Em relação à questão que colocou de quanto é que custam os ACMIS há que desmistificar a situação dos ACMIS.

Os ACMIS são algo normal no mercado da aviação civil e existem companhias especializadas para o fazer.

Em Portugal existem duas ou três companhias, nomeadamente a iFly, a White e a EuroAtlantic que são aquelas que têm como *core*, o seu *core* é este ramo de atividade.

O que lhe posso dizer é que no período de janeiro a maio o custo que a SATA teve com a contratação de ACMIS foi de 500 mil euros, tal como foi informado pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração na reunião da Comissão de Economia.

Em relação às questões que colocou relativas ao anterior Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA peço-lhe imensa desculpa mas não me refiro a questões pessoais, não vou aqui avaliar processos de intenções, nem aquilo que é a idoneidade das pessoas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado Paulo Estêvão depois de ser crítico em relação ao modelo da interpelação demonstrou outra coisa: que não esteve atento à minha primeira intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estive, estive!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Paulo Estêvão está sempre atento! Eu sou testemunha!

O Orador: Tanto não esteve atento à minha primeira intervenção que coloca questões que foram respondidas na minha primeira intervenção.

Em relação à questão que coloca dos preços, isso advém da revisão das Obrigações de Serviço Público e será neste sentido que a revisão dos preços será verificada, mas isto nas rotas para o continente português.

Oh Sr. Deputado, há aqui uma questão que é fundamental.

O mercado para a Europa, excluindo Portugal continental, Madeira e América do Norte, é livre, é aberto. Entram as companhias que entenderem, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é verdade! Realmente disse alguma coisa que concordo!

O Orador: ... praticam a política comercial que bem entenderem e no ano de 2013 verificou-se um crescimento de 23% no tráfego da Europa para os Açores,

em relação aos Estados Unidos em concreto mais 11%, em relação ao Canadá mais 5%.

Portanto, são rotas que existem em regime livre, em regime aberto, que pode entrar quem quiser, como também nas rotas de Obrigações de Serviço Público pode entrar qualquer companhia que queira desde que cumpra as respetivas obrigações.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado aponta poderá fazer sentido naquilo que são as rotas reguladas pelas Obrigações de Serviço Público, mas na generalidade não é, porque há rotas e há mercados que hoje já trabalham em mercado aberto e com livre concorrência, estão disponíveis para todos aqueles que quiserem entrar no mercado e concorrer no transporte aéreo de passageiros para a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 12 horas e 35 minutos.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 41 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Srs. Deputados, é a terceira vez que digo que vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Já dei a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, peço desculpa, estava aqui em conversa com um colega de bancada e não ouvi dar-me a palavra. Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, passada uma hora e meia de debate continuamos sem respostas, pelo menos algumas respostas, e a resposta que nós queremos agora é relativamente à pergunta que fizemos sensivelmente há 45 minutos que é a seguinte: qual foi a entidade que fez a reavaliação da frota da SATA Air Açores?

Segundo me lembro já é para aí a quarta ou quinta vez que questiono o Sr. Secretário ou o Presidente do Conselho de Administração acerca deste assunto.

Deputado Francisco César (PS): Está explicado!

O Orador: Já sugeri que teria sido o Sr. Vice-Presidente a fazer a reavaliação da frota da SATA, já sugeri que tinha sido feita através de um *site* do tipo OLX, mas continuamos sem respostas.

Para além disso não chega o facto de se argumentar que os problemas e as dificuldades financeiras da SATA e as contas com os prejuízos de cerca de 16 milhões de euros em 2013 se devem a questões conjunturais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É claro que não!

O Orador: Isso é completamente falso.

Não se devem a questões conjunturais e explico porquê.

Explico que desde 2007 até 2013 (e se bem me lembro em 2007 a crise e os desvarios do governo de José Sócrates que levaram o país à bancarrota pelo menos não eram do conhecimento público, nem das agências de notação financeira, nem tinham assustado os mercados, pelo menos nessa altura) a SATA tem mais um avião A320, tem mais 25% de oferta de lugares na SATA Air Açores, tem mais 100 colaboradores ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para quê?

O Orador: ... e perdeu, de 2007 até 2013, mais de 200 mil passageiros.

Pode-se argumentar: “Isso foi da crise, foi da crise dos últimos anos”, mas nem esse argumento colhe e explico porquê. Porque essa redução, essa perda de 200 mil passageiros por parte da SATA, representa menos 14% de passageiros transportados e o movimento nos aeroportos dos Açores no mesmo período, a redução de movimento de passageiros nos aeroportos dos Açores nesse mesmo período, representa apenas menos 5%.

Onde é que a SATA perdeu os restantes passageiros?

Se perde 14% de passageiros e nos aeroportos dos Açores se verifica apenas uma redução de menos 5%, onde é que perdeu os restantes passageiros?

Pode-se argumentar que foi na base da Madeira, aquela aventura que o Governo mandou a SATA fazer e que fez com que a SATA tivesse perdido em quatro anos 20 milhões de euros.

Tudo isso somado à insistência que nós fazemos repetindo as mesmas palavras de que as contas de 2013 foram marteladas. Foram marteladas com a reavaliação em mais 7 milhões da frota da SATA Air Açores e foram marteladas com a redução das provisões não explicadas aos auditores. Os auditores questionaram a administração da SATA por diversas vezes e escreveram no relatório que não tiveram resposta relativamente a essas duas questões.

Quem foi que fez a reavaliação da frota da SATA Air Açores e o porquê da redução de 3,5 milhões nas provisões?

Já lhe perguntei isso três ou quatro vezes.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Já vou responder!

O Orador: O Sr. Secretário fala a linguagem a que nós todos já nos habituamos a classificar como baliês.

Tudo isso, Sr. Secretário, adicionando um problema, que é a desfaçatez com que V. Exa. diz que está a conferir a fatura que a SATA lhe passou.

É preciso ter uma grandessíssima de uma lata para dizer que está a conferir a fatura de 40 milhões que a SATA passou à sua secretaria, à Secretaria Regional do Turismo e Transportes.

Deputado Francisco César (PS): Não se pode conferir?

O Orador: Digo isso porque é esse Governo que nomeia o Conselho de Administração, é esse Governo o acionista ou o representante do acionista que aprova as contas da SATA e diz que está a conferir a fatura que a SATA lhe passou?

Sr. Secretário Regional, sabe como é que a isso se chama?

Desculpa de mau pagador e a razão verdadeira para essa desculpa de mau pagador é de que V. Exa. não tem dinheiro para pagar 40 milhões.

V. Exa. sabe que a 31 de dezembro deve à SATA 40 milhões e inscreveu no orçamento para 2014 19 milhões para pagar as indemnizações compensatórias da SATA, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o PSD aprovou esse diploma!

O Orador: ... ou seja, não tem 40 milhões para pagar à SATA, considerando inclusive que no final de 2014 já não serão 40 milhões, já serão 60 milhões.

Sr. Secretário, essa questão de ter criado uma comissão, um gabinete de estudo, ou o que quer que seja, para conferir a fatura dos 40 milhões não é mais do que desculpa de mau pagador e tentar empurrar com a barriga para a frente as dívidas que a SATA e o Presidente do Conselho de Administração diz e confirma que o Governo lhe deve.

Por tudo isso, Sr. Secretário Regional, Srs. Membros do Governo, continuamos a assistir a um silêncio ensurdecador por parte do Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro.

Deputado Francisco César (PS): Olhe as bolachas, Sr. Deputado!

O Orador: E o silêncio é tão ensurdecador que temos uma companhia que se pretende que seja de referência estratégica para os Açores, que este ano tem 16 milhões de prejuízo, com as contas marteladas (16 milhões de euros de prejuízo) e o Sr. Presidente do Governo diz: “Isso é com o Conselho de Administração, confio no Conselho de Administração para equilibrar as contas da SATA”.

V. Exa. provavelmente depois não gostou da resposta que ouviu, porque o Conselho de Administração no comunicado que fez disse: “Nós vamos conseguir equilibrar as contas da companhia, logo que não sejamos afetados por fatores externos que condicionem [estou a citar de cor] direta ou indiretamente a atividade da empresa.”

Deputado Francisco César (PS): Sim senhor!

O Orador: O senhor confia na administração da SATA e a administração da SATA confia na inspiração divina, porque uma companhia aérea não ser afetada por fatores internos ou externos só se voar entre o céu e o paraíso, uma espécie de rota divina, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostei dessa, ó Jorge!

O Orador: ... porque em qualquer parte do mundo só as companhias aéreas que disputam clientes e passageiros num mercado altamente concorrencial é que não são afetadas por fatores externos que afetem a vida de uma companhia, até uma mercearia é afetada no seu dia a dia por fatores externos que condicionam a sua atividade.

A resposta do Conselho de Administração não correspondeu às suas expetativas e às suas esperanças.

Por tudo isso, por contas marteladas, por dívidas que o Governo não quer assumir e que empurra com a barriga para a frente, pela dívida que o Conselho de Administração diz que a Secretaria Regional do Turismo e Transportes deve à SATA e que a SATA diz que está a conferir porque não tem dinheiro no orçamento para pagar os 40 milhões, o PSD, até atendendo às palavras de V. Exa., Sr. Secretário Regional, que disse que está disponível para explicar tudo e mais alguma coisa, vai apresentar amanhã nesta Assembleia um projeto de resolução para solicitar ao Tribunal de Contas que faça uma auditoria às contas da SATA.

Deputado Berto Messias (PS): Oh senhor, basta ler o relatório!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Pode ser que por essa via nós consigamos saber quem foi que reavaliou a frota da SATA, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso já foi respondido! Pelo amor de Deus!

O Orador: ... por que é que as provisões foram reduzidas em 3,5 milhões de euros, por que é que o Governo Regional ainda não pagou os 40 milhões e mais algumas coisas que eventualmente possam estar ocultadas no relatório de contas de 2013, que suscita tantas dúvidas, que certamente não serão apenas e só aquelas que estão a ser debatidas, conversadas e denunciadas neste debate.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma primeira palavra de cumprimentos aos novos membros do Governo com os votos de maior sucesso e também uma segunda palavra, neste caso, com o registo para o Deputado Duarte Freitas. Como Presidente do PSD deveria ser mais moderado nos seus ataques pessoais, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... muito deselegantes por sinal, e ser mais afoito na procura de soluções para os Açores e, neste caso, para a SATA.

Deputado Luís Garcia (PSD): Oh, senhor! O senhor vem ao debate para isso!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A SATA é uma empresa estratégica e fundamental para os Açores, disso estamos todos de acordo. Em estratégia é que, certamente, variamos de posição.

A estratégia do Grupo SATA e do seu acionista está e foi aqui evidenciada. Já o maior partido da oposição depois de tantos anos continua sem rumo na sua opinião e estratégia e isso é facilmente provado pelos exemplos práticos.

Ora vejamos, aqui dito pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar e Presidente do PSD/Açores, que “é a favor de uma forte descida das tarifas aéreas nos Açores para o exterior”.

Perguntamos como. A resposta é dada logo mais abaixo, no parágrafo seguinte: “Não sei se será um esforço comercial, ou se terá de haver algum apoio institucional.” Não faz a mínima ideia como é que se faz!

Deputado Luís Garcia (PSD): Estão aí as duas soluções. O senhor não percebeu!

Deputado Luís Maurício (PSD): Pergunte ao Governo da República qual o modelo que apresentaram!

O Orador: Aliás, como se faz, qual é o modelo que o PSD defende, como se mantém uma empresa equilibrada como os senhores aqui tanto apregoam, isso não sabem, mas vêm aqui falar de contas, de equilíbrios orçamentais.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, isso é uma tentativa falhada. Essa intervenção foi passada pelo seu colega Francisco César, mas não passa!

O Orador: Como se isso não bastasse, logo mais à frente vem o Sr. Deputado Duarte Freitas dizer que “a SATA tem de ser um regulador, uma rede de segurança com a entrada das novas companhias *low cost*”.

Ora mais uma contradição! Sustentabilidade da empresa versus regulador de mercado?

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, desista!

O Orador: Então a empresa SATA não deve funcionar num mercado como todas as outras empresas? Vai ser a mais prejudicada? Como é que vão garantir esse equilíbrio novamente?

Mais uma vez a resposta é fácil: não sabem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe o Governo aí! Está tão pertinho dele! É só se virar um bocadinho!

Não sei como é que o senhor não foi para o Governo!

O Orador: Quanto aos prejuízos, Sr. Deputado (Srs. Deputados, aliás, apesar de ser sempre o mesmo interlocutor), depois de dois exercícios com proveito em 2011 e 2012, no ano 2013, como os senhores bem sabem, os prejuízos devem-se a fatores extraordinários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que foi extraordinário!

O Orador: Isso os Srs. Deputados bem sabem e basta dizer o seguinte.

Se o próprio Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, diz que o Tribunal Constitucional tomou uma decisão política que põe em causa a reforma do Estado, oh Srs. Deputados, é óbvio que põe também em causa a gestão de uma empresa como a SATA, independentemente do mérito e da justeza da decisão do Tribunal Constitucional, esse sim aqui devemos reconhecer.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Além disso, como já aqui foi dito, as rotas deficitárias e que não tragam mais-valias para os Açores e para os açorianos devem ser abolidas, aqui afirmado pelo Sr. Secretário e muito bem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais é que são as rotas?

O Orador: Mas mais!

Quanto às ingerências, Sr. Deputado, que tanto apregoam. Quanto a essas ingerências não há, Sr. Deputado, intromissão maior do que a do Governo da República com a aprovação da lei do Orçamento de Estado, que reduziu os rendimentos dos trabalhadores da SATA, que levou a greves ruinosas com os resultados que estão à vista.

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Extraordinário!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Impossibilitar as greves!

O Orador: Não há maior intromissão do que essa!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Isto é que são ingerências!

O Orador: Mas, Sr. Deputado, como se isso não bastasse, ingerências, falar em ingerências, que o Governo faz constantemente ingerências... Oh Sr. Deputado, “PSD exige instruções do Governo Regional à SATA no voo semanal Pico/Lisboa”.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Isto é que são ingerências!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama-se a isso cumprimento do serviço público!

O Orador: Oh Srs. Deputados, “já propusemos no nosso programa eleitoral [aquele que os senhores defenderam e que estão aqui sentados nesta Casa eleitos à conta deste programa eleitoral que defenderam] ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Aprendam!

O Orador: ... uma tarifa de referência de 125,5 €.”

Deputado Berto Messias (PS): As tais ingerências!

O Orador: Ingerências nada!

Deputado Berto Messias (PS): Dra. Berta Cabral. Está a referir-se a ela!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Se isso está mal, por que é que fazem o mesmo?

O Orador: Sr. Deputado, “garanto que um governo por mim presidido vai dar instruções à companhia aérea açoriana para estudar a questão dos preços e baixar as tarifas.”

Quer mais exemplos, Sr. Deputado?

É melhor mais exemplos!

Srs. Deputados, (este provavelmente dos mais ridículos): “O PSD fará as opções orçamentais que forem precisas, em qualquer circunstância, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para pagar os 40 milhões!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... onerando ainda mais o acionista, onerando os Açorianos, através do Orçamento da Região, para baixar tarifas aéreas.”

Oh Sr. Deputado, com esta desisto. Sabe porquê?

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor já desistiu há muito tempo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não concorda que se baixe as tarifas?

O Orador: Utilizando um termo que é muito caro nos últimos dias ao PSD: incompetência, Sr. Deputado!

Olhe, a incompetência é demonstrada diariamente pelo Partido Social Democrata. Sabe porquê?

Com incompetente propositura, com incompetente procura de soluções.

Mas há uma coisa em que os senhores são muito competentes: ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O Partido Social Democrata é que tem a competência de gerir a SATA não é?

O Orador: ... a falar mal e a trabalhar pouco.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Nós vamos encerrar os nossos trabalhos, mas vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes para o debate.

Secretário: O Governo Regional, 11 minutos e 30 segundos; Partido Socialista, 15 minutos e 10 segundos; PCP, 16 minutos e 15 segundos; PSD, 4 minutos e 15 segundos; CDS/PP, 7 minutos e 20 segundos; Bloco de Esquerda, 7 minutos e PPM, 3 minutos e 50 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de voltar a enunciar o leque de perguntas dirigidas ao Governo Regional daquela tribuna e que ainda não foram respondidas, gostaria (até para que não falte tempo ao Governo Regional para poder responder) de tecer aqui algumas considerações sobre algumas afirmações e algumas intervenções.

Desde logo quer por parte do Partido Socialista, quer por parte do Governo Regional que procuraram claramente fugir ao debate e ao esclarecimento, refugiando-se em escaramuças estéreis com o PSD, o que (registo) é lamentável, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O almoço não lhe caiu bem!

O Orador: ... porque um assunto tão relevante para o interesse regional merecia por parte do Governo Regional e do Partido Socialista uma outra atenção e não essa perda de tempo em escaramuças estéreis com o PSD.

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, dizer-lhe o seguinte antes de lhe enunciar as questões que não estão respondidas.

Relativamente à questão da frota e da renovação da frota dos 310, efetivamente há aqui a possibilidade de aviões com mais de 20 anos e daquela tipologia poder ser alargado o prazo da sua utilização.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Mas sei que há, Sr. Deputado. Sei que há essa possibilidade.

Agora, há aqui uma questão, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes. Como V. Exa. sabe, isso custa muito dinheiro e, portanto, é bom que se pense efetivamente na substituição atempada da frota de longo curso, evitando assim

o gasto supérfluo de dinheiro com a instalação de um equipamento para a navegação no Atlântico, sob pena daqueles aviões serem fortemente penalizados.

Isto liga-se a uma outra questão, Sr. Secretário.

Como V. Exa. disse (e disse muito bem) estas rotas estão liberalizadas, quer dizer que qualquer companhia aérea pode entrar neste mercado, mas à SATA cumpre precaver-se relativamente a isso e para isso é fundamental que a questão da renovação da frota seja equacionada, seja resolvida o mais depressa possível e ainda se me permite com um outro considerando que foi referido também na minha intervenção inicial e que tem a ver com o seguinte.

A opção por determinado tipo de aeronave não pode de maneira nenhuma ser constrangedora e redutora da operação da SATA, sob pena de abrir ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Quem não sabe é o senhor!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não é especialista em aviação. Quem é, é o Sr. Deputado Jorge Macedo, que não está na sala!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: O Sr. Deputado Francisco César está a precisar que lhe dirija a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Faça o favor!

O Orador: Quer atenção?

Já lá vou, Sr. Deputado.

Já lhe dou atenção, Sr. Deputado, agora é o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem reclamou por falta de atenção foi o PCP!

O Orador: Sr. Secretário, não pode a opção pela nova aeronave ser redutora, ser constrangedora da operação, sob pena de abrir portas à entrada de novas

companhias aéreas nessas linhas que estão liberalizadas, como V. Exa. bem disse.

Portanto, espero que o tal plano estratégico que já existia há três meses, mas que afinal só vai ser apresentado em setembro ... Também quero congratular-me pelo facto de ter sido anunciado que vai vir aqui, à Assembleia, o que me parece que é fundamental.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, chamar-lhe a atenção para estas questões.

Depois, Sr. Secretário Regional, é verdade que a rota regular Funchal/Lisboa, Funchal/Continente, era deficitária, mas não eram deficitárias as rotas Funchal/Jersey, Funchal/Província Inglesa, Funchal/Província Norueguesa, Funchal/Província Francesa, Funchal/Barcelona, Funchal/Madrid, Funchal/Gran Canaria, Funchal/Dublin e Funchal/Paris. Estas não eram deficitárias e estas também acabaram quando Vs. Exas. mandaram encerrar a base do Funchal. A verdade é esta!

Aliás, o Conselho de Administração reconhecia que estas rotas davam lucro.

Sr. Secretário, isto já para não falar daquele espúrio processo relativamente ao concurso para a rota de serviço público Funchal/Porto Santo que apressadamente Vs. Exas. mandaram a SATA concorrer vésperas ou antevésperas do fim do concurso.

Portanto, Sr. Secretário Regional, é bom que as coisas fiquem claras.

Ainda relativamente à questão das rotas de Cabo Verde que como se sabe eram altamente lucrativas.

Não foi por causa da conflitualidade social.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Foi!

O Orador: Foi pela incapacidade da SATA, de previsão e de ausência de estratégia da SATA que se perderam aquelas rotas, ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): E porquê? Diga porquê!

O Orador: ... porque a SATA não teve capacidade para responder à solicitação do operador turístico e a TAP agarrou as rotas.

Portanto, Sr. Secretário, não foi a conflitualidade social. Não foi! Foi a ausência de estratégia comercial do Grupo SATA que levou à perda das rotas de Cabo Verde, que como sabe eram altamente lucrativas.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Diga porquê?

O Orador: Sr. Secretário Regional, o que ainda não está claro e ao que ainda não respondeu é se de facto há aqui uma nova estratégia para a SATA, uma inversão na estratégia, ou se isto se trata de uma pausa estratégica. V. Exa. ainda não respondeu a isto.

Assim como também não respondeu quando é que pensa o Governo Regional dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas que manda reinvestir 21,5 milhões de euros no Grupo SATA.

Quando é que pensa o Governo Regional fazer o pagamento daquilo que é devido à SATA exatamente para que a SATA não seja utilizada como um banco privado do Governo Regional, com custos não para o Governo Regional, mas para o Grupo SATA?

Deputado Francisco César (PS): Quer o senhor dizer banco público, não privado!

O Orador: Quero ainda colocar uma outra questão, ou melhor, reiterar ainda outras questões que não foram respondidas, Sr. Secretário.

Para quando é que está prevista a revisão e a entrada em vigor das Obrigações de Serviço Público para o inter-ilhas?

Embora V. Exa. tivesse andado à volta, não respondeu. Para que fique claro para todas as açorianas e açorianos que nos ouvem que impedimento legal é que há para que a partir de amanhã não sejam introduzidas as tarifas de 134 € mais taxas?

Deputado Francisco César (PS): Já foi justificado!

O Orador: Que impedimento legal é que há para que isso não venha a acontecer?

Mais, Sr. Secretário!

Relativamente às questões da gestão operacional e da gestão interna da SATA.

É evidente, Sr. Secretário, que o problema é um problema interno do Grupo SATA, mas quando esses problemas atingem a dimensão que têm atingido com prejuízo para o grupo é evidente que eu, ao contrário de outras forças políticas, acho que a tutela se deve ingerir, ...

Deputado André Bradford (PS): Ah! Mas isso a gente não sabia!

O Orador: ... se deve imiscuir, que deve fazer correções.

Aliás, tive oportunidade de dizer isso mesmo em sede de Comissão.

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Está enganado, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Não estou nada enganado!

O Orador: Não tem nenhum problema.

Agora as ingerências (e essas sim não devem acontecer) é mandar abrir rota, mandar fechar rota, alterar horário, abrir horário novo para satisfazer a clientela. Isso é que não! A clientela política, não é a clientela comercial.

Portanto, Sr. Secretário, isso é que é necessário.

V. Exa. disse que não se pronunciava sobre isso, mas era bom que estivesse atento a isso de modo a que se introduzissem as correções necessárias para que aquilo que está a acontecer no seio do grupo cessasse de uma vez por todas (cessasse!) e que o grupo se preocupasse de facto em ter uma estratégia comercial para cumprir, não só naquilo que são as suas Obrigações de Serviço Público, mas para cumprir um outro papel que para o PCP é fundamental, que é canalizar fluxo financeiro para dentro do Grupo SATA.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e agradeço que responda às questões que ficaram por responder.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais os desejos das maiores felicidades aos novos membros do Governo nas novas funções que hoje tomaram posse.

Srs. Deputados, desta interpelação feita pelo Partido Comunista ao Governo Regional nós congratulamo-nos com uma parte da intervenção que agora o Sr. Deputado Aníbal Pires acabou de fazer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá se sai das tábuas!

O Orador: Foi o seu reconhecimento e o seu agrado pelo facto do Governo ter hoje anunciado aqui, até ao final do ano, a apresentação do plano estratégico da SATA.

Isto é uma demonstração de que no decorrer deste debate o Governo do Partido Socialista já está a dar resposta ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Passados 18 anos!

O Orador: ... àquilo que são os anseios das açorianas e dos açorianos, aquilo que é necessário fazer e aquilo que é preciso fazer pelo futuro da SATA, que é isso que preocupa verdadeiramente as açorianas e os açorianos, que querem uma companhia que sirva realmente os interesses dos Açores e dos açorianos e das açorianas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de também, após este registo do PCP, dizer que é de certa forma notória alguma contradição de V. Exa.

V. Exa. acusa o Governo Regional de se imiscuir na escolha das rotas, de se imiscuir naquilo que são os assuntos internos da SATA, mas é V. Exa. o primeiro que vem à Assembleia opinar sobre essas mesmas rotas, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... sobre os acordos laborais, sobre tudo o que é a política de gestão da SATA, ou seja, o Sr. Deputado quer ou não quer que haja o Governo a participar no assunto?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Quanto àquilo que são as intervenções do PSD sobre esta matéria.

Srs. Deputados, lamento que o PSD tenha uma postura de que todo o mal que vem ao mundo é culpa dos socialistas açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é em parte verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então é de quem?

O Orador: Tudo é culpa dos socialistas açorianos.

Aliás, se for o PSD a culpa é dos socialistas, se for o Sr. Deputado Duarte Freitas a culpa é de Vasco Cordeiro e de Sérgio Ávila. Já não é dos socialistas, é daqueles em particular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então queria que fosse de quem?

O Orador: Meus senhores, o Partido Socialista pode ser neste caso culpado por algumas coisas em relação àquilo que foi a política de expansão do Grupo SATA, porque se fosse à custa do PSD nós efetivamente não tínhamos a SATA Internacional, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque quando nós chegámos ao Governo a SATA era uma companhia que voava inter-ilhas com alguns aviões ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito baixinho!

O Orador: ... e fazia uns voos *charters* para os Estados Unidos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Foi a ambição do Partido Socialista, foi a tenacidade dos socialistas, que levaram a SATA a voar para o continente, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... dando a oportunidade aos açorianos de terem uma outra companhia, uma outra oferta de ligação ao continente, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas foram também os socialistas que levaram a SATA a voar para a Europa, para os Estados Unidos e que deram visibilidade internacional a esta companhia.

Por isso mesmo hoje esta companhia está sujeita às regras do mercado internacional, está sujeita àquilo que é uma empresa internacionalizada, foi graças aos socialistas que se internacionalizou a SATA e nós não nos arrependemos disso.

Algumas coisas por este caminho correram mal?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Arruinou-se a SATA!

O Orador: Podem ter corrido mal. Nós podemos ter feito alguns erros ao longo deste percurso, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito poucos!

O Orador: ... mas estamos aqui a saber corrigir e a trabalhar em função daquilo que são os interesses dos Açores, do turismo dos Açores e do fluxo de turistas para os Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É para isso que a SATA existe, é para isso que nós socialistas estamos cá, para trabalhar em função do desenvolvimento económico dos Açores.

O Sr. Deputado Jorge Macedo veio aqui falar que nós perdemos passageiros nos últimos anos.

Oh Sr. Deputado, nós perdemos passageiros nos últimos anos, efetivamente perdemos, e perdemos (se o senhor fizer as contas) muitos passageiros nos voos *charter* que passaram também a utilizar os voos regulares e isso é um indicador positivo para a SATA. Também perdemos muitos passageiros da operação da Madeira.

Por isso, Sr. Deputado Jorge Macedo, perdendo passageiros dos voos *charters* e da operação da Madeira, que era uma operação que dava 3 milhões de prejuízo, não me importo de perder passageiros, porque isso é um bom ato de gestão, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: ... nomeadamente no que diz respeito à gestão das rotas da SATA.

Porque, Sr. Deputado Jorge Macedo, a indicação da gestão da companhia não se faz só pelo número de passageiros transportados, faz-se também por aquilo que é a rentabilidade por passageiro transportado e nesse aspeto nós estamos aqui para melhorar e a ordem foi para cancelar todas as rotas que dão prejuízo ao Grupo SATA.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ordem de quem?

O Orador: Por isso, Sr. Deputado Artur Lima, nós não temos preconceitos em relação a essa matéria. O acionista da SATA é o Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: A SATA existe para resolver os problemas das açorianas e dos açorianos e o Governo Regional está ao lado das açorianas e dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Depois, queria terminar dizendo que o Partido Socialista congratula-se com o anúncio hoje feito aqui pelo Governo Regional de que teremos um plano estratégico até ao final do ano.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já tinha!

O Orador: Sr. Secretário, é bom que assim seja, é bom que esse plano estratégico seja aqui apresentado e que nós continuemos a ter uma companhia que sirva verdadeiramente as açorianas e os açorianos e que também sirva a coesão, porque há partidos que só se lembram da coesão quando visitam as ilhas da coesão, ou fazem jornadas sobre a coesão.

Deputados José Ávila e António Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: Nós, socialistas, pensamos na coesão todos os dias, na vontade dos açorianos e ao serviço dos açorianos.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho duas questões muito diretas a fazer.

A primeira: considerando que o Governo Regional está em falta relativamente à compensação financeira que teria de ser atribuída à SATA, que esse montante deverá rondar os 40 milhões de euros e que esses 40 milhões de euros deveriam ou estiveram inscritos, consignados em vários planos anuais regionais, o que gostaria de saber (também tendo em conta que esses planos anuais regionais são aprovados aqui, nesta Casa) é para onde foi todo o dinheiro que foi aprovado no âmbito do plano anual, nos vários planos anuais regionais, que acabaram afinal de contas por não servir para compensar financeiramente a SATA?

Segunda questão: o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu aqui e bem que haveria algumas rotas que poderiam ser bastante rentáveis para a SATA e dou aqui o exemplo (aliás, já foi dado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires) das rotas Funchal/Jersey, Funchal/Paris e Funchal/Dublin. Todos nós sabemos que por mais promissor que possa ser um negócio ou mesmo uma rota, se não tivermos uma boa gestão dessa mesma rota, em vez de ser uma rota lucrativa poderá ser uma rota que poderá dar prejuízo e parece-me que este é o caso.

Este é o caso porquê?

Porque a SATA quando abandonou estas rotas, apareceu logo alguém interessado, no caso a Windavia que logo de seguida começou a explorar estas rotas.

Portanto, se estas rotas são assim tão apetecíveis para outras companhias, por que é que não eram apetecíveis para a SATA?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marta Couto tem agora a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Creio que há algo neste debate que nos estamos a esquecer.

A SATA é de facto uma empresa que merece e necessita da confiança dos açorianos.

Devemos aqui reiterar esse espírito de confiança e confiança no futuro da companhia à luz deste novo plano de desenvolvimento estratégico que foi aqui apresentado pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora é que é!

A Oradora: Temos assistido continuamente por parte da oposição a um discurso demagógico, derrotista e que apenas tem como objetivo criar celeumas à volta de questões ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual oposição?

A Oradora: Do PSD. Alguma oposição!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah!

A Oradora: ... que já aqui foram respondidas e clarificadas pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes em representação do Governo Regional, na qualidade de acionista da empresa.

Há que lembrar no que respeita aos resultados do Grupo SATA que estes foram causados por motivos com os quais a empresa não poderia contar, não eram previsíveis.

E mais!

Foi a primeira vez em muito tempo, após resultados francamente positivos, que a empresa apresentou resultados negativos.

A empresa tem efetivamente servido os açorianos.

Verificou-se no ano transato e já neste ano com o crescimento da afluência de passageiros que vieram cá aos Açores gastar dinheiro nas nossas empresas, nos nossos hotéis, nos nossos restaurantes.

Até agora muitos milhões foram injetados na economia açoriana por causa da captação de fluxos turísticos para a Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando?

A Oradora: Isto, sim, é prestar um serviço a todos os açorianos.

É verdade que temos que ter uma visão de futuro e não uma visão redutora como já aqui foi dito.

Aliás, a visão redutora parece-me ser a visão de alguma da oposição presente nesta Casa que a emitir constantes opiniões sobre o que deve ser reduzido e aumentado dentro da empresa, na estratégia da empresa, nunca se preocupa efetivamente com o aumento de custos que essas propostas podem causar na empresa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Reduzir os prejuízos e aumentar os lucros!

A Oradora: Ficamos assim sem perceber qual seria a estratégia gerida pela oposição no Grupo SATA.

Parece que esta preocupa-se mais em arranjar acrónimos e expressões juncosas para fazer pouco de quem efetivamente trabalha pela nossa economia, pelo nosso desenvolvimento, do que preocupar-se com propositura de medidas que sejam exequíveis e que não prejudiquem a empresa e os açorianos consequentemente.

Um ano de maus resultados não faz o historial de uma empresa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Um historial que até hoje se faz de desenvolvimento, de comunicação, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... de esforço e luta pela sustentabilidade da empresa e das operações que esta desenvolve pelo crescimento da nossa economia.

A SATA é uma companhia aérea que merece efetivamente a confiança dos açorianos, que trabalha por e com eles e que acima de tudo é uma companhia que trabalha diariamente para que os açorianos possam deslocar-se em segurança e com fiabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fiabilidade: mais ou menos. Tem dias!

A Oradora: Da nossa parte, da parte do Partido Socialista, confiamos que a SATA, na figura do seu Conselho de Administração e do seu acionista, tem

capacidade para encontrar as soluções para suplantar os obstáculos que lhe foram colocados no caminho.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Deputado fez aqui uma pequena inflexão no discurso.

Afinal, os aviões que tinham que ser substituídos em 2015 já não há essa necessidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há, há! O Sr. Deputado é que acha isso!

O Orador: ... podendo esse período de existência e de funcionamento ser alargado mediante determinados investimentos a fazer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: É evidente que qualquer opção tem que medir por um lado o custo e o benefício e essa avaliação, caso se venha a verificar que a opção mais correta é a substituição imediata da frota, estará refletida no plano estratégico 2015/2020 que irei apresentar posteriormente nesta câmara.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cá estamos para o acompanhar!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Até que enfim, Sr. Secretário!

O Orador: Também não há dúvidas em relação àquilo que devem ser os princípios e a renovação de frota.

A renovação da frota e a frota devem ser escolhidas numa perspetiva de satisfazer as necessidades operacionais e comerciais da companhia, dando

assim resposta àquilo que é o plano de negócios da própria companhia, que englobará certamente as operações que estão atualmente em curso.

O que a SATA não fará é opções de frota para satisfazer outros interesses que não sejam os interesses dos Açores e os interesses dos açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são?

O Orador: Em relação às rotas da Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são os interesses?

O Orador: Oh Sr. Deputado, as rotas da Madeira que o senhor tanto fala, deram, em 2013 (e foi no final de 2013 que a SATA saiu da Madeira), um prejuízo de 3 milhões de euros, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que rotas?

O Orador: ... no qual, e passo a citar: “todas as ligações Europa/Madeira [portanto, todas aquelas que o senhor referiu] tiveram uma perda de 15.199 passageiros”.

Aproveito, em “atalho de foice”, para responder ao Sr. Deputado Paulo Mendes. É verdade! A SATA saiu e entrou outra companhia, a Windavia. Durou três meses. Aqui está claramente demonstrada a sustentabilidade que essas rotas tinham para qualquer operador.

Em relação à questão levantada sobre as OSP’s inter-ilhas.

Sr. Deputado, em relação às OSP’s nas rotas inter-ilhas este é um processo que nós temos em execução. É um processo que está pendente neste momento da resolução das OSP’s nacionais, porque umas vão ligar noutras.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é que é desculpa!

O Orador: Assim que este processo das OSP’s nacionais esteja encerrado, estamos em condições para avançar de imediato com as novas Obrigações de Serviço Público inter-ilhas e há questões que interferem diretamente das Obrigações de Serviço Público nacionais, da revisão das mesmas, com o serviço a prestar ao nível das Obrigações de Serviço Público na Região.

Sr. Deputado, em relação à estrutura organizacional da SATA essa é uma competência do Conselho de Administração e não me parece estar no âmbito da

Assembleia Legislativa fazer a gestão de uma empresa, que é uma empresa pública, e que tem os seus órgãos próprios para fazer a gestão da própria empresa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas essa obrigação é sua!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, o PSD tem-nos habituado a um ambiente isotérico.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só depois da sua saída!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso era a JSD quando o senhor estava lá, era?

O Orador: Depois de se falar para o além, faz-se viagens entre o céu e o paraíso, mas, Sr. Deputado, há aqui questões que o Sr. Deputado refere que são muito objetivas.

A perda de passageiros que existe no Grupo SATA foca-se essencialmente nas operações que não se realizavam na Região.

Já tive oportunidade hoje de dizer, pelo menos por duas vezes, que em relação às operações da Europa para os Açores e no ano de 2013 tivemos um crescimento de 23% no número de passageiros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é uma alegria!

O Orador: Em relação às rotas com os Estados Unidos da América, e fruto do reforço que se iniciou no ano de 2013 na conectividade da Região para os Estados Unidos, tivemos um crescimento de 11% no número de passageiros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não para a Madeira!

O Orador: Em relação ao serviço regular entre a Região e o continente houve efetivamente uma estagnação pelos motivos que todos nós já conhecemos.

Portanto, a perda de passageiros centra-se essencialmente em operações que não eram rentáveis, que não contribuía para a captação de fluxos para a Região e nessa perspetiva, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No tempo em que o senhor era administrador!

O Orador: ... como já tive oportunidade de dizer, o Governo dos Açores, enquanto representante de todos os acionistas, que são todos os açorianos, não

permite que rotas deficitárias que não sirvam os Açores e os açorianos sejam efetuadas pela companhia aérea regional.

Em relação à questão que coloca da avaliação de ativos.

Oh Sr. Deputado, essa avaliação foi feita. A entidade que a efetuou foi o Internacional Bureau of Aviation, portanto, julgo que respondo de uma forma muito clara à questão que colocou.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O que é isso? Ninguém sabe o que é isso!

O Orador: Em relação às contas da SATA e a diferença existente entre aquilo que a SATA insere no seu relatório de contas e aquilo que é a dívida da Região. Essa é uma situação que já tive oportunidade explicar por diversas vezes e que continuarei a fazê-lo sempre que for necessário.

A SATA regista as contas na lógica da prestação de serviço, a Região regista nas suas contas na lógica da verificação de que aquele montante que é solicitado é real e o montante que está para avaliação não são 40 milhões de euros, como o Sr. Deputado tentou aqui fazer passar, porque 20 desses 40 milhões de euros, 23, estão certificados e serão naturalmente pagos, ...

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Quando?

O Orador: ... como tudo o que a Região deve e que assume em termos de compromissos e cumpre integralmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que aprovou a conta? Não foi o acionista? Foi a Olívia empregada ou a Olívia patroa quem aprovou a conta?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o Grupo SATA tem uma importância fundamental no contributo que dá, quer para a mobilidade de todos os açorianos, quer para as acessibilidades à Região.

Isto não é uma situação circunstancial como o Sr. Deputado Aníbal Pires perguntou. É, sim, uma visão estratégica, é uma visão para continuar, para prosseguir e aquilo que gostava que se refletisse é se efetivamente o Grupo SATA tem ou não cumprido com aquilo que é o seu objeto social, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então agora andamos a brincar?

O Orador: ... ou seja, servir os Açores e servir os açorianos?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não e não! Não senhor!

O Orador: Todos nós sabemos que o tem feito. Todos nós também sabemos e reconhecemos que existem problemas, mas perante os problemas há sempre duas posições que se podem assumir: ou colocamo-nos do lado do problema, ou colocamo-nos do lado da solução.

O Governo dos Açores está, como sempre esteve e estará, do lado da solução ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem dias!

O Orador: ... e a trabalhar para que ela seja uma boa solução para todos os Açores, para todos os açorianos e para todas as açorianas.

Obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando se trabalha para uma coisa e não se consegue chama-se a isso incompetência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não vou entrar na discussão dos milhões para baixo, dos milhões para cima, porque os açorianos pouca importância darão a isso, porque não tenho dúvidas que se for preciso alguma engenharia financeira ela será feita e desde o momento em que vejo aqui um título no jornal em que a SAUDAÇOR deu lucro, acho que tudo é possível nesta Região.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Quando a SAUDAÇOR, que não tem receitas, dá lucro, acho que é possível pôr a SATA a dar lucro ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É mais fácil pôr a SATA a dar lucro do que a SAUDAÇOR!

O Orador: ... e acho que vai haver o milagre de Roque Santeiro nesta Região. É mais fácil pôr a SATA a dar lucro que a SAUDAÇOR.

Portanto, os senhores conseguiram o impossível. De uma empresa falida, de uma empresa que só dá prejuízos, mal gerida a dar lucro, acho que não devemos estar minimamente preocupados com a SATA, porque ela vai dar lucro rapidamente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Espera mais uns diazinhos que algumas empresas que dão lucro já têm instruções do Sr. Vice-presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é obsessão!

O Orador: Agora, dizia eu (e não vou aqui à obsessão), Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, há bocado na minha intervenção, que além da renovação da frota A310, que na minha opinião é um erro crasso prolongar a agonia daquela frota, acho que devemos pensar o mais rapidamente possível numa substituição da frota A310, que está aqui com quimeras de a estender até 2017 ou 19. É um erro, Sr. Secretário!

Já em 2009 se tinha chegado à conclusão que era necessário substituir essa frota e, portanto, andamos há cinco anos sem o fazer.

Quanto ao Dash Q200, Sr. Secretário, o senhor disse que eles têm mais 10 anos de vida? 10 anos, Sr. Secretário?

Olhe, isso quer dizer que quando o avião sair de serviço tem 27 anos. 27 anos! Isso é impossível!

Quem o informou disso não sabe o que está a dizer. Não sei quem lhe disse isso, mas é de uma total irresponsabilidade.

Nenhum avião, muito menos esse, chegará aos 27 anos, Sr. Secretário! Isso é impossível! Impossível!

E mais!

Segundo a douta opinião da SATA, dos doutos técnicos da SATA que na altura fizeram o relatório de avaliação para a compra dos Dash e para a renovação da frota, vou citar-lhe o que está lá plasmado no relatório. Não fui eu que o fiz, foram os técnicos da SATA.

Os técnicos da SATA diziam: “A vida útil, económica ou técnica de uma aeronave turboélice é de cerca de 16 anos.”

Foi com este parecer que se começou a pensar na substituição dos ATP. 16 anos!

O senhor agora vem dizer-me que ao fim de 27 se vai substituir aqueles?

Alguém anda a mentir aqui no meio disto tudo! Alguém anda a falsear informações! Alguém anda a ser irresponsável e isso é preciso esclarecer.

Que aqueles aviõezinhos eram velhos, que no mercado valiam três milhões de euros ou quatro cada e que os senhores deram 15 milhões de dólares por eles dois, isso é verdade. Isso toda a gente sabe! Foi dinheiro atirado pela janela de pá. A gente sabe disso.

Agora, que o senhor me venha dizer que têm mais de 10 anos de vida útil?

Gostaria que o senhor me fundamentasse essa afirmação que fez aí e sobretudo quem é que a fez, que é para a gente também poder chamar à responsabilidade, se for caso disso, se for alguém de uma empresa pública tutelada pelo Governo.

O senhor terminou: “levar os Açores ao mundo e trazer o mundo para os Açores”. Enfim, uma coisa poética!

Mas para que é que serve a SATA? É para andar a voar para Dublin, para Frankfurt, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas pode ser! Não tenha essa visão redutora!

O Orador: ... ou é para servir os Açores e os açorianos?

Em primeiro lugar ela tem de servir os Açores e os açorianos com tarifas que nos sirvam, porque são os impostos dos açorianos que pagam a SATA, Sr. Secretário, e a mim interessa-me é os Açores e os açorianos.

Não me interessa (e aí concordo consigo) quaisquer outros interesses. Não tenho!

São tarifas adequadas a uma Região ultraperiférica, tarifas subsidiadas pelo Governo, que não podem ter, Sr. Secretário, o preço por milha voada mais alto da Europa. Mais alto da Europa!

Deputado Francisco César (PS): Quem sabe do mundo!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, 160 €! Faça lá a continha rapidamente. Vá lá!

160 € numa viagem Ponta Delgada/Terceira, Terceira/Ponta Delgada e diga lá qual é o custo por milha voada! Diga lá!

Onde é que encontra uma companhia com tão elevado custo por milha voada? Diga lá!

Aí depois junte-lhe o preço que cada banco vazio da SATA custa a cada açoriano. Quanto é que custa cada banco vazio da SATA Air Açores?

Não quero uma SATA Internacional, porque foi um erro desses ...

Agora falo na estratégia da SATA e olho para os aviões da SATA com pena minha e critiquei aqui isto.

A SATA teve uma estratégia só que foi desastrosa: “The Atlantic and You”.

Açores por um canudo!

“The Atlantic and You”! Era essa a estratégia da SATA. Era ir combater a British Airways, a Air France, a KLM.

Um avião, um qualquer, tinha algum dia capacidade para se meter no centro da Europa, com rotas no centro da Europa?

Mas eu estou cá para satisfazer as veleidades de algumas pessoas?

Esse é o erro do Governo e é aí que o Governo tem de dar instruções, que a SATA tem de servir os açorianos e os Açores.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar. Agradeço que abrevie, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Não são caprichos, como eu também aqui ouvi do anterior Conselho de Administração: “jet-like-experience”!

Compra-se Dash 400 que são eficientes no setor náutico das 400 milhas para voarem no setor náutico das 150 milhas?! Deu-se uma fortuna, esbanjou-se dinheiro!

“The Atlantic and You” era a estratégia e o plano de negócios da SATA.

Despenhou-se, Sr. Secretário!

Não me venham dizer que é agora que a SATA tem um plano estratégico. Estamos conversados e estamos sobretudo arruinados.

E mais!

Para renovar o 310 (vou terminar, Sra. Presidente) o Sr. Secretário deve ter uma estimativa.

Vou dizer-lhe que para comprar dois aviõezinhos (não são quatro, são dois) vá preparando 400 milhões de dólares.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Não se compra, Sr. Deputado! Aluga-se!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez nós assistimos neste plenário a contradições sobre aquilo que se pretende da companhia aérea.

Nós não podemos à segunda-feira pedir que a companhia aérea tenha custos mais baixos, tenha maior eficiência, mas na terça-feira seguinte vir pedir que esta mesma companhia aérea consiga satisfazer as necessidades de carga, consiga satisfazer as necessidades de procura, tenha aviões com capacidade para satisfazer tudo aquilo que são as vontades dos partidos.

Não é assim que funciona!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Deputado Rogério Veiros vai ter que voltar a explicar!

O Orador: Não é assim que funciona!

Não se pode acusar o Partido Socialista ou o Governo de ter ingerência na companhia, de fazer ou determinar determinadas rotas e depois ser o mesmo partido que nesta Assembleia a única coisa que vem fazer é pedir rotas mais baratas, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... passagens mais baratas, sabendo que isso mesmo pode significar ingerência.

Não se pode ter o melhor dos dois mundos.

Nós devemos delinear estratégias para a companhia, nós temos de ter um plano para a companhia e o Sr. Deputado Artur Lima bem sabe. O Sr. Deputado bem sabe!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que foi anunciar no congresso que íamos ter passagens mais baratas?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Veja se se lembra de um congresso em que foram anunciadas passagens mais baratas!

O Orador: O Sr. Deputado bem sabe que há muitas rotas na Europa que servem os Açores, que servem a nossa Região, que mantêm os nossos hotéis com fluxos turísticos que se reproduzem na nossa economia.

O senhor sabe o impacto que a SATA tem nos Açores pelo valor que gere em termos turísticos na ordem dos 60 milhões de euros, pelo valor que deixa nos Açores, pelos salários que paga na ordem dos seus 50 milhões de euros. Cerca de 110 milhões de euros é aquilo que a SATA, que os senhores tanto criticam, deixa na economia açoriana.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Mais!

O PSD veio a este debate com um único propósito, com uma única obsessão, como disse ainda há pouco o líder do PSD: “É para ti sempre, Sérgio!”

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor não sabe do que é que eu estava a falar!

O Orador: Foi isso que disse há bocado o líder do PSD.

O objetivo do PSD de uma forma superficial, de uma forma sem conteúdo, é como sempre atacar, atacar, atacar o Governo dos Açores.

E a propositura? Onde está a propositura? Onde está a estratégia do PSD?

Desapareceu! Acabou-se!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sabes quem é que prometeu em congresso passagens a pouco mais de 100 euros direitos!

O Orador: A pressão interna a que o PSD está sujeito acabou com a capacidade de propositura.

Vem o PSD aqui com o propósito de acusar de ingerências internas o Partido Socialista e o Governo e saiu, despenhou-se, está em queda livre.

Vem o PSD dizer que as contas estão marteladas!

Mas, Srs. Deputados, aquilo que os senhores estão a dizer que descobriram nas contas foi visto no relatório de contas que foi apresentado pela SATA. Aquilo que os senhores andam a questionar o Governo e que andam a dizer que estava martelado, os senhores não descobriram porque alguém vos ligou, ou porque receberam um documento. Não! Os senhores viram nas contas da SATA, nas contas que os senhores dizem que estão marteladas.

As contas são transparentes, porque se não fossem transparentes os senhores não estavam a fazer perguntas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Transparentes?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então o Governo deve 40 milhões!

O Orador: O Governo ...

Deputado António Marinho (PSD): Os auditores e os revisores oficiais de contas são os primeiros a achar que as contas são transparentes. Eu tinha vergonha de apresentar contas dessas!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Francisco César continue a sua intervenção.

O Orador: Oh Sr. Deputado, com reservas estão os senhores em seguir essa estratégia.

As contas claramente são transparentes, ...

Deputado António Marinho (PSD): São, são! Os revisores os oficiais de contas assim o acham!

O Orador: ... porque se não os senhores não vinham aqui com esse discurso. Os senhores sabem o que lá está, sabem mas não querem dizer. Os senhores preferem utilizar toda a demagogia e a superficialidade na análise para apenas tentar acusar o Governo do Partido Socialista.

Mesmo na questão das provisões, mesmo a questão da reavaliação da frota foi explicado na Comissão e aqui pelo Sr. Secretário.

Deputado António Marinho (PSD): Não foi! Mentira!

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar. Agradeço que abrevie.

O Orador: O senhor o que é que fez?

O senhor admite que foi esclarecido sobre esta matéria?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nós temos o relatório!

O Orador: Os Srs. Deputados que vieram aqui falar sobre as questões operacionais, sobre as necessidades que a companhia tem de melhorar, mais uma vez criticando o Governo dos Açores, nada falaram, uma única palavra ouvi falar o PSD sobre a paz social que a administração da SATA conseguiu ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito apertada!

O Orador: ... de forma a que a companhia se possa focar no seu objeto principal: servir os Açores, servir os açorianos com todos os seus colaboradores unidos nesta função.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cumpriram tudo!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente, dizendo que o Partido Socialista tem noção que nem tudo o que fizemos correu bem e temos noção de que há passos que foram dados, que a SATA cumpriu um determinado propósito nos anos 90, que cumpriu outro propósito no ano 2000 ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora não cumpre!

O Orador: ... e que nesta década continuará a cumprir o propósito de servir os Açores e servir os açorianos, adaptando-se às circunstâncias, melhorando a sua ação. Este é o objetivo do Partido Socialista: não se conformar, adequar-se à realidade e servir, sobretudo, sempre os açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As contas da empresa foram ruinosas. Refira-se a isso!

O Orador: Foi por isso que sempre tivemos a confiança dos açorianos e esperamos continuar a ter.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, finalmente admitiu que a SATA em sete anos perdeu o grosso dos seus passageiros em rotas fora dos Açores. É isso que o PSD já está a dizer há um mês ou dois, porque confirmamos que nos aeroportos dos Açores a redução no número de passageiros foi muitíssimo menor do que a redução dos passageiros que o Grupo SATA perdeu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E isso é bom ou mau?

O Orador: O que é que isso significa?

Significa tão só que a SATA perdeu competitividade, significa tão só que a SATA não consegue concorrer no mercado aberto, ou seja, todas as vezes que encontra outros operadores e outras companhias fora das rotas dos Açores, rotas normalmente protegidas, não consegue concorrer e perde para com essas companhias. Bem-vindo ao clube! Bem-vindo a admitir que de facto a SATA perdeu músculo e perdeu a competitividade.

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, continuamos sem saber como é que a SATA vai receber os 40 milhões que estão no seu relatório de contas, dívida da Secretaria Regional de Turismo e Transportes.

Continuamos sem saber como é que V. Exa. vai encontrar 40 milhões para pagar aquilo que o Presidente do Conselho de Administração da SATA diz que o Governo lhe deve.

Continuamos sem saber que mesmo que sejam 23 milhões de contas certificadas, que ainda não estão pagas, mesmo que fosse esse valor, que são 40, o Governo Regional não tinha 23 milhões no orçamento de 2014 para pagar esses 23 milhões pelo facto de só ter inscrito 19 milhões. Mas são 40! Esses 17

milhões terão de aparecer de algum lado, caso contrário as contas da SATA vão ficar bastante pior do que aquilo que foi transcrito nas contas de 2013, porque se para além do buraco que já lá existe e dos prejuízos contabilizados o Governo diz que não lhe vai pagar de maneira alguma 17 milhões (a diferença entre os 23 e os 40), então as contas ficarão bem piores do que aquilo que elas espelham atualmente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não vão! Então a SAUDAÇOR!

O Orador: Sr. Secretário, finalmente, e muito a custo, conseguimos saber quem é que fez a reavaliação da frota da SATA Air Açores: um vendedor de aviões de segunda mão, International Bureau of Aviation.

Acabei de abrir o *site* desta empresa ...

Deputado Francisco César (PS): Lá está o senhor no Google!

O Orador: ... e esta empresa é uma ERA ou uma REMAX da aviação internacional.

Deputado Francisco César (PS): E não pode avaliar?

O Orador: Na prática, os senhores foram falar com uma empresa que compra e vende aviões: “Digam-me lá quanto é que isso vale?”.

Como não era para vender aviões a uma outra empresa, eles disseram: “Por quanto é que querem que a gente avalie isso?”

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, assim não vale. Assim é mau demais!

Sr. Deputado Rogério Veiros, excelente intervenção que fez aqui, neste plenário.

Comicieira quanto baste, mas teria sido excelente caso os resultados não fossem aqueles que são.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O problema é que os resultados são maus.

Como dizia um amigo meu “os resultados são um pouco péssimos”.

Os resultados do Grupo SATA em 2013 foram prejuízos de 16 milhões de euros. Portanto, todas as “loas” que o senhor referiu relativamente à estratégia

de expansão da SATA foi a mesma estratégia que depois originou ordens do Sr. Secretário para recolher à base.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que abrevie. O seu tempo está a terminar.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente, e obrigado.

Foi uma estratégia de yo-yo: vai, mas volta depressa com o rabinho entre as pernas e com um prejuízo de muitos milhões de euros.

O elogio, o orgulho de que vamos ter um plano estratégico, um plano de negócios em setembro?

Deputado Francisco César (PS): Um novo!

O Orador: Mas esse Governo já governa há 18 anos! Essa administração da SATA, na qual passou o Sr. Secretário Vítor Fraga, já tem anos. Não pode ser um orgulho ter um plano de negócios em setembro, quando muito é uma vergonha termos um plano de negócios em setembro, quando a empresa está prestes a bater no fundo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

Deputado Rogério Veiros (PS): Se fosse o PSD não tínhamos plano, não tínhamos nada! Era isso e o transporte marítimo de passageiros!

O Orador: Quando a empresa está prestes a bater no fundo inventa-se um plano de negócios.

Termino dizendo que sintomática ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... é a preocupação evidente dos trabalhadores da empresa. Preocupam-se com o seu futuro, mas preocupam-se sobretudo com o futuro da empresa.

Sintomática é a ligeireza com que o Governo Regional aborda o presente e o futuro da SATA.

Sintomática é a apreensão dos açorianos que veem a sua empresa de transporte aéreo degradar-se, perder credibilidade, passageiros, rotas e capacidade de concorrer num mercado cada vez menos protegido, como foi evidenciado pela assunção e pela admissão do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Sintomático é quando uns estão preocupados e apreensivos, no caso os trabalhadores e os açorianos, e o Governo desfaz-se em desculpas ...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Termino mesmo, Sra. Presidente.

... e atira a culpa para outros quando todos sabem que o Governo faz da SATA um instrumento ao serviço de alguns (as clientelas), esquecendo-se dos açorianos.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começava ainda por referir a questão do Funchal e o abandono da base.

Como todos estamos lembrados foi fundamental para a expansão da SATA a operação a partir do Funchal e é evidente que há aqui visões diversas relativamente à estratégia que a SATA deve ter. Clara é a posição do CDS, clara é também a posição do PCP, com alguma nebulosidade é a posição do Partido Socialista e do Governo Regional e relativamente às outras bancadas não me pronuncio, porque não consegui descortinar qualquer tipo de estratégia para aquilo que deve ser o futuro do Grupo SATA.

Mas, Sr. Secretário Regional, V. Exa., relativamente ao Funchal não conseguiu desmentir uma coisa, apenas disse que havia perda de passageiros, não disse que as operações ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Disse: 3 milhões!

O Orador: Disse!

Oh Sr. Secretário Regional, a questão é a seguinte.

Deputado José Ávila (PS): Não ouviu!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Ou não quer ouvir!

O Orador: Há uma afirmação do Conselho de Administração da SATA que diz: “Apesar de ter havido um decréscimo de passageiros face aos contextos desfavoráveis provocados pela crise, mas a verdade é que aquela operação continuava a ser marginalmente lucrativa.” Afirmação do Conselho de Administração.

Depois, Sr. Secretário Regional, aqui uma outra questão, que peço que pudesse esclarecer não só o deputado do PCP, mas esclarecer sobretudo o povo açoriano: para quando é que está finalizado o processo de revisão de Obrigações de Serviço Público com a República?

Porque segundo V. Exa. as Obrigações de Serviço Público no inter-ilhas depende da finalização das negociações com a República. Era bom que nós nos entendêssemos e que isto ficasse esclarecido, porque eu não fiquei esclarecido.

V. Exa. faz depender uma coisa da outra e gostava de perceber exatamente o que é que se passa relativamente a isso.

Depois, Sr. Secretário Regional, e vou terminar já por aqui, há duas perguntas que ainda não foram respondidas.

Quando é que o Governo Regional reinveste 21,5 milhões de euros da privatização de parte do capital social da EDA, que o Tribunal de Contas reiteradamente tem vindo a dizer que tem de ser feito e quando é que paga aquilo que deve pelo serviço público que a SATA paga à Região?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não tem dinheiro!

O Orador: Portanto, estas questões ainda não foram respondidas e é fundamental que isto se perceba.

Quanto à questão do plano estratégico, e para finalizar esta intervenção, dizer o seguinte: há três meses, exatamente há três meses, V. Exa. afirmava dessa bancada que havia um plano estratégico.

Eu dizia: “Não! O que há é um AIMS.”

Depois até lhe dei a coisa de barato e aceitei, sabendo-se que o AIMS é apenas uma escala de serviço, pouco mais do que isso, ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vitor Fraga*): Não é verdade!

O Orador: ... não é um plano estratégico.

Aliás (e ainda a operação da Madeira e a empresa que substituiu a SATA), o diretor geral daquela empresa esteve um ano na SATA Internacional e aquilo que fez foi aquilo que não deveria ter feito, que era vender serviços para os quais a SATA não tinha capacidade de dar resposta, porque fotocopiava o AIMS de determinado mês e depois ia vender serviços da SATA que a SATA não tinha capacidade para responder. Mas também esse diretor geral, ao que parece, já desapareceu da Windavia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Penso que o Sr. Secretário quererá responder.

Presidente: O Sr. Secretário Regional vai inscrever-se?

Tem a palavra então Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vitor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo referiu que a SATA perdeu competitividade e não consegue concorrer em mercado aberto.

Oh Sr. Deputado, sejamos sérios.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Só falta o senhor!

O Orador: O mercado da aviação civil mudou ...

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Para umas coisas mudou, para outras já não mudou!

O Orador: ... e a SATA durante um longo período da sua existência conjugava aquilo que era a operação regular com a operação *charter* e a operação ACMI.

Houve empresas que entraram no mercado especializadas neste tipo de operação, ACMIS e *charters*, que ocuparam naturalmente esse espaço.

A SATA, por seu lado, e ao contrário do que diz, tinha uma linha estratégica definida, um plano estratégico até ao corrente ano definido, que assentava na evolução da sua operação de *charter* para regular. Foi isso que foi feito.

A perca que há é essencialmente no mercado *charter*, na operação da Madeira, que assentava muito também em operações *charters* e no mercado que a SATA entrou, no mercado de ACMI. Isso versus um crescimento significativo ao nível do serviço regular, das rotas regulares que servem os Açores e os açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foi significativo sequer. Não chegou a 60 mil passageiros!

O Orador: O Sr. Deputado ao longo de todas as suas intervenções lançou um conjunto de fantasmas e de questões a levantar dúvidas ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Dúvidas e fantasmas, quais?

O Orador: ... sobre tudo e mais alguma coisa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nomeadamente?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Legítimas, Sr. Secretário, legítimas!

O Orador: Oh Sr. Deputado, a SATA tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento da Região.

A SATA irá continuar a desempenhar esse papel fundamental no desenvolvimento da Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nomeadamente? Dúvidas em quê? Dúvidas e fantasmas! Quais dúvidas e fantasmas? Eu não tenho mais tempo!

O Orador: O Governo dos Açores irá cumprir escrupulosamente com todas as suas obrigações perante a SATA.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quais dúvidas e fantasmas?!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, deixe o Sr. Secretário falar!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu não tenho mais tempo!

O Orador: O Governo dos Açores irá cumprir com todas as suas obrigações perante a SATA na sequência das Obrigações de Serviço Público, pagando aquilo que efetivamente deve, seja que montante for.

Aquilo que temos feito e que continuaremos a fazer é, o que está inscrito no Plano e Orçamento será integralmente pago à SATA.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Dezanove! E os outros 40?

O Orador: As divergências que existem em termos de contabilização daquilo que a SATA apresenta como dívida da Região e aquilo que à data é reconhecido como dívida da Região serão avaliadas no âmbito do contrato existente de Obrigações de Serviço Público, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lá está a Olívia patroa e a Olívia empregada!

O Orador: ... a cláusula n.º 23, em que isto é previsto, e faz parte do contrato esta certificação dos valores das contas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É melhor o senhor dizer que só tem 19 milhões!

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero aqui reafirmar a importância que a SATA tem no contexto do desenvolvimento da Região, no contributo que a SATA pode dar para a captação de fluxos para a Região e para a mobilidade de todos os açorianos, colocando-a assim ao serviço dos Açores e dos açorianos.

Não quero terminar sem responder muito objetivamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora! Quando já não tem tempo é que decide responder!

O Orador: O processo de revisão das Obrigações de Serviço Público continua a ser trabalhado afincadamente e há que reconhecê-lo. Quando as coisas não andam eu digo, quando elas estão a evoluir também estou aqui para o dizer e para reconhecer o empenho que tem sido colocado não só pelo Governo dos

Açores, mas também por parte do Governo da República através do INAC, no desenvolvimento de um trabalho sério, objetivo, para que este processo de revisão de Obrigações de Serviço Público chegue ao fim o mais rápido possível, sendo que elas naturalmente interferem de uma forma direta com aquilo que nós queremos definir depois, em termos de Obrigações de Serviço Público, para o serviço inter-ilhas.

Quero aqui mais uma vez manifestar todo o empenho, ...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... todo o apoio do Conselho da Administração da SATA, todo o acreditar que nós temos nos colaboradores do Grupo SATA que são peças fundamentais para o desenvolvimento de uma estratégia de consolidação ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Consolidação com esses números?

O Orador: ... e de crescimento de uma companhia que todos nós queremos que seja uma companhia de referência e que seja um contributo ativo para o desenvolvimento económico da Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os números, Sr. Secretário?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Jorge Macedo, pede a palavra para?

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, era para protestar relativamente à última intervenção do Sr. Secretário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: O protesto prende-se pelo facto dele ter feito afirmações, que eu tinha levantado dúvidas e fantasmas, às quais eu pedi a concretização e o Sr. Secretário rapidamente mudou de assunto e não quis concretizar.

Era para dar oportunidade no contra protesto para o Sr. Secretário poder concretizar quais são as dúvidas e os fantasmas que o Grupo Parlamentar do PSD levantou.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, não me parece que efetivamente uma questão de dúvidas ...

Nós já não estamos em fase de debate efetivamente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Elas foram levantadas agora!

Presidente: Portanto, se houvessem dúvidas ou esclarecimentos a fazer teria que ser na fase de debate.

Não me parece que seja um argumento para pedir um protesto àquilo que o Sr. Secretário disse, por isso não lhe darei a palavra naturalmente.

A Mesa não tem mais inscrições para participar no debate.

Pergunto ao Sr. Deputado Aníbal Pires se vai usar do tempo que lhe resta para fazer o encerramento da interpelação?

Tem dois minutos então, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao fim de mais de um ano, um debate de urgência e duas interpelações, julgo que hoje é claro que relativamente às questões do Grupo SATA há aqui posições definidas das diferentes forças políticas, numas mais claras do que noutras, mas há sobretudo uma questão que é na opinião do PCP muito importante. Está comprovado, à saciedade, que os trabalhadores da SATA têm dado um contributo importantíssimo para que sejam sanados não só alguns dos problemas do grupo (têm demonstrado um empenho muito grande e uma disponibilidade muito grande para que a SATA e o grupo no seu conjunto possa contribuir efetivamente para servir a Região Autónoma dos Açores, para servir o povo açoriano), mas sobretudo têm demonstrado disponibilidade para que a SATA possa ser efetivamente a marca dos Açores no mundo.

Aquilo que a Representação Parlamentar do PCP deseja é o sucesso para o Grupo SATA e o sucesso não só para o cumprimento daquilo que são as

Obrigações de Serviço Público da SATA, mas que a SATA se afirme efetivamente no mercado do transporte aéreo e que canalize fluxos financeiros para o grupo e para a Região Autónoma dos Açores, de modo a que esses fluxos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... financeiros possam ser utilizados até como contributo para baixar as tarifas aéreas internas.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP continuará atenta aos desenvolvimentos que houver dentro do Grupo SATA e continuará a trazer este assunto, porque o considera de relevante importância para a Região Autónoma dos Açores, sempre que entender necessário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos assim o ponto um da nossa Agenda.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Para pedir um intervalo regimental ...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Exatamente!

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sendo regimental está concedido.

Regressamos às 16 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas e 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 34 minutos.

Conforme foi decidido pela Conferência de Líderes e na sequência da prioridade que lhe confere o artigo 121.º do Regimento, vamos passar de imediato à apresentação do **recurso**, apresentado pelo PPM, **referente à decisão de não admissão do Projeto de Resolução n.º 76/X – Recomenda a realização de um referendo em Portugal a respeito da questão do regime (Monarquia ou República).**

Esta decisão de não admissão consubstanciou-se num parecer jurídico dos serviços da Assembleia e foi também reiterada pela Mesa da Assembleia por unanimidade.

Conforme a Conferência de Líderes estipulou, o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem cinco minutos para apresentação do recurso e os outros Grupos e Representações Parlamentares, querendo, dispõem também de cinco minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que vamos aqui discutir neste recurso não é a questão da Monarquia ou da República. O que vamos discutir neste recurso que o PPM apresentou em relação ao despacho assinado pela Sra. Presidente da Assembleia é entre democracia e censura, entre liberdade de apresentar ideias políticas e liberdade de apresentar projetos políticos ou a arbitrariedade da Sra. Presidente em relação a esta matéria.

O que sucedeu no âmbito da não admissão do Projeto de Resolução do PPM foi uma questão de censura política.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A isso chama-se Constituição!

O Orador: É tão-somente esta a questão que está em debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Constitucional!

O Orador: Mas como aos Srs. Deputados lhes foi negada a leitura do Projeto de Resolução, porque ele não foi distribuído pelos Deputados, que o PPM

apresentou e cuja admissão foi recusada, eu vou dizer o que é que nós estamos aqui a tratar.

O Projeto de Resolução recomendava que:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da defesa dos valores universais da democracia e da liberdade que caracterizam a sua ação política, recomenda à Assembleia da República que promova as alterações constitucionais necessárias para que o povo português se possa pronunciar, através de referendo, sobre a forma de Governo (republicana ou monárquica) do Estado Português”.

É tão-somente esta a recomendação, que se façam as alterações constitucionais que a Assembleia Legislativa recomenda à Assembleia da República, que é quem tem competências nesta matéria, como sabem, para que se proceda às alterações constitucionais, que permita a realização do referendo.

O Despacho da Sra. Presidente que indefere a admissibilidade do Projeto de Resolução em discussão diz o seguinte:

“Considerando que a presente iniciativa legislativa não reúne os requisitos para ser admitida, pois infringe o limite material de revisão consagrado na alínea b) do artigo 288.º da Constituição da República”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí está! É uma questão constitucional!

O Orador: Meus senhores, há muita doutrina constitucional, mas isto é um Parlamento, não é um Tribunal.

Aqui debate-se política!

Se não se debate aqui onde é que se debate? Onde é que um partido como o Partido Popular Monárquico pode, democraticamente, debater aquelas que são as questões fundamentais do ponto de vista programático?

Se não o pode debater nesta Assembleia, qual é a resposta que a democracia portuguesa dá à necessidade de diálogo que defendem muitos portugueses que defendem a instauração da Monarquia em Portugal?

Meus senhores, os limites materiais da revisão constitucional em Portugal já foram alterados em 1989.

Eu pergunto: onde é que está, na sua atual Constituição, a participação das organizações populares de base no exercício do poder local?

Onde é que está esta alínea dos limites materiais da revisão?

Já terminou!

Onde é que está a planificação democrática da economia que criava aqui uma espécie de Estado Soviético em Portugal?

Também já não está nos limites materiais da revisão constitucional.

Portanto, a história das revisões constitucionais em Portugal demonstrou que os limites materiais da revisão constitucional foram alterados.

Meus senhores, esta é a perspetiva e o ponto que me dói mais nesta questão e aos monárquicos dos Açores, que é a questão da própria Assembleia da República ter uma perspetiva muito diferente em relação a esta matéria, muito mais democrática.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

A perspetiva é esta:

O Sr. Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, admitiu, em 14-10-2010, uma iniciativa do CDS/PP que propunha uma alteração aos limites materiais da revisão. E a alteração que o CDS propunha, a única aliás no âmbito dos limites materiais da revisão, era a seguinte: onde está escrita a forma republicana do Governo passava a estar a forma democrática do Governo.

Meus senhores, esta alteração que estamos aqui a propor vai nesse sentido, que se altere a Constituição no sentido de se poder criar e ter um referendo em que o povo português se possa expressar de forma democrática...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já devia ter terminado! Os 5 minutos já lá vão!

O Orador: Sra. Presidente, dê-me só uma oportunidade, já que não me deu a oportunidade de discutir este documento, de terminar a argumentação. Ainda estou no campo meramente jurídico e constitucional.

Presidente: Sr. Deputado, tem que se cumprir com as regras que foram decididas por todos.

O Orador: Eu gostava que me desse essa oportunidade.

Se não me dá a oportunidade de explicar...

Sra. Presidente, eu vou já terminar, se me der mais 30 segundos.

Presidente: Trinta segundos, Sr. Deputado.

O Orador: Só lhe quero dizer o seguinte:

O Sr. Presidente da Assembleia da República admitiu esta proposta de alteração aos limites materiais da Constituição. Eu não vejo por que é o Parlamento dos Açores não pode discutir esta questão exatamente na mesma vertente e por que é que se tem uma visão absolutamente arbitrária, uma visão que censura a liberdade de discussão política neste Parlamento, que não dá capacidade aos portugueses de referendarem democraticamente o regime?

Meus senhores, nenhum regime é democrático, nenhum regime merece esse adjetivo de democrático, se não vai a votos, se não se deixa referendar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção no dia de hoje, não posso também deixar de saudar os novos e as novas membros do Governo e desejar-lhes naturalmente as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Uma intervenção muito rápida e muito breve.

Apenas para informar a câmara que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda em absoluto com a interpretação jurídica e com a decisão da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativamente à proposta apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para dizer de uma forma muito clara e muito frontal que discordamos totalmente da interpretação da Mesa da Assembleia sobre essa matéria.

Não deixo de achar até cómico que esta esquerda, que se diz democrática e que quer discutir a democracia, se recuse a discutir e a referendar-se a si própria, impondo uma constituição de cariz altamente ideológico, partidarizada, esquerdoide que temos até hoje...

Deputado André Bradford (PS): Ih!

Deputado Berto Messias (PS): Mas o que é isto?

O Orador: É a minha opinião sobre a Constituição da República Portuguesa.

Deputado André Bradford (PS): Já sabemos qual é a sua opinião!

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas é fraquinha!

Deputado Berto Messias (PS): O Deputado Artur Lima no seu melhor!

O Orador: Sr. Deputado, nem sequer lhe vou responder à sua “fraquinha”...

Deputado Berto Messias (PS): É melhor!

O Orador: ... porque o ia ofender e não me apetece nem o senhor merece.

Portanto, nem sequer lhe vou responder à “fraquinha”...

Presidente: Não entrem em diálogo, Sr. Deputado, por favor.

O Orador: ... porque de certeza que o ia ofender.

Portanto, quando nos é vedada, no primeiro órgão da Autonomia, num órgão democrático, plural, a possibilidade de discutir, e de cada um dar a sua opinião, seja a favor ou seja contra, democraticamente, quando esse direito é coartado, isto não passa (tem que se dizer o termo) de censura.

Vivemos num Parlamento que censura iniciativas e não tem o mínimo de fundamentação. Isso chama-se censura! E a esquerda aprova e dá o seu aval.

Deputado Berto Messias (PS): Esquerda livre!

O Orador: Continuo a falar de esquerda, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Está enganado!

O Orador: De direita aqui só conheço dois partidos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dois?

O Orador: Não conheço três. De direita!

A esquerda quer discutir tudo e todos, sobretudo quando entra nos direitos dos outros, mas não admite que seja referendada a auto proclamada ética republicana.

Portanto, somos a favor que isso tivesse sido e discordamos frontalmente...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isto é a interpretação jurídica da Mesa. Isto é escusado!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias também está incomodado de eu dar a minha opinião.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem que continuar.

O Orador: Sra. Presidente, eu vou sentar-me porque estão todos incomodados. Os senhores já chegaram ao ponto de agora acharem o que eu devo dizer e não devo dizer. Isto é uma censura absoluta...

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor! Santa paciência!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: ... o que os senhores estão aqui a fazer, e está a tentar influenciar a Sra. Presidente no sentido de censurar a minha intervenção. É o que o senhor está a fazer.

Isso fica-lhe mal. É desagradável.

Isto o senhor não gosta, mas desta sua pseudoesquerda e dos pseudoesquerdos estou eu farto, Sr. Deputado Berto Messias.

Eu, particularmente, desses pseudossocialistas e pseudoesquerdas estou eu farto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Não percebi nada da sua intervenção, mas o problema deve ser meu!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Posso fazer-lhe um desenho!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que não estava para intervir, mas sinto-me na obrigação de defender, como uma antiga Deputada aqui nesta Casa já referiu, a honra da esquerda.

Mas mais do que defender a honra da esquerda, defender as pessoas.

O que realmente incomoda o CDS/PP não é propriamente que a Constituição seja de esquerda. O que incomoda o CDS/PP é que a Constituição continue a ser o único garante de defesa dos trabalhadores, totalmente inviolável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, isso o senhor já pode dizer?

O Orador: O que o CDS/PP pretende, aliás à semelhança do PSD e do PPM,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde isto já vai!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é a censura! Eu gostaria de discutir consigo, mas a Sra. Presidente não quer!

O Orador: ... e aqui o PPM serve um pouco como “lebre” à direita, é “abrir a caixa de Pandora” para alteração da Constituição, para poderem retirar mais direitos às pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Direitos tiram os senhores na Albânia!

O Orador: Ao longo dos anos o Bloco de Esquerda tem assumido a figura também de refendo como forma de chamar a população após um debate, que se quer esclarecedor, a decidir sobre os mais variados assuntos.

Portanto, de referendos estamos conversados.

O Bloco de Esquerda sempre defendeu a figura de referendo.

Fizemo-lo, por exemplo, com a problemática da interrupção voluntária da gravidez,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exatamente! Nos casamentos gays, nas adoções ...

O Orador: ... ou por diversas vezes sobre o processo da integração europeia, neste caso sempre negados pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS/PP.

No atual quadro defendemos a realização de um referendo ao Tratado Orçamental que também foi recusado pelas forças de direita e também pelo PS.

Como é evidente, negado sempre pelos mesmos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é direito?

O Orador: São direitos!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a coadoção?

O Orador: Não é, pois, a instituição do referendo que será estranha ao Bloco de Esquerda. Antes pelo contrário, em nossa opinião, é um bom instrumento de fomentar a participação popular na vida política.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor é contra!

O Orador: A proposta em causa do PPM de referendo sobre o caráter de Estado é claramente inconstitucional e como é evidente a decisão da Sra. Presidente desta Assembleia não podia ser outra.

Mas para todos nós é claro como é para o PPM.

A verdadeira razão desta proposta, aliás como já referi inicialmente, inscreve-se no esforço da direita em rever a Constituição da República, porque é isso que incomoda verdadeiramente a direita.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem quer rever são aqueles senhores!

O Orador: Aprofundar o ataque aos serviços públicos e perseguir o ataque aos direitos dos trabalhadores...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... é o real objetivo da direita.

Para isso é necessário criar toda uma campanha junto à opinião pública da inevitabilidade da tal revisão, para a qual a direita conta no futuro próximo com a colaboração do Partido Socialista...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, o que é isso tem a ver com o recurso do PPM?

O Orador: ... e é neste processo que se insere a atual iniciativa do PPM e nada mais do que isso.

Este processo iniciado pelo PPM não é mais do que um favor, um expediente à direita, aliás não fosse o próprio PPM uma força de direita para uma alteração da Constituição, porque é isto que realmente se pretende, é “abrir a caixa de Pandora” e alterar a Constituição...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu só quero que a proposta seja discutida!

O Orador: ... numa altura crucial como esta.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte:

A decisão da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores foi fundada em pareceres jurídicos e no cumprimento estrito da Constituição.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está mal!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está errado!

O Orador: Qualquer juízo, como houve aqui tentativa de o fazer, de entrar na discussão política é perfeitamente abusivo, porque aquilo que se está a discutir é uma decisão...

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Censura!

O Orador: ... da Mesa que tem um fundamento...

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS/PP): Censura!

O Orador: ... e esse fundamento é a Constituição da República Portuguesa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Censura de esquerda! Ditadura de esquerda!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar de imediato à votação do recurso.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação, no sentido de lhe entregar um requerimento, assinado por cinco Deputados, que pedem que se realize uma votação nominal ao abrigo do artigo 98.º do Regimento.

Presidente: A Mesa acaba de receber um requerimento subscrito por cinco Deputados a requerer, ao abrigo do artigo 98.º, a votação nominal deste recurso. Eu vou colocar à votação, em termos nominais. Da última vez que foi feito nesta Casa...

Deputado Berto Messias (PS): Mas não tem de votar o requerimento?

Presidente: Não.

O que o artigo 98.º diz é que “há votação nominal quando a Assembleia o deliberar”.

Deputado Berto Messias (PS): Mas não tem de votar o requerimento?

Presidente: Tem que votar o requerimento sim senhor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar o requerimento que deu entrada na Mesa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

(Pausa)

Só há votação nominal (eu induzi-vos em erro, mas rapidamente corriji o erro) se o requerimento for aprovado. Portanto, o que vou colocar agora à votação é o requerimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O requerimento apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado por unanimidade, vamos então votar o recurso nominalmente.

A pergunta que faço é se podemos votar na modalidade de em pé e sentado e depois a Sra. Secretária, no anúncio da votação, diria o nome dos Srs. Deputados que votaram contra, a favor e que se abstiveram.

Pergunto se pode ser feita desta forma a votação, caso contrário cada um dos Srs. Deputados, feita a chamada, dará a indicação do seu voto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É feita a chamada e é realizada a votação nominal. Assim é que é a votação nominal!

Presidente: Não há uma interpretação. Da última vez que foi feito, como disse, foi feita a votação em pé e sentado e depois, no anúncio da votação, foi dada a indicação dos Deputados nominalmente, mas sendo o Sr. Deputado Paulo

Estêvão o primeiro subscritor podemos fazer fazendo a chamada e havendo a indicação do sentido de voto.

É o que será feito.

A Sra. Secretária da Mesa fará a chamada e cada um dos Deputados dirá o seu sentido de voto.

Apelo também à vossa compreensão para o tempo que isto irá levar.

Dou a palavra à Sra. Secretária da Mesa.

Secretária: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Contra.

Secretária: André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Contra.

Secretária: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Contra.

Secretária: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Contra.

Secretária: Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Contra.

Secretária: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Contra.

Secretária: Benilde Oliveira.

Deputado Benilde Oliveira (PS): Contra.

Secretária: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Contra.

Secretária: Catarina Moniz Furtado.

Catarina Moniz Furtado (PS): Contra.

Secretária: Cecília Pavão.

Deputado Cecília Pavão (PS): Contra.

Secretária: Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Contra.

Secretária: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Contra.

Secretária: Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Contra.

Secretária: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Contra.

Secretária: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Contra.

Secretária: Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Contra.

Secretária: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Contra.

Secretária: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Contra.

Secretária: Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Contra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é um desrespeito pelo Parlamento!

Secretária: Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Contra.

Secretária: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Contra.

Secretária: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Contra.

Secretária: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Contra.

Secretária: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Contra.

Secretária: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Contra.

Secretária: Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Contra.

Secretária: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Contra.

Secretária: Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Contra.

Secretária: António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Contra.

Secretária: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Contra.

Secretária: António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Contra.

Secretária: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Contra.

Secretária: Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Contra.

Secretária: Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Contra.

Secretária: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Contra.

Secretária: Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Contra.

Secretária: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Contra.

Secretária: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Contra.

Secretária: Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Contra.

Secretária: Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Contra.

Secretária: José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Contra.

Secretária: Judite Parreira.

Deputado Judite Parreira (PSD): Contra.

Secretária: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Contra.

Secretária: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Contra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Pelo menos levantou-se!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Secretária: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Contra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Secretária: Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Contra.

Secretária: Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Contra.

Secretária: Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Contra.

Secretária: Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS/PP): A favor.

Secretária: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A favor.

Secretária: Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP): A favor.

Secretária: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Contra.

Secretária: Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Contra.

Secretária: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A favor.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 50 votos contra e 4 votos a favor.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Artur Lima tinha pedido a palavra?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para um protesto.

Presidente: Um protesto? Em relação a quê?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pela forma como a votação foi feita.

Presidente: Sr. Deputado, essa figura regimental não está prevista. Não há protestos às votações.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, não me sendo permitido o protesto, queria perguntar à Sra. Presidente e à Mesa se daqui para o futuro, já que foi admitido a votação sem as pessoas se levantarem e dignamente expressarem o seu sentido de voto, concordando ou discordando da matéria em questão, mas mantendo a dignidade desta Casa e o respeito pela opinião dos outros, será admissível nesta Casa que eu passe a votar sentado e a dizer concordo ou discordo, conforme me agrade ou desagrade mais a matéria?

Eu queria um esclarecimento por parte da Mesa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu também quero dizer ao Sr. Deputado que esta é uma votação que é a segunda vez que acontece nesta Casa.

Naturalmente a votação de pé acontece quando há um sentido de voto que é dado quando há uma indicação da Mesa para se levantarem ou se manterem como estão.

Aliás, no voto a favor, as pessoas mantêm-se como estão.

Não me parece que nenhum dos Deputados, pelo facto de não se ter levantado, tenha com isso tornado menos digna esta votação, pelo menos foi esta a interpretação da Mesa, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha pedido a palavra?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu assisti à arrogância dos Deputados que se levantaram e gritaram **contra** (é fácil!) provocando a arruaça e a má educação.

Mas o que eu quero aqui referenciar é que é fácil pertencer sempre ao *gang* que tem mais gente.

Deputado Rogério Veiros (PS): *Gang?* Mas o que é isto?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso é linguagem?

O Orador: Mas eu não me importo de enfrentar estas questões sempre com toda a dignidade e com toda a frontalidade.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não se nota. Não é a falar dessa forma!

O Orador: O que discutimos aqui foi uma censura política, foi a recusa em que se possa discutir a questão do regime no Parlamento dos Açores.

Nós observámos, para quem critica, por exemplo, o regime monárquico, que em Espanha o Parlamento da Estremadura discutiu a questão do regime; a Catalunha discutiu a questão do regime e até votou a favor da realização de um referendo; a Andaluzia irá discutir a questão do regime.

Meus senhores, o que aqui foi negado neste Parlamento, e não foi negado na Assembleia da República, foi que a questão se discutisse e que os republicanos que consideram que a posição é a favor da República o possam dizer com os seus argumentos, mas permitam também que outros, que têm outras opiniões diferentes em relação à questão do regime, possam exprimir as suas posições de forma livre e democrática.

Essa democracia foi negada no Parlamento dos Açores. Foi negado ao Partido Popular Monárquico, ao Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Popular Monárquico, que aqui possa apresentar um Projeto de Resolução em relação a esta matéria e que os Deputados açorianos possam discutir livremente esta questão do regime e recomendar à Assembleia da República as alterações constitucionais, ou não, em relação a esta matéria.

Isso não foi permitido. Não foi permitido o exercício da liberdade de expressão, não foi permitida a liberdade de opção política nos Açores.

Meus senhores, eu não me sinto humilhado em relação à censura que aqui foi exercida, mas sinto um mau estar tremendo porque é evidente que ninguém gosta de ser censurado, ninguém gosta de não ter oportunidade de defender livremente as suas opiniões (ninguém gosta!). Esse é um direito que eu não reconheço a ninguém, a nenhuma maioria, porque nenhuma maioria tem o direito de impedir uma discussão democrática.

O Parlamento dos Açores, através da maioria que aqui se gerou, recusou a discussão desta matéria, recusou a discussão do regime em Portugal e recusou que uma discussão democrática aqui se pudesse realizar, sem qualquer tipo de base, sem qualquer tipo de argumentos plausíveis.

Meus senhores, se isto é motivo de vitória, se isto é motivo de chacota em relação aos que pensam de forma diferente, embora sejam muito menos aqui neste Parlamento, esta democracia está doente nos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma minoria oprimida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Conforme foi também decidido pela Conferência de Líderes e como é habitual, o ponto dois da nossa Agenda será debatido amanhã de manhã, pelo que avançamos para o ponto três da Agenda da Reunião: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/X – “Tempos máximos de resposta garantidos para cirurgia no Serviço Regional de Saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os que temos utilizado no processo legislativo comum: o Partido Socialista, o CDS/PP e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD de 20 minutos; as Representações Parlamentares de 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os açorianos enfrentam um grave problema de saúde com as listas de espera para cirurgia que aumentam de dia para dia na nossa Região.

O CDS/PP considera que a saúde é um pilar fundamental para uma sociedade moderna e desenvolvida. Por isso, temos dedicado uma parte significativa da nossa atividade política e parlamentar a este setor.

São várias as propostas que nos últimos anos o CDS/PP tem apresentado e que merecem e mereceram o reconhecimento da sociedade, em particular dos doentes e dos profissionais de saúde [refiro-me às Bolsas para o Internato Médico para especialidades carenciadas, à Promoção de novas saídas profissionais para Enfermeiros, ao COMPAMID, ao Vale Saúde e ao Enfermeiro de Família].

Algumas destas iniciativas tiveram um impacto direto e muito positivo sobre as listas de espera no Serviço Regional de Saúde, com destaque para as Bolsas para o Internato Médico e o Vale Saúde.

Merece particular relevo a iniciativa do Vale Saúde que tornou pública a lista de espera para cirurgia, contribuindo dessa forma para a consciencialização pública de um grave problema que afeta milhares de açorianos.

Também é verdade e não negamos que o ‘velho Governo’ teve iniciativas para combater as listas de espera, como foi o programa de recuperação das listas de espera onde gastou cerca de 7M€. Paradoxalmente tiveram como resultado um aumento do número de doentes em lista de espera para cirurgia, nomeadamente no Hospital de Ponta Delgada.

Perante este cenário impõem-se medidas adicionais. Nesse sentido, o Parlamento Açoriano tem hoje mais uma oportunidade promovida pelo CDS/PP, para contribuir para a melhoria da prestação de cuidados de saúde e da qualidade de vida dos açorianos através da redução das listas de espera para cirurgia.

Trata-se do estabelecimento de tempos máximos de resposta garantida para acesso a cirurgia programada no Serviço Regional de Saúde, para aqueles doentes que foram atirados para a lista de espera cirúrgica regional.

Esta proposta do CDS/PP foca-se naqueles doentes cuja espera por uma cirurgia já ultrapassou os prazos clinicamente aceitáveis e estão inscritos (repito: e estão inscritos!) na lista de espera cirúrgica regional. Destina-se a estes doentes.

Queremos acabar com o sofrimento de milhares de açorianos que estão fragilizados por uma doença cuja solução passa pela cirurgia.

Com a proposta que o Parlamento vai agora debater e votar, o CDS/PP pretende que seja atribuído um Vale Saúde aos doentes da lista de espera cirúrgica regional quando tenha decorrido dois terços do tempo máximo de resposta garantido sem que o utente tenha sido submetido a cirurgia.

Para a contabilização daqueles tempos tomaram-se como referência os prazos determinados para o Serviço Nacional de Saúde e que bons resultados deram a nível nacional, pelo que no nosso entendimento devem ser implementados nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Assim, os doentes são classificados em 4 níveis de acordo com a prioridade clínica que o médico especialista determinará em função da doença e problemas associados, da patologia base, da gravidade, impacto na esperança de vida, na autonomia e na qualidade de vida do utente, do tempo de exposição e da velocidade de progressão da doença.

Serão classificados no nível 1 os doentes que podem aguardar até 9 meses por uma cirurgia; o nível 2 para aqueles onde não for admissível esperar mais do que 2 meses; o nível 3 para quem não pode esperar mais do que 15 dias e o nível 4 aplica-se aos casos urgentes onde a intervenção cirúrgica deverá ocorrer num prazo de 72 horas.

É uma proposta, desde o início, aberta a contributos, mas até ao momento não recebemos nenhum.

O combate às listas de espera e a redução do sofrimento físico e psicológico provocado pela doença é uma tarefa contínua e uma obrigação ética e humanista. É uma obrigação, aliás, da autonomia. É uma obrigação de um Sistema Regional de Saúde que se quer diferente e melhor e que deve dar uma resposta diferenciada e mais atempada até do que o Serviço Nacional de Saúde.

A acreditar naquilo que diz o Governo, não havendo constrangimentos na saúde, devíamos ter listas de espera substancialmente inferiores às nacionais.

O que acontece é que nos Açores elas são substancialmente superiores às nacionais e teimamos em não querer reduzir as listas de espera e teima-se em infligir sofrimento aos doentes dos Açores, mas depois diz-se “Que bom é ser açoriano” quando temos listas de espera enormes e quando não se quer fazer rigorosamente nada para as combater.

Mas depois anunciamos com orgulho que temos a SAUDAÇOR que dá lucro.

Tenho dito!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Senhora Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é a primeira vez que faço a minha intervenção depois da posse dos novos secretários, queria enviar os meus cumprimentos e muitas felicidades para os seus trabalhos.

A Saúde é uma área prioritária da governação socialista que interessa a todos os açorianos e a todas as pessoas que optaram por viver nos Açores.

Os recursos financeiros são, sempre, limitados, todavia, no Plano e Orçamento para 2013, o Governo Regional dos Açores disponibilizou duzentos e setenta milhões de euros (270 ME) para a Saúde, mais trinta milhões de euros (30 ME) do que no ano transato, é uma quantia volumosa, um verdadeiro sinal da prioridade estabelecida pela governação regional para a Região Autónoma dos Açores (RAA), à Saúde dos açorianos.

Todos os responsáveis esclarecidos reconhecem que têm havido importantes investimentos a nível das infraestruturas na Região Autónoma dos Açores (RAA). Existe um avanço tecnológico e científico, houve um contínuo reforço

do quadro clínico, registou-se um grande aumento de consultas de especialidade, assim como, em meios complementares de diagnóstico e terapêutica, melhorando a rapidez do diagnóstico e a excelência do tratamento dos doentes, o que se traduziu num aumento significativo da qualidade de vida da população.

Estes avanços e os ganhos em saúde registados, os melhoramentos nos procedimentos em saúde, as estratégias, as prioridades e o progresso alcançado da Saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA) têm sido sufragadas com resultados positivos, nos últimos anos de governação socialista.

As listas de espera existem em todo o Mundo. O problema das listas de espera é real na Região Autónoma dos Açores (RAA), todavia, as dificuldades e as adversidades estão identificadas nos três hospitais. Sabemos todos que essas carências são específicas e portanto exigem estratégias diferentes.

Há infraestruturas de grande qualidade, existem blocos operatórios muito bem equipados, há equipas cirúrgicas de alta qualidade mas, sabemos que há falta de médicos cirurgiões de determinadas especialidades e médicos anestesiólogos, na Região Autónoma dos Açores (RAA).

É, no entanto, necessário sublinhar para que os açorianos tenham conhecimento, que as cirurgias urgentes tem sido efetuadas sem problemas e as cirurgias do foro oncológico, também, têm sido realizadas de uma forma normal.

A produção cirúrgica nos Açores, nos últimos dez (10) anos, tem aumentado, consideravelmente, fruto do esforço de todos os recursos humanos das unidades de saúde e das medidas implementadas pelo Governo Regional dos Açores (GRA).

No ano 2012, foram realizadas quinze mil e novecentos e oitenta (15.980) cirurgias e em 2013 foram realizadas dezoito mil e setecentos e uma (18.701), o que representa um aumento muito satisfatório, de 17%, foram cerca de mais duas mil, setecentos vinte e uma (2.721) cirurgias a mais de 2012 para 2013.

As instituições de saúde da Região Autónoma dos Açores (RAA) e os seus profissionais de saúde estão a fazer um grande esforço para servir a nossa população.

Nos últimos anos, o Governo Regional dos Açores (GRA) e a Secretaria Regional da Saúde (SRS) têm apostado em programas adicionais de produção cirúrgica, fora do horário normal, mas os resultados não têm sido satisfatórios. A resolução do problema não deve ser única e exclusivamente por esta via.

As administrações das instituições públicas de saúde da Região retomaram a proposta de uma maior rentabilização dos recursos, como mais uma forma de controlar as listas de espera.

Na Região Autónoma dos Açores (RAA) só temos três hospitais e uma clínica privada habilitada para fazer cirurgias.

As estratégias e as prioridades para combater as Listas de Espera Cirúrgicas têm, necessariamente, de ser diferentes.

O problema da Lista de Espera Cirúrgica é diferente e a resolução do problema deverá ser, também, diferente.

A busca das causas das listas de espera cirúrgicas, na Região Autónoma dos Açores (RAA), tem sido uma perene preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Secretaria Regional da Saúde e tem sido motivo de muita reflexão e estudo.

Todos sabemos que há falta de médicos anestesiológicos no Hospital de Ponta Delgada (HPD), existe falta de médicos Ortopedistas, no Hospital da Horta (HH) e há falta de médicos Cirurgiões Vasculares, no Hospital de Angra de Heroísmo (HAH).

O Hospital da Horta tem uma lista de espera de cirurgias programadas de quinhentas e catorze (514) doentes, sendo que destes, quinhentas e quatro (504) são para cirurgia em ortopedia; o Hospital de Santo Espírito, em Angra, tem quatrocentos e cinquenta e quatro (454) doentes em lista de espera dos quais quatrocentos e dez (410) são para cirurgia vascular, sabemos que o maior problema reside no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada que acumula 80% dos doentes acima referidos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que devem ser feitos todos os esforços para criar capacidade de resposta interna, quando não for possível, recorrer então à resposta externa, como sejam as Instituições de

Saúde Privadas, nos Açores e em Portugal Continental e intensificar a implementação do “Vale de Saúde”.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que é necessário melhorar a produção interna com um melhor planeamento das cirurgias e melhorar a rentabilização dos recursos existentes nas instituições públicas da Região Autónoma dos Açores (RAA).

O Governo Regional dos Açores (GRA) e a Secretaria Regional da Saúde, recentemente, tem já dois ortopedistas a operar no Hospital da Horta.

Para melhorar a otimização do bloco operatório do Hospital de Santo Espírito, na Terceira, já estão a chamar os doentes da lista de espera e já estão a operar duas vezes por semana, no Hospital da Terceira. É mais um esforço adicional que todas as instituições e todos os recursos da Região têm feito nos últimos meses.

E, sendo um problema regional e nacional a procura de anestesiólogos, o que o Governo Regional pretende fazer, em relação ao Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada é encontrar algum grau de otimização criando mais-valias pontuais com a vinda de anestesiólogos de Portugal Continental para realização de cirurgias de forma intermitente. Esta é a solução que se afigura mais benéfica para todo o Sistema Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que o Governo Regional dos Açores (GRA), a Secretaria Regional da Saúde (SRS) e as administrações dos três Hospitais têm que contratar, de imediato, mais médicos com as especialidades em falta, na Região Autónoma dos Açores (RAA) para mitigar o problema das listas de espera cirúrgicas.

Outra estratégia, já apresentada, pela Secretaria Regional da Saúde (SRS) é uma adaptação regional do SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia), o Governo Regional dos Açores (GRA) informou que está já a implementar um Sistema Informático, que vai proporcionar uma otimização das listas de espera, evidenciando saber o nível de prioridade e a que especialidade se destinam, vai incrementar uma maior complementaridade entre os três hospitais, evitando e melhorando as situações das pessoas em espera de uma

cirurgia na Região Autónoma dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que é necessário uma monitorização continuada e o apuramento dos indicadores para dar consistência à gestão e, conseqüentemente, possibilitar uma verdadeira melhoria na produção cirúrgica na Região Autónoma dos Açores (RAA), de uma forma sustentável e mais eficaz.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) sugere que se avalie as Listas de Espera Cirúrgica com rigor, o verdadeiro número de doentes com necessidade cirúrgica, em cada instituição pública de saúde, deve ser melhor apurado e as necessidades devem ser minuciosamente registadas para se resolver com determinação esse preocupante problema.

Sabemos que é muito difícil eliminar as listas de espera mas, podemos contribuir todos para diminuir o tempo de espera para períodos de tempo mais aceitáveis.

Sabemos que os esforços de todos, não têm sido suficientes para reduzir os atrasos, tanto quanto desejaríamos. Teremos que ter políticas e certamente que já estão a ser implementadas e vai haver melhores resultados nos próximos tempos.

Necessitamos dar continuidade às políticas do Governo Regional que visam a rentabilização das estruturas, o reforço dos quadros clínicos, uma permanente avaliação dos desempenhos e uma profícua eficiência dos profissionais de saúde, para continuar a otimizar o Serviço Regional de Saúde (SRS) com o objetivo de equilibrar as listas de espera cirúrgicas e melhorar os níveis de saúde dos açorianos e dos que optaram por viver nos Açores.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com certeza consensual entre todas as bancadas a necessidade de que o Serviço Regional da Saúde consiga dar resposta, num prazo o mais reduzido

possível, às necessidades dos açorianos, em termos de tratamentos médicos e intervenções cirúrgicas. Até aqui estamos todos de acordo.

Mas a divergência começa quando entramos nas formas e modos de atingir esse objetivo. Para o PCP Açores não basta decretar o que queremos que aconteça para que isso se torne numa realidade. Ao contrário do que propõe o CDS/PP, achamos que não basta criar prazos máximos para reduzir os tempos de espera. Pensamos que, primeiro, é preciso tratar dos problemas do nosso Serviço Regional de Saúde, combater-lhe as ineficiências, colmatar-lhe as lacunas e melhorar a sua capacidade de resposta.

Mas não é isso que interessa ao CDS, nem é a estes aspetos que se dirige a sua proposta. Não. O que o CDS pretende é que, pelo contrário, nada se faça para melhorar a resposta do Serviço Regional de Saúde e se desviem cada vez mais recursos financeiros para o Vale Saúde.

Ao impor desta forma os prazos máximos o CDS procura potenciar o Vale Saúde, de que foi autor, e garantir uma clientela abundante para os serviços de saúde privados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Acreditando no milagroso “poder curativo do dinheiro”, como foi dito nas audições realizadas na Comissão de Assuntos Sociais, e ignorando completamente as desigualdades no acesso à Saúde que o Vale Saúde necessariamente cria,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor, e mais umas “ordenzinhas” que andam por aí, não sabem o que estão a dizer! Já lá vamos!

O Orador: ... o CDS/PP olha para o Serviço Regional da Saúde como agência de angariação de doentes para os interesses privados que o CDS/PP também serve.

Também no campo técnico concreto a proposta é insuficiente. Os prazos máximos propostos são perfeitamente abstratos, artificiais e sem fundamentação, até porque não levam em conta a complexidade dos casos, a variabilidade da noção de “urgente”, que é diferente de utente para utente e que

varia com o tempo. A verdade é que as prioridades, e os tempos razoáveis só podem ser corretamente avaliados no terreno, por profissionais de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não sabe o que está a dizer! É o que diz a proposta!

O Orador: Nem tudo pode, ou deve, ser regulamentado e na área da saúde, temos de ter um cuidado especial, de diferenciar muito bem o que é político do que é técnico. Um cuidado que faltou infelizmente ao CDS/PP nesta proposta, que naturalmente não iremos aprovar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar disto, reconhecemos que a proposta do CDS é útil se servir para nos levar a discutir aqui os problemas do Serviço Regional de Saúde, e a forma de os minimizar ou superar. Isso é que importa discutir! Sobre isso é que devemos legislar!

Os problemas são de fundo e creio que bem conhecidos.

Para além dos problemas do subfinanciamento e da desorçamentação de despesa, que tantas vezes temos abordado, continua a não existir uma política de saúde assente numa visão rigorosa e global do Serviço Regional de Saúde.

Anos de intromissão política na área técnica levaram a que o Serviço Regional de Saúde não seja um sistema global coerente e bem dimensionado, mas uma manta de retalhos, com sobreposições e lacunas, construída ao sabor das respostas aos descontentamentos locais e dos interesses eleitorais do partido que suporta o Governo.

Conhecemos todos muitos episódios e peripécias de, perante um descontentamento local, ou antes de uma visita do Governo, se mandar contratar um profissional ou adquirir um equipamento, à pressa e a qualquer preço, sem estratégia ou ponderação, enquanto se deixam unidades de saúde mal apetrechadas, equipas incompletas ou sobrecarregadas noutros locais.

O maior e mais claro sintoma desta desorganização do sistema é o facto de não existir uma coordenação institucionalizada (note bem, Sr. Secretário), entre as unidades de saúde, nomeadamente entre os três hospitais. Existe coordenação

pontual, sim, mas não permanente, nem a gestão do sistema é pensada ao nível regional.

A multiplicação de entidades independentes é sintomática deste estado de coisas. A SAUDAÇOR serviu para desorçamentar dívida, é verdade. Mas infelizmente não serviu para fazer este papel de coordenação e pensamento estratégico, que, a nosso ver, seria ou é essencial.

Os problemas do Serviço Regional de Saúde, e as demoras no tempo de espera por cirurgias ligam-se, em grande parte, aos anos e anos de gestão a navegar à vista, de governos que se dedicam apenas a tentar “apagar fogos”, a silenciar justos descontentamentos dos açorianos, executando, na prática, apenas uma política da doença e não uma política da saúde.

É por isto, sobretudo por isto que, agora, nos deparamos com um Sistema Regional de Saúde caro, mal organizado e que não consegue fornecer todas as respostas necessárias aos açorianos.

Feito este diagnóstico, é tempo de passar às soluções.

O PCP não tem a pretensão de ser, neste aspeto e noutros, dono da verdade, nem de ter todas as respostas, mas sabemos que, ao contrário do que propõe o CDS, a resposta não é com certeza desistir de encaminhar os açorianos para unidades de saúde privados, de Vale Saúde na mão.

Pensamos que precisamos de olhar para esta questão com coragem e sem preconceitos. Propomos, e apresentaremos em breve uma iniciativa legislativa nesse sentido, que promova a discussão do modelo organizacional do Serviço Regional de Saúde, que se reavalie o modelo dos Hospitais EPE, se aprecie a utilidade e os méritos da SAUDAÇOR e, sobretudo, se discuta qual deve ser o papel direto da Região nesta área.

Não será a solução de todos os males dos açorianos, mas será certamente um contributo, um passo na direção de um Serviço Regional de Saúde melhor do que aquele que atualmente temos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18.

Eram 17 horas e 33 minutos.

Presidente: Vamos continuar com o debate.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo Regional renova as suas promessas com vista ao combate às listas de espera para cirurgia, mas o resultado é o aumento das listas de espera com situações inexplicáveis, como mais de 500 pacientes na Horta para cirurgias de ortopedia e 400 em Angra do Heroísmo para cirurgia vascular ou até mesmo uma imensidão de pacientes em São Miguel.

O resultado pode ser numérico e tratado estatisticamente, mas a vida, o sofrimento, o conforto, a qualidade de vida, perda de dias de trabalho não se compadecem com análises estatísticas.

Não é preciso ser médico para perceber que cada caso é um caso para a definição de prioridades e urgências, mas independentemente dessa casuística, e inclusive para os casos menos urgentes, a espera tem limites.

Mas os mesmos problemas detetados em 2009 são, passados cinco anos, os mesmos. E é aqui que se deve centrar a nossa análise:

- Faltam anestesiólogos;
- Faltam médicos em algumas outras especialidades;
- Não se aproveita a capacidade máxima dos blocos operatórios, devido à má gestão de recursos, falta de técnicos. Isto é, o mesmo de há cinco anos;
- Os sistemas informáticos ou não existem ou estão mal concebidos ou temos problemas, como o de agora, em que há um litígio com a empresa gestora do sistema e-SIGIC;

- Problemas na articulação entre hospitais para otimizar as respostas aos doentes.

Como é sabido, nós somos defensores de um Serviço Nacional de Saúde, assim como de um Serviço Regional de Saúde: universal e gratuito.

Nada nos move contra a prática de medicina no setor privado, enquanto tal, batemo-nos é contra a promiscuidade entre setores ou do favorecimento à iniciativa privada pelo estrangulamento ou racionamento do setor público.

No centro do Serviço Regional de Saúde está o primado do direito do utente. E quando o setor público não dá a resposta atempadamente, como é o caso, a favor do utente, justifica-se a utilização de medidas excecionais, como é o caso das propostas do CDS.

É nesse sentido que votaremos favoravelmente o Projeto de Decreto Legislativo Regional do CDS, pois parece ser a única forma de dotar o Governo Regional de meios para resolver situações de difícil resolução.

Não é trazer a este plenário os mesmos problemas, que se arrastam no tempo, que se resolvem os problemas.

A obrigação do Governo Regional era trazer, a este plenário, a data de contratação do ortopedista para o Faial, quando é que o problema com a empresa gestora do e-SIGIC está resolvido, ou a partir de quando é que os hospitais dos Açores deixam de andar de costas voltadas e o dia em que a utilização dos blocos operatórios passa a ser otimizado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Centralismo daquele senhor!

O Orador: Estas seriam respostas concretas, em vez das promessas que se repetem ao longo dos anos.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governos:

O CDS traz hoje, a esta câmara, uma matéria em relação à qual o PSD reintroduziu nesta legislatura a 23 de janeiro deste ano.

Nessa altura visitámos o hospital de Ponta Delgada e tivemos oportunidade de constatar que a lista de espera para cirurgia ultrapassava os 9 mil doentes.

Nessa altura fizemos uma proposta para que fosse criado um sistema informático integrado que registasse de forma integrada os doentes em espera cirúrgica nos três hospitais, mas mais do que isso, em consequência desse registo integrado se criassem alternativas de resposta a esses doentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais do que 9.000 doentes em espera é o tempo que esses doentes estão à espera.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Há muitos doentes que estão à espera há mais de três anos por uma cirurgia e nós achamos isso absolutamente inadmissível.

Na altura propusemos que a par desse registo integrado se criassem, dizia, alternativas em termos de resposta cirúrgica para esses doentes e propusemos publicamente, e repetindo aqui sob a forma de uma declaração política por mim protagonizada, que se adotasse na Região, com as devidas adaptações, um programa que a nível nacional tinha mostrado resultados, o SIGIC, propondo que se utilizassem as estruturas hospitalares da Região para que, em regime de produção adicional e uma vez esgotada a capacidade de resposta em tempo normal, esses doentes pudessem ser operados.

Mas o que é o que o Sr. Secretário Regional da Saúde fez ao longo deste tempo?

Em primeiro lugar, e apenas e só, permita-me Sr. Secretário, de forma positiva, reconhecer um número que o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral não quis mencionar, os 9.453 doentes inscritos em espera cirúrgica que o senhor confirmou existirem, até 28 de fevereiro, no âmbito dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

De resto, o Sr. Secretário não fez mais nada. Acusou-nos de mirrar nos números, depois retrocedeu; acusou-nos de copiar uma proposta de Governo; prometeu que tinha o sistema informático concluído até 31 de março. Onde é que ele está? Não existe!

O senhor foi a Lisboa e disse que tinha técnicos preparados para trabalhar no âmbito da aplicação informática do SIGIC. Onde é que ela está?

Perante todo este cenário a sua atitude e do Governo do qual o senhor faz parte foi de complacência: olhar para os doentes, olhar para as listas de forma progressivamente crescente, e passo o pleonasma consciente, a crescer e o senhor não fez nada. Zero!

Se o senhor tiver oportunidade de verificar, onde no Hospital do Divino Espírito Santo (e reconhece!) existem mais de 80% dos doentes em espera cirúrgica, no Boletim Oficial do Hospital do Divino Espírito Santo, do mês de maio de 2014, é dito que, comparando os resultados dos doentes em espera cirúrgica no primeiro quadrimestre de janeiro a abril de 2014 com o primeiro quadrimestre de janeiro a abril de 2013, a lista de espera cirúrgica nesse hospital aumentou 14%, Sr. Secretário. E o senhor continua a dizer que a solução para este problema é a contratação de anestesistas.

Quantos anestesistas o senhor já contratou para os hospitais da Região? Um estrangeiro que está a substituir um outro anesthesiologista no Hospital de Ponta Delgada para substituir um médico que se encontra em licença de parto. Mais nada!

Ao princípio dizia que a solução estaria aí, mas cuidadosamente já veio afirmar recentemente que afinal isto não era um problema que se resolvia em dias, era em muitos meses, a contratação de anesthesiologistas.

Estamos de acordo, Sr. Secretário, em relação a isso.

Agora o que nós não estamos de acordo é que em alternativa à complacência que V. Exa. tem perante a dimensão do problema achamos que temos que tomar medidas ativas. E quais são as medidas ativas no nosso entender?

Em primeiro lugar a racionalização das estruturas existentes, mas sabemos que no caso do Hospital do Divino Espírito Santo não é possível mais racionalizar as salas do Bloco Operatório.

Todas as salas encontram-se encerradas à tarde desde de novembro de 2013 e, iniciado o período do verão, desde 1 de julho, está encerrada também uma sala de Bloco Operatório para cirurgia programada.

Estamos, por isso, de acordo que na Região, repito, se estabeleça com as devidas adaptações o e-SIGIC a nível nacional, definindo, como o CDS propõe, tempos máximos de resposta garantidos para os doentes. Quem os coloca, naturalmente, é o cirurgião...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora aí está!

O Orador: ... no momento em que coloca a indicação cirúrgica.

Não há mais teorias científicas sobre isso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Aprendam!

O Orador: A teoria científica é a opção do médico que no momento em que observa o doente define uma prioridade para o doente que está a observar.

Nessa matéria concordamos com a proposta que o CDS aqui aprova.

Apenas divergimos na solução. Uma vez definida essa prioridade e atingidos os dois terços do tempo de espera, entendemos que o Vale Saúde não deve ser a primeira prioridade para resolução das cirurgias destes doentes que se encontram em espera.

Devemos utilizar não entidades privadas convencionais, até porque a Região só tem uma entidade privada com Bloco Operatório, mas devemos sim utilizar as instalações nos nossos próprios hospitais para que em tempo pós-laboral, em regime de produção adicional, esses doentes sejam operados nos nossos hospitais em regime de complementaridade, financiando V. Exa., naturalmente, os hospitais para esse desiderato numa proporção de 70% para os hospitais da Região para fazerem face aos custos da realização dessas cirurgias e 30% para as equipas cirúrgicas que se vierem a constituir em cada um dos serviços hospitalares onde os doentes estão em espera para ser operados.

É essa a nossa solução.

Dissemo-lo publicamente por diversas vezes e reafirmamo-lo aqui perante as Sras. e os Srs. Deputados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma grande diferença entre o Partido Socialista e o Governo e nomeadamente a oposição, nomeadamente o PSD.

Se os açorianos entenderem que é positivo o ato complacente de esperar pela vinda divina de anesthesiologistas para os nossos hospitais então vão morrer à míngua; se os açorianos entendem que se deve, pelo contrário, tomar uma atitude pró-ativa utilizando as instalações das nossas unidades hospitalares para recuperar listas de espera cirúrgicas de doentes que, repito, não pelo seu número mas sobretudo pelo tempo inadmissível que estão à espera de uma solução para o seu problema, então acreditem nas propostas que o PSD apresentou sobre essa matéria e que o Governo se recusou a aplicar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção e nesta sessão plenária quero cumprimentar e saudar as novas Secretárias e os novos Secretários que assumiram funções hoje e quero expressar os meus sinceros votos de maiores felicidades e sucesso no desempenho das vossas funções e das vossas competências.

Estamos a discutir aqui um Projeto de Decreto Legislativo Regional da iniciativa do CDS/PP, aliás, uma iniciativa que vem naquilo que é a propositura do CDS/PP nesta área, em que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acolhe e recebe sempre com muito gosto, aliás, na sequência daquilo que tem sido o seu passado nesta matéria.

Mas há alguma coisa que é preciso dizer sobre esta questão. Antes de me centrar no projeto em si gostaria de dizer duas coisas:

Primeiro, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se revê na afirmação que foi feita naquela tribuna quando diz que o Serviço Regional de Saúde empurra os açorianos para o sofrimento.

O Serviço Regional de Saúde dos Açores não empurra nenhum açoriano para o sofrimento. O que o Serviço Regional de Saúde faz é estar cada vez mais capacitado para resolver, eficaz e eficientemente, os problemas de cada açoriano e de cada açoriana.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quero também dizer que na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, quando afirmou que são situações inexplicáveis, as listas de espera cirúrgicas, eu diria ao Sr. Deputado Paulo Mendes que as situações se são inexplicáveis...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São, são!

O Orador: ... é porque no Serviço Regional de Saúde cada vez se trabalha mais e melhor em prol dos doentes dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas também queria referir-me à afirmação feita, há pouco, pelo Deputado Luís Maurício, quando diz que os doentes podem ser empurrados para morrer à míngua.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Sr. Deputado, pela consideração que tenho por si, não posso aceitar que assuma que os doentes do Serviço Regional de Saúde possam morrer à míngua...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não foi isso que eu disse!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe, já aconteceu!

O Orador: ... mediante a espera de maior ou menor situação de tratamento cirúrgico.

Gostaria de dizer e de reafirmar neste hemiciclo, aliás como o Governo já o fez e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que a resolução das listas de espera cirúrgicas são uma preocupação permanente do Governo e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tudo se tem feito na tentativa de inverter esta realidade.

É evidente que este Projeto que o CDS/PP traz à discussão vai beber alguns conceitos, alguns tempos e níveis de classificação das listas de espera, numa

Portaria nacional, como também na Lei 15/2004, que tem a ver com a Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde.

É evidente que é preciso reafirmar aqui, contrariamente àquilo que também já foi assumido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e por mim num anterior debate quando referi que a produção normal das cirurgias nos hospitais estava a ter um decréscimo até 2009, (hoje registamos aqui, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista) que entre 2012 e 2013 há um ganho em tempo normal de serviço de cerca de 17%,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o que o senhor diz!

O Orador: ... o que quer dizer que reorganizando os serviços internos dos respetivos hospitais é possível aumentarmos a produção cirúrgica dos hospitais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Provas! Números cá para fora! O resto é conversa!

O Orador: Isto porquê? Porque temos 77 médicos nas diversas especialidades cirúrgicas e temos 28 internos nessas mesmas especialidades.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Temos infraestruturas das melhores que podemos reconhecer, temos recursos humanos nesse sentido, temos recursos técnicos. O que é preciso é pôr tudo isto a funcionar em prol da maior produtividade dos próprios serviços.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vamos embora!

O Orador: E não é efetivamente avançar de imediato para opções de produção extraordinária. Essa pode ser uma alternativa, mas na opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista primeiro é preciso que a produção normal, com estes recursos humanos e técnicos que temos, seja corrigida...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está para ser corrigida há muitos anos!

O Orador: ... e então se encontrar uma situação que eventualmente possa entrar em alternativa a esta situação.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria também de falar especificamente sobre este Projeto do CDS/PP.

No artigo 7.º, Agendamento para as Cirurgias, está referido no ponto 2 que “depois de comunicado ao utente, a antecipação da data da cirurgia só pode ocorrer com a sua concordância”.

Ora, se um doente está referenciado numa lista cirúrgica e o único tratamento é a cirurgia para resolver a situação e melhorar a qualidade de vida, não creio que seja pertinente ou aceitável que este doente, quando convocado, diga que não aceita ser intervencionado naquela data,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aquele senhor é que diz que já aconteceu!

O Orador: ... até porque depois como é que vai entrar e como é que vai ocupar o seu lugar nessa mesma lista de espera?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Chama-se consentimento informado!

O Orador: Exatamente. Consentimento informado que, como sabe, recentemente foi aprovado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! Já existe há muitos anos!

O Orador: Por outro lado, “os utentes podem solicitar o adiamento da data de cirurgia”.

É evidente que sim. Mas se estão inscritos para uma cirurgia e pedem o adiamento, é porque a situação clínica não é assim tão importante para a sua qualidade de vida.

Gostaria aqui de reafirmar, e também é esta a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de que cabe efetivamente ao médico classificar a situação que está perante e fazer o diagnóstico.

Esse médico tem que dizer qual é a situação, qual é o prognóstico, qual é o nível que este doente deve entrar na lista para efeitos de tratamento cirúrgico.

Estamos todos de acordo. Mas também devemos estar de acordo que, daquilo que existe (e todos nós sabemos quais são as competências dos Diretores de Serviço), devemos daqui apelar aos Srs. Diretores de Serviço para que nos seus próprios serviços possam de algum modo reorganizar os próprios serviços e, com os seus assistentes e com os seus internos, tentar reformular as situações e ao mesmo tempo dar resposta às listas que cada serviço tem.

Mas este Projeto de Decreto Legislativo Regional tem uma questão que não posso de modo algum, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista deixar de não referir. É que exclui os tempos máximos garantidos para a cirurgia dos doentes oncológicos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não podemos aceitar que este diploma com a abrangência que tem, tenha omitido os tempos máximos para cirurgia na área dos doentes oncológicos.

Por isso mesmo o Partido Socialista irá votar contra esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os doentes agradecem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Os doentes oncológicos?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já lá vamos, aos doentes oncológicos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que às vezes fico surpreendido com os argumentos que são utilizados pelo Governo e por alguns Deputados do Partido Socialista em relação a estas matérias.

Fico surpreendido quando me dizem que é necessário reforçar os mecanismos de planificação, é necessário reforçar e melhorar o funcionamento do setor X.

Eu faço um exercício de memória e tento recordar-me quem governa há 18 anos na Região Autónoma dos Açores? Quem é o responsável pela planificação do funcionamento da Administração Regional? Quem tem a tutela sobre a Administração Regional há 18 anos, meus senhores?

Deputado Francisco César (PS): O senhor é o líder que está há mais tempo a exercer funções nos Açores!

O Orador: E eu olho para a vossa argumentação e vejo sempre aquela desculpa de que nós temos que melhorar isto.

Os senhores têm essa responsabilidade há 18 anos.

Tive oportunidade de ouvir, quer no plenário, quer em termos de Comissão, o Sr. Secretário da Saúde quando defendeu a posição que tomou em relação a que não era necessário aumentar o trabalho extraordinário, não era necessário nenhum desses mecanismos porque ele conseguia resolver o problema através de contratação de mais médicos.

Eu perguntei-lhe: mas, Sr. Secretário, (na Comissão, lembra-se com certeza!) tem a certeza de que assim vamos resolver o problema? Atualmente os recursos estão a ser utilizados no seu máximo.

O que o Sr. Secretário me respondeu foi que sim, que contava começar a resolver este problema.

O que verificamos é que as listas de espera continuam a aumentar.

Este é um problema que o Sr. Secretário da Saúde assumiu neste plenário que tinha capacidade para começar a resolver e para começar a diminuir as listas de espera com eficácia.

Não o conseguiu fazer.

Deputado Ricardo Cabral (PS): O senhor anda distraído!

O Orador: Pelo contrário, o problema continua a agravar-se.

É evidente que quer o PSD, quer o CDS/PP, apresentam agora uma proposta, uma proposta específica, para enfrentar uma questão que teve uma estratégia do Governo que não funcionou.

Se não funcionou a vossa estratégia ou se não têm capacidade para a implementar, é evidente que cabe à oposição parlamentar apresentar alternativas.

Esta alternativa que é apresentada para os tempos máximos de resposta garantidos, por parte do CDS/PP, considero que é uma resposta adequada.

Vamos ver:

Dizem que isto privilegia o setor privado. Eu não vejo que seja assim.

O que eu vejo é que aqui é lançado um desafio ao Governo Regional, à Administração e ao Serviço Regional de Saúde para que resolvam o problema. Mas se não o conseguir resolver então temos mecanismos, também no setor

privado, para enfrentar esta situação. É criar mecanismos alternativos para que esta situação tenha uma solução.

Agora, qual é a outra solução alternativa que o Governo e o Partido Socialista apresentaram em relação a este projeto, em concreto?

A solução que apresentaram foi nenhuma! Foi dizer vamos continuar como estamos e vamos tentar melhorar a funcionalidade dos serviços e vamos tentar organizar melhor as coisas.

Por que é que nós havemos de acreditar que os senhores vão conseguir fazer isso, se ao longo destes 18 anos não o conseguiram fazer?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Meus senhores, a questão que aqui está é que há uma solução, uma solução concreta. Esta solução, ao contrário do que os senhores dizem...

Vamos analisar o vosso argumento de que com organização vamos lá, que melhorando o funcionamento vamos lá.

Se assim for, então o setor privado não terá trabalho, porque os senhores conseguem, no âmbito da Administração Regional, resolver essa questão. É tão simples como isso.

Mas se não conseguirem resolver então temos aqui uma solução alternativa que impede que todas estas pessoas (de 9.000 a 10.000 utentes) não tenham acesso a uma resolução em tempo útil das questões que os afetam.

Esta questão é absolutamente fundamental.

Temos o dever ético, o dever político, de encontrar soluções.

Agora, ficar à espera do Governo Regional nesta matéria, ao longo destes 18 anos já vimos que não teve capacidade e não temos nenhuma razão, mas mesmo nenhuma, para acreditar que o Secretário Regional, que se comprometeu a reverter a situação e não o conseguiu fazer, o vá conseguir fazer no futuro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou dar-lhe a razão, finalmente, porque com números acho que é mais fácil elucidar aquilo que o Governo está a fazer sobre esta matéria.

Numa coisa concordamos com o Sr. Deputado Artur Lima, quando diz que as listas de espera aumentam de dia para a dia. Pois, obviamente. Há mais doentes a ter indicação cirúrgica, porque o Serviço Regional de Saúde está a funcionar de uma forma mais consistente, mais coerente,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nunca disse que não!

O Orador: ... com maior abrangência e há mais doentes para serem operados obviamente.

Também devo dizer-lhe, Sr. Deputado Artur Lima, que as listas de espera diminuem no mesmo sentido, de forma diária.

Em 2013 foram operados 18.700 doentes. Ou seja, o Serviço Regional de Saúde está a funcionar, está a dar a resposta que tem que dar aos açorianos.

Obviamente há aqui um problema, e nós já identificámos isto, entre a oferta e a procura durante algum tempo. Por isso, de alguma forma também consistente, tenho vindo a alertar para o problema que foi criado por volta de 2009 com a aplicação dos programas específicos para a redução das listas de espera cirúrgicas.

Se quer números, Sr. Deputado Artur Lima, eu dou-lhe os números.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Queria números publicados, para uso da bancada parlamentar! Não para uso do Partido Socialista!

O Orador: Em 2008, operávamos 18.400 doentes. Em 2009, operámos 18.900 doentes.

Em 2010, passámos a operar 17.544 doentes. Em 2011, passámos para 17.320.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Papéis para cá!

O Orador: Em 2012 foram 15.980.

Mas devo dizer-lhe, Sr. Deputado Artur Lima, que apesar desta descida e com esta nossa decisão, de forma incisiva, de não continuar a apostar nos programas de redução de listas de espera, de 2012, de 15.980, passámos novamente para 18.700 em 2013, uma subida de 16%.

Há aqui, demonstrando de uma forma clara e eficaz através dos números, uma subida da produção basal dos hospitais que era aquilo que era o objetivo do Governo e que foi aquilo que eu sempre defendi nesta câmara, que temos que melhorar a capacidade de resposta do dia a dia dos hospitais.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso há aqui efetivamente uma subida, não por conta de programas de redução de listas de espera cirúrgica, não por conta de mandar os doentes para serem operados nos privados, mas por conta de uma melhor utilização dos recursos internos do hospital.

Por isso é errado quando se diz que o Governo Regional, sobre isto, nada está a fazer.

O Governo Regional, em 2013, conseguiu aumentar a capacidade de produção basal dos hospitais em 16%.

Segundo aspeto que também me parece importante: consolidação das listas de espera cirúrgicas.

Era fundamental (isto tem sido em todas as áreas, não só na área da saúde, mas na área da saúde é um dos problemas que temos e temos que trabalhar nele) uma consolidação daquilo que é a informação informática que estava nos programas relativamente não só às listas de espera de todas as áreas, mas especificamente neste caso em relação às listas de espera, podendo retirar aquilo que eram doentes duplicados e classificar os doentes.

Ou seja, tínhamos muitos doentes que estavam em lista de espera para serem operados por uma especialidade, não sabendo nós para que patologia e que tipo de cirurgia é que estava esse doente proposto para ser operado. Por isso apostámos na criação de um sistema informático que garantisse a informação fidedigna e, por isso, eu por várias vezes disse que iríamos aplicar na Região o programa informático SIGIC, que é o programa utilizado pela SPMS.

Felizmente, aquilo que são os nossos *timings* de resolução desse problema não se compadece com os *timings* de resolução desse problema do Governo da República.

Não nos foi possível e não nos foi disponibilizado em tempo útil a utilização desse programa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor anda sempre de mãozinha estendida!

O Orador: Por isso decidi, eu, Secretário Regional da Saúde dos Açores, que iríamos investir, nós, num programa informático que nos permitisse ter essa informação.

Devo dizer-vos hoje, perante esta câmara, que tenho acesso de forma diária, em tempo real, às listas de espera do hospital de Ponta Delgada, também já tenho do Hospital da Horta e conto brevemente ter do hospital da Terceira e, através dessa informação, não só eu como os técnicos que funcionam dentro da Secretaria Regional da Saúde, já temos a capacidade de fazer aquilo que era um trabalho que tinha que ser feito nas listas de espera cirúrgicas e perceber quantos doentes estão duplicados, quantos doentes não têm codificação correta, quantos doentes não têm prioridade estabelecida, quantos doentes não têm medicação cirúrgica necessária.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é um atestado de incompetência ao seu diretor!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado Luís Maurício, o trabalho que os técnicos da SAUDAÇOR estão a fazer... Devo informar-lhe que um dos técnicos da SAUDAÇOR vai estar três semanas na Horta em conjunto com os técnicos do Hospital da Horta,

Deputado Luís Maurício (PSD): E já quantas semanas estiveram?! Não conseguiram nada!

O Orador: Já estiveram no hospital de Ponta Delgada, já estiveram no hospital da Terceira, estão agora no Hospital da Horta e estão a fazer um trabalho consistente.

Devo dizer que estão a fazer um trabalho consistente, porque dos cerca de 750 doentes que tínhamos inscritos no hospital de Ponta Delgada para lista de espera cirúrgica, 160 desses doentes eram do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e 272 são do Hospital da Horta.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então os do hospital da Terceira já não estão em lista de espera no hospital de Ponta Delgada! Onde é que está a livre referenciação dos doentes que o senhor defendeu?

O Orador: Ou seja, tínhamos doentes que estavam inscritos no hospital de Ponta Delgada que são doentes da área de influência do Hospital de Santo Espírito, da Ilha Terceira, e do Hospital da Horta.

Não estamos aqui a falar de especialidades que os outros hospitais não tenham.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Blá-blá-blá!

O Orador: Não posso ter doentes em lista de espera para cirurgia vascular no hospital de Ponta Delgada, tendo nós cirurgia vascular no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira com melhor resposta.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é uma contradição grave! O senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: Esses doentes já foram contactados e já foram pedidos para que escolham, de uma forma clara, aquilo que é o hospital da sua área de residência. Em terceiro lugar e em relação àquilo que são as ações que o Governo está a fazer sobre esta matéria, respondendo também à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

A contratação dos profissionais.

Sr. Deputado, além dos internos que estão agora a acabar a especialidade e que, obviamente, estão a ser incorporados nos diferentes hospitais, ao longo dos próximos anos teremos cada vez mais internos a acabar as especialidades e a incorporar os quadros clínicos dos hospitais.

Já temos mais dois anestesiólogos no Hospital de Santo Espírito na Ilha Terceira, temos mais um (o Sr. Deputado Luís Maurício conhece melhor a realidade do hospital de Ponta Delgada e identificou que temos lá mais um...

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor tem que conhecer melhor do que eu!

O Orador: ... que está a substituir um anestesiólogo que está de licença de parto, mas quando voltar teremos mais um) no hospital de Ponta Delgada e temos dois ortopedistas no Hospital da Horta.

Sobre esse aspeto devo dizer-vos que estão atualmente no Hospital da Horta, por indicação da Secretaria Regional da Saúde, dois ortopedistas especificamente para operar e para resolver o problema da lista de espera do Hospital da Horta.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Desses 500 doentes que estariam em espera no Hospital da Horta, devo dizer-vos que desde o dia 1 de julho, que é desde que os ortopedistas estão cá, já foram contactados 254 doentes. Desses 254 doentes, infelizmente por via de uma má gestão daquilo que era a lista de espera cirúrgica, apenas 100 confirmaram que efetivamente estavam a aguardar uma cirurgia e que estavam interessados em fazer essa cirurgia. Ou seja, 154 doentes, pura e simplesmente, nem sequer sabiam que estavam em lista de espera para ser operados....

Deputado Luís Garcia (PSD): Alguns já morreram, se calhar!

O Orador: ... por isso, a nossa necessidade efetiva de garantir que o sistema informático funciona, e funciona bem.

Ou seja, mandámos vir dois ortopedistas, que estão na Horta para fazer cirurgias, e tivemos enorme dificuldade em conseguir encontrar doentes para esses ortopedistas trabalharem e poderem operar, por via daquilo que é uma dificuldade que tínhamos, que eu assumi e que estamos a trabalhar (como eu já provei aqui que estamos a trabalhar) na resolução desse problema.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Como vos digo, por exemplo, nesta questão da Horta, fizemos uma redução de 26,4% na lista de espera sem operar doentes, porque pura e simplesmente os doentes não queriam ser operados ou nem sequer sabiam que estavam em lista de espera para serem operados.

Por isso, Sr. Deputado Paulo Mendes, em relação aos problemas na aplicação SIGIC, o Governo Regional não está pura e simplesmente à espera que algo aconteça. Está a resolver. Já lhe disse que abandonámos a opção de utilização da plataforma da SPMS e estamos a investir numa plataforma própria.

Em relação à contratação do ortopedista do Hospital da Horta, perguntou-me quando seria. Já cá estão dois.

Em relação à questão dos hospitais de costas voltadas, como disse, a gestão integrada agora das listas de espera cirúrgicas já permitiu fazer a alocação de doentes que tinham que ser realocados nos hospitais de origem dos próprios doentes, porque não faz sentido (e acho que todos nós percebemos isso) que os doentes de cirurgia vascular do hospital da Terceira sejam operados em São Miguel, quando a própria cirurgia vascular do hospital da Terceira lhes dá resposta em tempo mais oportuno.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Regional dos Açores está a trabalhar de forma ativa, está a trabalhar de forma direta e está a trabalhar de forma incisiva na resolução deste problema.

Obviamente que gostaríamos de poder fazer mais e ser mais céleres naquilo que eram as respostas necessárias sobre esta matéria.

Tudo aquilo que é possível fazer neste momento, estamos a fazê-lo e iremos continuar a fazê-lo, com toda a genica e determinação que temos aplicado até agora na resolução deste problema.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tentarei de algum modo esclarecer os Srs. Deputados, mas começo pelo Sr. Secretário da Saúde.

Sr. Secretário, com o devido respeito, das duas, uma: ou o PS não sabe o que é que aprova, ou então o senhor está aqui a brincar comigo, com o CDS e com esta câmara.

O senhor refere ir operar doentes para o privado.

O que o senhor disse é rigorosamente mentira! Não é isso que este projeto prevê. Isso é rigorosamente mentira, Sr. Secretário! E isso é deselegante quando se é desonesto, politicamente desonesto.

Segundo ponto, Sr. Secretário:

O Projeto inicial do CDS não previa o setor privado. Foi aprovado nesta Casa por unanimidade. Há uma alteração proposta pelo Governo do PS a seguir que inclui o setor privado. Aí há um voto contra do PCP. Mas o projeto inicial foi aprovado por unanimidade nesta Casa e não previa o privado.

O que o Partido Socialista (o seu Governo!) propôs para incluir o privado no Vale Saúde o senhor agora nega e vem apontar como um defeito.

Sr. Secretário, entendam-se! Entendam-se para ver se os doentes que estão a sofrer têm alguma resposta, porque é verdadeiramente lamentável o que o senhor acabou aqui de dizer.

Sr. Secretário, é muito fácil, como o senhor diz. O que é triste é o senhor contratar especialistas a 60 euros por hora para virem trabalhar para os Açores. A 60 euros por hora, o senhor contrata para virem cá. É a questão da boa gestão, de saber fazer contas. Pelos vistos não estão bem-feitas.

O senhor vem outra vez com o sistema informático. Eu tenho uma pergunta para lhe fazer.

Já que houve aí uma Ordem muito ofendida, porque nenhum dos colegas Deputados, nem eu próprio, recebemos um convite para ir à apresentação de um sistema informático, queria perguntar ao Sr. Secretário se vai adquirir, ou se tem alguma conversação para adquirir um sistema informático que a Ordem dos Enfermeiros apresentou um dia destes?

Deputado André Bradford (PS): Isto é sobre o diploma?

O Orador: Diga?

Deputado André Bradford (PS): Isto é sobre o diploma?

O Orador: É sobre listas de espera.

Se o Sr. Deputado estivesse atento via que este sistema é exatamente para a gestão das listas de espera.

Deputado André Bradford (PS): Em geral!

O Orador: Aliás, aproveito para lhe perguntar:

Sr. Secretário (os tempos cirúrgicos não são bem geridos, há ineficiências), gostaria que me apontasse quais são as ineficiências que o senhor detetou, e que são aqui referidas pela Ordem dos Enfermeiros, e sobretudo que me

respondesse se o Serviço Regional de Saúde vai ou tem intenções de adquirir esse sistema?

Com o SIS-ARD houve esbanjamento em sistemas de computadores, a não ser que agora sejam os computadores a tratar gente e dispensa-se os médicos, os enfermeiros e os profissionais de saúde. Deve ser os computadores que agora vão resolver o assunto. Toda a gente apela aos computadores e aos computadores. Gostaria que o senhor me esclarecesse essa parte, para eu ficar bem esclarecido, porque a grande inovação (o Sr. Deputado Domingos Cunha, na altura era Secretário da Saúde e posso citar aqui as suas afirmações), o SIS-ARD, ia ser a resolução de todos os males.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o *call center*?

O Orador: Afinal foram seis, sete, oito, nove ou dez milhões? Ninguém sabe quantos são! Está em litígio, para o lixo e não deu certo. Também ia resolver as listas de espera. Os computadores iam resolver tudo. Portanto, estamos na era do computador.

Sr. Secretário, o senhor acabou, aliás como o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, de passar um atestado de incompetência ao Sr. Enfermeiro Diretor Regional da Saúde, porque não tem a publicação das listas de espera, e o número dos doentes açorianos em lista de espera, bem gerida.

Ninguém sabe se aquilo é verdadeiro ou se é falso.

Mas então os senhores já estão a criticar a própria Direção Regional de Saúde, que é incompetente para gerir a publicação de uma lista de espera, onde mete lá gente que é falsa, que não tem necessidade. O Sr. Secretário respondeu, e bem, à dúvida do Sr. Deputado Domingos Cunha. Ficou esclarecido.

O que é que faz o Diretor Regional da Saúde, Sr. Secretário?

Ele tem a responsabilidade, aliás, da iniciativa do Vale Saúde, que tornou pública e possível mais transparência nesse processo. Os números deviam ser todos publicados para todos nós conhecermos.

O senhor acaba de passar um atestado de incompetência ao seu Diretor Regional, ao senhor Enfermeiro. Isso é absolutamente lamentável.

Permita-me que vá ao privado.

No Serviço Regional de Saúde os hospitais são o quê?

Entidades Públicas Empresariais! Empresas!

Podem contratar produção externa, podem fazer acordos. Fazem com a SAUDAÇOR. O Sr. Secretário contrata a 60 euros à hora, e eles também, a 70 e sabe-se lá mais quanto.

Tira-se os profissionais que estão cá a trabalhar para pôr os outros a fazer prevenção, num sistema, aliás, duvidoso, de legalidade duvidosa.

Vem um médico do continente, está cá três dias e retira-se a prevenção ao médico residente para atribuir a esse senhor. Com que contrato e com que vínculo à instituição regional?

Isso é legal, Sr. Secretário? Vai responder também a essa pergunta. Isso tudo contribui para aumentar as listas de espera.

Sr. Deputado Luís Maurício, permita-me que o esclareça, agradecendo as observações que fez ao diploma do CDS.

Vou ler-lhe o que diz o Decreto do Vale Saúde. A referência ao privado (V. Exa. já percebeu) foi proposta pelo Sr. Secretário Miguel Correia, pelo Governo dos Açores, de que aquele senhor faz parte, e foi aprovada aqui pelo Partido Socialista. Portanto, nessa matéria estamos mais que esclarecidos sobre o privado. Mas isso era do “velho governo”. Do “velho governo”, pelos vistos o senhor não gostava.

Diz assim, Sr. Deputado Luís Maurício:

«A unidade de saúde privada pertencente ao sector social, designadamente Misericórdias, outras Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades de natureza mutualista, protocolada, contratada ou convencionada para a realização de cirurgias aos beneficiários».

Não impede, até no limite que o Vale Saúde possa ser, como V. Exa. diz, um instrumento de pagamento para uma produção pós laboral. Não impede, porque o hospital é uma Entidade Pública Empresarial que o pode fazer.

Se fosse no Centro de Saúde não era permitido, mas no hospital até pode, Sr. Deputado Luís Maurício.

Agora, 7 milhões de euros depois... É claro, Sr. Secretário, que estamos de acordo. Quanto maior a oferta, maior a procura. Isso aí é nítido.

Que há gente que está inscrita nas listas de espera e alguns também nem sabem, também é verdade. É preciso é saber quem é que os pôs lá e responsabilizar por isso. Não é só vir para aqui dizer, é preciso atuar.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): E vamos atuar!

O Orador: É preciso responsabilizar.

Agora, não é um programa informático. É a gestão das pessoas no dia a dia.

Os Blocos Operatórios são mal geridos no Serviço Regional de Saúde? É outra pergunta que lhe faço. São mal geridos?!

Há ineficiência total nos tempos cirúrgicos? É outra pergunta que lhe faço.

Quero saber quais são.

Dentro da minha mediocridade (não é?) e da mediocridade que este Parlamento tem, da demagogia que este Parlamento tem (como já fomos acusados aí no exterior das nossas discussões medíocres aqui, da mediocridade, da nossa demagogia toda, de contribuirmos para o Serviço Regional de Saúde sempre com a intenção não de melhorar, mas de demagogia e de mediocridade), gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse sobre essa matéria.

Eu não tenho nenhum problema, eu não tenho *lobbies*, não defendo nenhum *lobby*, não tenho contrato com nenhum *lobby*, Sr. Secretário Regional. Também não tenho preferência por esta Ordem ou aquela Ordem, e não tenho defensores oficiais, Sr. Secretário Regional. Tratamos todos por igual. Uns mais que outros, é verdade.

Quero também lhe perguntar se tem algum parecer preferencial dentro das Ordens de Saúde, porque ao que parece até tem.

Julgo que ao Sr. Deputado Aníbal Pires ainda não respondi. Já respondi que a proposta, Sr. Deputado, do privado é do Partido Socialista e o senhor votou contra a segunda alteração, mas aprovou a primeira. Ou seja, o espírito do Vale Saúde o senhor aprovou.

Agora, se querem outra forma de pagamento, Sr. Deputado Domingos Cunha, Sr. Deputado Viveiros Cabral, Sr. Deputado Luís Maurício, estamos abertos a propostas de alteração na especialidade. Queremos discutir o assunto.

O Partido Socialista queixa-se da oposição não fazer propostas de alteração aos seus diplomas. Temos aqui um diploma aberto. Façam propostas de alteração.

Sr. Deputado Luís Maurício, estamos abertos à sua proposta de alteração para que possa votar favoravelmente o nosso diploma.

Faço o desafio a todas as bancadas. Façam propostas de alteração!

Ponham em primeiro lugar os interesses dos doentes e não os interesses corporativistas de algumas classes de saúde nos Açores, Sr. Secretário.

Ponha em primeiro lugar (e o Partido Socialista!) os interesses dos doentes.

Acabem, ou minorem o sofrimento.

É essa a obrigação ética, moral e política de um governo!

Os senhores têm tudo na mão para o fazer e não vão gastar mais dinheiro, a não ser, Sr. Secretário, que não haja realmente dinheiro.

As listas de espera, como o senhor bem disse, não apareceram hoje, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral. Têm pelo menos cinco anos. Desde 2009 pelo menos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: O senhor diz que agora é que vamos fazer isto, agora é que vamos fazer aquilo, agora é que aumentámos isto, agora é que aumentámos aquilo. Não!

Já existe há cinco anos.

Não agora! Já devia ter sido!

Portanto, temos que atuar.

Como os senhores bem fazem, isto não é um regime permanente, é um regime transitório que pode ser alterado.

Quem não votar isto favoravelmente está pouco importado com o sofrimento dos doentes.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Isto é um meio de resolver no imediato muita gente.

Deputado Francisco César (PS): “Não há outro caminho!” Onde é que eu já ouvi isto?

O Orador: Há outro caminho, Sr. Deputado Francisco César. Já foi experimentado e eu votei favoravelmente. Votei propostas do Governo, propostas do Partido Socialista. Depois até disse que este caminho não serve, que se está a atirar dinheiro para cima dos problemas e os senhores concordaram comigo.

Com o Sr. Vice-Presidente, também aqui no Plano e Orçamento, ainda no “velho governo”, discutimos isso e tinha que se arranjar outra alternativa.

Sr. Deputado Francisco César, tenho tido nessa matéria abertura total para discutir o assunto...

Deputado Francisco César (PS): Não se pode dizer que é com a sua proposta que vamos ter a solução!

O Orador: ... com propostas e até antes. Essa não é minha. É nossa!

Estou aberto a propostas.

Sr. Deputado Domingos Cunha, falou aí nos doentes oncológicos. Ouvi as suas declarações na rádio.

Sr. Deputado Domingos Cunha, o Sr. Secretário não era do “velho governo”, mas o senhor foi.

Faço-lhe uma pergunta:

Há lista de espera para doentes oncológicos nos Açores?

Existe lista de espera para doentes oncológicos nos Açores? É a pergunta que lhe faço. Quero saber a resposta a essa pergunta para depois continuarmos o nosso debate.

Relativamente a este Projeto insisto. Não posso aceitar que se diga que agora é que se vai avaliar com rigor isto ou aquilo.

Insisto que estamos abertos a propostas de alteração, estamos abertos a propostas que possam melhorar o nosso diploma e estamos abertos a propostas que possam contribuir para uma rápida diminuição das listas de espera.

Não sei se sai mais caro que a política que o Governo está agora a aplicar. Julgo que juntando uma coisa à outra teríamos aqui um instrumento muito eficaz.

Façam as alterações, sob pena de também não terem contribuído minimamente. Aliás, a acusação que eu faço devolvo-a ao Partido Socialista, que aqui faz tantas vezes a respeito da oposição: os senhores apresentem propostas de alteração.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pequena nota (20 segundos) ao Sr. Deputado Artur Lima.

Fiquei agora a saber o percurso deste diploma, mas o que é certo é que V. Exa. na vossa iniciativa faz referência ao Vale Saúde, e o Vale Saúde é aquilo que está publicado na legislação de 2009. Como V. Exa. muito bem disse, na alínea d) do artigo 2.º diz que a entidade prestadora é “a unidade de saúde privada pertencente ao sector social, designadamente Misericórdias, outras Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades de natureza mutualista, ...», etc., etc., etc..

Portanto, o que aqui está é realmente um recurso à convenção com entidades privadas e este não é o nosso primeiro caminho.

Sr. Secretário, vamos ao que interessa.

Eu, com a sua intervenção, fiquei espantado. V. Exa. acabou de dizer que passado um ano está tudo bem e está tudo bem porque as listas de espera cirúrgicas aumentaram. É a conclusão que eu tiro das suas palavras.

Repito: o PSD introduziu na agenda política desta legislatura a questão das listas de espera cirúrgica, a 23 de janeiro deste ano. Há muito que pensamos sobre esse tema.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

E apresentámos as nossas propostas, do ponto de vista público, devidamente fundamentadas e repetimo-las aqui nesta Casa sob a forma de uma declaração

política. É uma questão de gestão corrente do próprio Governo tomar a iniciativa de a concretizar, porque ela está regulamentada a nível nacional sob a forma de portaria.

Se não o fez é porque não quis ou, por outra, não lhe deram o dinheiro para fazer.

Sr. Secretário, não vai agora arranjar desculpas para os números que aí apresentou, dizendo que nas listas de espera havia duplicação de doentes. E aqui teve o cuidado de não repetir novamente aquela situação que de forma caricata, sobretudo para um médico como V. Exa., afirmou em Comissão, de que doentes com cataratas nos dois olhos, estavam em duplicado nas listas.

Ainda bem que o senhor chegou à conclusão de que as cataratas em ambos os olhos não podem ser operadas ao mesmo tempo, porque senão os doentes andavam a tatear.

Teve agora a coragem, ao menos, e o cuidado de não referir essa duplicação das cataratas no mesmo doente. Sim, porque o senhor aquilo que defendia há pouco tempo era, operava uma catarata e o doente ficava arrumado num canto, não sei onde, não sei como é que o senhor saberia que a segunda catarata estaria por operar. Enfim, isto é um parenteses.

Depois, Sr. Secretário, onde é que está o conceito que V Exa. defendeu e que introduziu no plano de ação para a reestruturação do Serviço Regional de Saúde sobre a referenciação e a livre referenciação dos doentes? É uma contradição absurda aquilo que o senhor acabou de dizer, que não faz sentido que doentes da Ilha Terceira em cirurgia vascular estejam incluídos na lista de cirurgia vascular do hospital de Ponta Delgada, porque essa especialidade existe em Angra.

Sr. Secretário, mas afinal onde é que nós estamos?

Os doentes têm direito a escolher ou não têm direito a escolher?

Eles escolheram ser operados lá. Recorreram à privada, porque o hospital de Angra não tem capacidade de resposta na consulta para resolver o seu problema. Escolheram ser operados no Hospital de Ponta Delgada ao abrigo daquilo que o senhor defendeu no documento que apresentou publicamente, a

livre referenciação dos doentes, e o senhor vem agora aqui dizer que eles devem ser retirados da lista de Ponta Delgada para irem para o hospital de Angra do Heroísmo.

Afinal, Sr. Secretário, em que é que ficamos? O que é que o senhor pensa sobre esta matéria?

Por outro lado, Sr. Secretário, é impressionante aquilo que o senhor acabou de dizer. Então só agora é que chegam à conclusão que há apenas 100 doentes no Hospital da Horta que querem ser operados? Mas onde é que andaram os governos do seu partido ao longo destes anos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Foi preciso o debate público, que nós iniciámos a 23 de janeiro deste ano, para que se tomasse em atenção as listas de espera cirúrgicas?

Sr. Secretário, mas eu sou capaz de lhe dar uma explicação para isso.

Sabe por que é que há só 100 doentes, segundo as suas palavras, para serem operados em ortopedia no Hospital da Horta?

Porque tiveram que tirar dinheiro do seu bolso para serem operados na privada, porque o sistema público não lhes deu resposta.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Só agora é que o senhor chega a essa conclusão.

Sr. Secretário Regional, a produção cirúrgica aumentou de 2012 para 2013.

Sr. Secretário, seja honesto politicamente. Essa produção aumentou naturalmente porque a oferta em termos de consulta também aumentou.

As características da população também se modificaram. Há gente mais envelhecida, há técnicas de diagnóstico que evoluíram e naturalmente que a procura aumentou.

Mas eu gostava de saber uma coisa, Sr. Secretário: deste aumento de 17% em termos de produção cirúrgica, quantas cirurgias programadas aumentaram?

Qual foi o número de pequenas cirurgias que aumentaram? Qual foi o número de cirurgias de urgência realizadas?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mande os números! Em papel!

O Orador: Os números!

Porque aumentar a produção geral à custa das pequenas cirurgias, que nem de anestesia precisam, não me parece que seja muito honesto da sua parte referi-lo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, V. Exa. e o seu Governo continuam na mesma.

A situação dos doentes agrava-se, as listas de espera cirúrgicas aumentam de forma descontrolada. Há Diretores de Serviço no hospital a que eu pertenci, e que V. Exa. também pertenceu, que já conduzem em carrinha de rodas, ao Diretor Clínico, os processos dos doentes em espera cirúrgica, não vá a ação mediática desta ação sensibilizar o Diretor Clínico para uma resposta. E V. Exa. continua a dizer que está tudo bem.

É absolutamente inacreditável, Sr. Secretário!

Apelo à sua consciência, aos seus valores humanos que sei bem que os defende. Procure soluções alternativas que respondam aos doentes que esperam há muito, há demasiado tempo, para que sejam operados no Serviço Regional de Saúde.

Deixe-se de teorias. Passe à prática e responda às necessidades das pessoas.

Deputados Luís Rendeiro e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O problema das listas de espera cirúrgicas é um problema, como já foi dito aqui pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, real e preocupante.

Todos nós que andamos na saúde e refletimos sobre a saúde temos isso como uma situação onde é necessário orientar todas as nossas reflexões para resolver.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há quanto tempo?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já andam há 18 anos a dizer isso!

O Orador: Quando ouço neste debate falar em pequenas cirurgias, como o Sr. Deputado Luís Maurício referenciou, todos nós sabemos que as pequenas cirurgias não se incluem nesses números de cirurgia programada.

Temos que ter cuidado com os números.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Atrás dos números estão pessoas!

O Orador: Quando ouço aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão dizer que nunca se fez nada (julgo que está cá há mais de 18 anos na Região Autónoma dos Açores), percebe, se estiver atento e tiver boa vontade, que houve um progresso na saúde na Região Autónoma dos Açores com grandes resultados e com ganhos em saúde muito consideráveis.

Dou-lhe só um número, Sr. Deputado Paulo Estêvão. É um número para o senhor registar e perceber o esforço que tem sido feito pelos profissionais da saúde, por todas as pessoas envolvidas na saúde na Região, inclusive os políticos que refletem essa área, sobretudo os Secretários Regionais da Saúde e todo o Governo. Dou-lhe este número para o senhor registar, para não se esquecer nunca deste número.

Em 1996 foram realizadas 11.191 cirurgias.

Sabe quantas foram em 2013?

Registe: 18.701, mais 7.000 cirurgias.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos médicos estavam colocados em 96?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual era o seu vencimento nessa altura e agora? Seja politicamente sério!

O Orador: É sinal que conseguimos fazer hospitais com Blocos, arranjar pessoas para operar, profissionais de saúde de qualidade. É este o esforço que tem sido feito ao longo destes anos de governação socialista.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há 20 anos, Sr. Deputado!

O Orador: As pessoas já sufragaram, já perceberam essa evolução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lá vem outra vez a conversa do “votaram em nós”!

O Orador: Não se pode resolver tudo num dia, não se pode resolver tudo num ano, não se pode resolver tudo em vários anos.

Temos que ter é continuidade e essa continuidade tem acontecido e os senhores não registam essa continuidade de ganho em saúde na Região.

As pessoas sabem o que é que o Partido Socialista e os Governos do Partido Socialista têm feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabem, ora se sabem!

O Orador: Tanto sabem que têm sufragado as nossas políticas, todas elas com resultados positivos.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Continue assim!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, temos que chegar aqui a um consenso. É “preso por ter cão e preso por não ter”! Há aqui um problema. Se não temos anestesistas é porque não temos anestesistas; agora temos anestesistas é porque lhes pago 60 euros à hora.

Sr. Deputado, temos que perceber o que é que queremos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Queremos reduzir as listas de espera!

O Orador: Reduzir listas de espera implica ter anestesistas. Infelizmente neste enquadramento nacional que temos, implica pagar 60 euros à hora.

Eu estou feliz com isso? Provavelmente, não! Agora gostaria de poder ter um anesthesiologista contratado nos quadros do Hospital Divino Espírito Santo. Gostaria de ter não só um, como um quadro necessário para que o hospital desempenhasse as suas funções de forma regular e funcionando sem qualquer tipo de necessidade de prestação de trabalho adicional.

Agora, se é a única forma que temos neste momento para resolver o problema dos açorianos, Sr. Deputado Artur Lima, é mais uma prova de que o Governo Regional dos Açores tudo está a fazer para conseguir garantir que os açorianos são operados em tempo útil.

Infelizmente, mesmo a pagar 60 euros à hora não tem sido fácil encontrar anesthesiologistas. Temos um. Estamos a tentar encontrar mais para que se possa resolver este problema.

Infelizmente é esse o preço praticado a nível nacional e com o qual nós não podemos ter qualquer tipo de interferência, sob pena de termos menos um anesthesiologista no hospital de Ponta Delgada.

Penso que isto é mais uma demonstração de que o hospital de Ponta Delgada, não por querer beneficiar ninguém, não por querer num grupo profissional qualquer incutir algum tipo de benefício, para resolver o problema dos utentes, tem que, nesta fase, pagar mais do que aquilo que gostaria de pagar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não são só anesthesiologistas que faltam! Há mais!

O Orador: Sistema Informático da Ordem dos Enfermeiros (mais uma novidade, Sr. Deputado Artur Lima).

O sistema informático desenvolvido, que não é um sistema informático, neste momento é um modelo aplicacional que foi desenvolvido e que me já foi apresentado e já foi apresentado à Enfermeira Diretora do hospital, foi desenvolvido por um enfermeiro, a quem foi dada dispensa pelo Serviço Regional de Saúde, para fazer uma formação específica...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Foi-lhe dada dispensa!

O Orador: ... e, naquilo que era o desenvolvimento da sua formação específica, desenvolveu esse sistema.

Obviamente, como a qualquer outro profissional do Serviço Regional de Saúde, é-lhe pedido, quando voltar a trabalhar na sua instituição após a formação específica, que use daquilo que é o conhecimento que adquiriu ao longo da sua formação em benefício dos açorianos que lhe permitiram fazer essa formação adicional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é isso que está dito aqui!

O Orador: Foi isso que foi pedido ao Sr. Enfermeiro que fez essa formação específica, que aplique agora o modelo no hospital de Ponta Delgada para verificarmos se é um modelo que trará mais-valias ou não para os açorianos, sem qualquer tipo de ónus suplementar sobre essa matéria.

Sr. Deputado, como lhe disse, foi permitido a esse enfermeiro que fizesse a sua formação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só lhe fiz uma pergunta: o senhor vai adquirir ou não vai adquirir?

O Orador: Em contrapartida o Serviço Regional de Saúde exige que essa formação funcione em prol do próprio serviço.

Em relação àquilo que disse sobre a era do computador e de estarmos todos informatizados, e respondendo também de uma forma muito direta àquilo que o Sr. Deputado Luís Maurício disse sobre o Sr. Diretor de Serviço empurrar carrinhos de *dossiers* para a administração do hospital.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a realidade, Sr. Secretário!

O Orador: Pode até ser a realidade, mas é a realidade errada, porque todos os outros Diretores de Serviço ou todos os outros diretores do hospital têm acesso a um sistema informático onde podem inserir os seus doentes.

Por isso, esta demagogia,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: ... este teatralismo de andar a passear carrinhos com *dossiers* dentro do hospital, é puro teatralismo de qualquer Diretor de Serviço porque ele

sabe perfeitamente que tem acesso a uma aplicação informática onde pode introduzir os seus doentes.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Se há ou não introdução desses doentes na aplicação informática por parte dos Diretores é outra resposta que temos que perguntar. Neste momento estamos a trabalhar para que tudo seja feito, porque dentro do sistema informático já há maior dificuldade em seleccionar que doentes são operados. Isso também concordo.

Dentro do sistema informático temos que operar os doentes que estão em lista de espera. Isso, sim, é uma das boas medidas de utilização dos sistemas informáticos no Serviço Regional de Saúde.

O inacreditável, Sr. Deputado Luís Maurício, é usar carrinhos, usar *dossiers* e usar papel, nesta era informática, para gerir listas de espera cirúrgicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vão começar então a usar *pen drive*!

O Orador: Em relação ao Vale Saúde, Sr. Deputado Artur Lima, penso que houve aqui um equívoco relativamente àquilo que disse. Eu não estou contra à utilização do Vale Saúde. Nós iremos aplicar o Vale Saúde este ano, tal como foi previsto em plano de investimentos e será.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é privados!

O Orador: Posso já lhe dizer que selecionei as especialidades de oftalmologia e otorrino para o fazer. Ou seja, irei aplicar o Vale Saúde nas especialidades de oftalmologia e otorrino, que são as especialidades que neste momento – parece-nos, é a nossa decisão como Secretaria Regional da Saúde – precisam de ser salvaguardadas com o Vale de Saúde.

Isto não quer dizer que concorde que a qualquer utente, a partir da ultrapassagem do tempo mínimo de resposta garantida, automaticamente lhe seja atribuído o Vale Saúde, porque, como sabe, isto é um problema que tem que ser visto com o devido enquadramento. Se eu o fizesse agora, aquilo que iríamos fazer era um êxodo de açorianos a caminho do continente, provavelmente para serem operados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Iam passear!

O Orador: Já existe alguns açorianos que têm o tempo máximo de resposta garantido ultrapassado.

Como sabe, no continente, aquilo que tem sido feito de uma forma progressiva (ainda há poucos meses saiu o relatório da atividade cirúrgica de 2013 e ainda existe cerca de 20% de doentes que estão acima do tempo máximo de resposta cirúrgico) e de forma faseada é o envio desses doentes para serem operados.

Por isso, Sr. Deputado, iremos usar o Vale Saúde dentro daquilo que é o princípio utilizado inicialmente e previsto para o Vale Saúde.

Pergunta se os Blocos Operatórios são mal geridos. Não, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sou eu que o digo! São os enfermeiros!

O Orador: Aquilo que lhe posso dizer é que para fazer 18.700 cirurgias num ano, é preciso gerir bem os Blocos Operatórios.

Agora, pode ser otimizado? Ah, pode!

A utilização dos Blocos Operatórios pode ser bastante otimizada.

Por exemplo, o HDES em 2009 operou 9.241 utentes. Apesar da melhoria que conseguimos registar de 2012 para 2013, apenas operou em 2013, 8.095. Ou seja, ainda temos aqui uma margem de manobra de crescimento de 1.200 utentes, tendo como referencial o melhor ano de produção cirúrgica do HDES.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quantos anestesistas tinha nesse ano?

O Orador: Por isso, iremos trabalhar exatamente nesse sentido.

Sr. Deputado Luís Maurício, acho que é um pouco deselegante pôr em causa aquilo que é o meu entendimento sobre os utentes e sobre as cirurgias aos utentes.

Como sabe, estive bem próximo dessas realidades, nomeadamente os utentes das cataratas dos dois olhos. Tentou atirar areia para os olhos relativamente a esta matéria.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor é que tentou!

O Orador: Não!

Os senhores têm falado sempre em 7.500 utentes à espera de cirurgia.

Se o senhor refizer o seu discurso, eu refaço o meu também.

Se estivermos a falar em 7.500 cirurgias à espera,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não! Não caio nessa!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é preciso cair!

O Orador: ... aí concordo perfeitamente consigo, que o mesmo utente possa ter as duas intervenções cirúrgicas introduzidas nas listas de espera.

Aquilo que os senhores fazem é pegar nestes números e dizer que estão 7.500 utentes à espera de cirurgia, quando sabe perfeitamente que não são 7.500 utentes, são alguns utentes que têm uma ou duas cirurgias, nomeadamente no caso da oftalmologia e, outra situação que também é recorrente, o caso da cirurgia vascular, que são por sinal as duas situações onde temos maior lista de espera.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que quando são operados a uma não ficam à espera da outra!

O Orador: Por isso não estive aqui a tentar atirar areia para os olhos.

Atirar areia para os olhos, Sr. Deputado, provavelmente foi aquilo que fez em relação às pequenas cirurgias.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Estes números não incluem pequenas cirurgias.

Como o Sr. Deputado sabe, e bem, o hospital de Ponta Delgada neste momento não está a processar pequenas cirurgias, não está a fazer pequenas cirurgias.

Era admissível fazer pequenas cirurgias, em sistema de contratação pós-laboral, num sótão de um edifício antigo no Centro de Saúde de Ponta Delgada, em que as pequenas cirurgias iam sendo feitas.

A partir do momento em que se pediu, por via das más condições daquele local, que se passasse as pequenas cirurgias para dentro do hospital, começaram a aparecer as dificuldades.

No sítio onde habitualmente se faziam as pequenas cirurgias já não era possível, porque faltava o equipamento x...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas quem é que manda?

O Orador: ... faltavam as condições y, faltava não sei o quê. Estamos nós dentro do hospital de Ponta Delgada, espero dentro de um mês. Se quer, é mais

uma das medidas que temos que tomar para resolver este problema das listas de espera e esse aumento que referiu no hospital de Ponta Delgada.

Estamos a fazer reformulações dentro do serviço da anestesiologia, na proximidade do Bloco Operatório, para construir um bloco de pequena cirurgia segundo todos os critérios que os senhores doutores cirurgiões exigiram que o Bloco tivesse para que pudessem fazer novamente as cirurgias, independentemente de as fazer noutros locais que não tenham essas condições.

Esse bloco de pequena cirurgia será criado exatamente para responder a cerca de 750 pequenas cirurgias...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... que não estão a ser feitas por alegadamente não termos condições.

Depois do bloco estar criado não haverá mais qualquer tipo de dificuldade na realização dessas pequenas cirurgias.

Já foi pedido ao hospital de Ponta Delgada que de uma forma cabal desse resposta a essas 750 pequenas cirurgias até ao final do ano.

Por isso, conta até ao final do ano, por exemplo, da lista dos 7.500, resolver 750. Provavelmente o pasquim regular do Hospital de Divino Espírito Santo...

Deputado Luís Maurício (PSD): Como?... Pasquim?!...

O Orador: ... irá ter, com certeza, uma redução do número.

Deputado Luís Maurício (PSD): É isso que o senhor chama ao Boletim Oficial do hospital, que é feito pela administração que o senhor nomeia?

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, dos 154 doentes ...

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor chama a isso pasquim?... Um boletim feito todos os meses pela administração do hospital que o senhor nomeia? Isso é gravíssimo!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, dos 154 doentes que o senhor disse que eu fiz miraculosamente desaparecer da lista porque já tinham sido operados, do seu bolso, em sistemas privados, dos 154 apenas 24 é que responderam que já tinham sido operados em sistemas alternativos.

Quando há bocado disse que os outros doentes que desapareceram tiveram que pagar do seu bolso a cirurgia, se o foram, foram 24 de 154. Esses, eu admito!

Os outros, não pode aqui novamente tentar “atirar areia para olhos”, porque os doentes tinham sido operados em alternativas.

Não! Os doentes, segundo os números que aqui tenho, não sabiam que estavam inscritos em lista de espera, não tinham feito consentimento relativamente a esta questão da cirurgia, não estavam interessados já na cirurgia. Ou seja, são doentes que tinham sido introduzidos na lista e que neste momento não tinham qualquer tipo de indicação cirúrgica.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Ricardo Cabral, desafio, mas desafio mesmo, no sentido do Sr. Deputado fazer prova, por uma questão de ética e de honra, de que eu proferi esta afirmação que me atribuiu: “o senhor afirmou que nunca se fez nada”.

Eu devo dizer-lhe o seguinte:

Eu não posso de nenhuma forma ter proferido (tenho a certeza que não proferi!) esta afirmação. Ao longo do desempenho, qualquer governo, qualquer entidade, faz sempre alguma coisa.

O que eu disse foi que ao longo destes 18 anos aquilo que se fez não corresponde às expetativas e às necessidades reais dos açorianos. Esta é uma questão.

É bastante diferente de dizer “não se fez nada”. Esse é o argumento gratuito, mais fácil de rebater. É colocar na boca de outro deputado, de outro interveniente na discussão, palavras que esse deputado não pronunciou e não podia pronunciar, porque é evidente que esse é um tipo de afirmação absolutamente gratuito que eu não podia ter feito ou realizado.

Devo dizer-lhe também outra coisa, Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Diz o Sr. Deputado que os resultados são incomparáveis.

Eu também quero dizer-lhe que com os recursos que o Governo Regional contou, que os governos socialistas contaram (eu estava cá, Sr. Deputado, e também estive em 98 nas reuniões em que foi decidido que seria apresentada uma moção de censura a este Governo, estava cá já nesse período) e tiveram ao longo de todos estes anos à sua disposição, é evidente que o número de intervenções melhorou, mas os recursos são incomparavelmente superiores ao período anterior.

É como se estivéssemos a comparar os tempos de D. João V com os tempos, a seguir, de D. José.

Os tempos de D. João V são os tempos do Sr. Presidente do Governo Regional Carlos César, que teve recursos incontáveis à sua disposição.

Hoje vivemos numa espécie de tempo do Rei D. José e do Marquês de Pombal, porque hoje temos, como se sabe, uma equipa que governa a Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Marquês é o Vice-Presidente!

O Orador: O Marquês de Pombal é o Vice-Presidente e é ele que detém uma parte substancial do poder.

Por isso, Sr. Deputado, são realidades incomparáveis.

O que acontece é que o ouro do Brasil acabou e entretanto é preciso gerir com racionalidade esta questão.

Portanto, o que se tem que exigir é que a gestão seja eficaz, que o conjunto de recursos seja gerido com eficácia e que um governante que se compromete a reduzir as listas de espera o faça.

Senão, o que é que pode acontecer?

Aquilo que aconteceu na minha intervenção anterior foi dizer ao Sr. Secretário Regional que efetivamente não reduziu as listas de espera. Aumentou o número de casos, Sr. Secretário! O seu objetivo não foi alcançado.

Eu não fico contente que o senhor não tenha alcançado esse objetivo. Eu desejo sempre que os políticos alcancem os objetivos democráticos a que se propõem, porque isso significa que atingimos o resultado a que todos nos propomos, que é de resolver os problemas dos açorianos, melhorar a sua qualidade de vida e neste caso melhorar a sua assistência médica.

Mas a verdade é essa.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: E o que aconteceu neste caso específico foi que esse resultado (Sra. Presidente, termino já!) não foi alcançado, pelo contrário, o número de doentes nas listas de espera aumentou.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, vou recolocar a pergunta:

Tenciona adquirir o sistema informático para a gestão de tempos cirúrgicos, feito por um enfermeiro e em parceria com a Ordem dos Enfermeiros?

Deputado Francisco César (PS): Já foi respondido!

O Orador: A notícia pública que vem aqui é:

“Tiago Lopes [que é o Sr. Representante da Ordem dos Enfermeiros, o Presidente da Seção Regional] falava, depois de Luís Furtado, um enfermeiro que aliou um *Master Business Administration* e mestrado em Gestão ao trabalho no bloco operatório no hospital de Ponta Delgada, ter apresentado uma nova aplicação informática...”

Outra notícia:

“A aplicação é da autoria do enfermeiro Luís Furtado e conta com a parceria da Ordem dos Enfermeiros dos Açores.”

O senhor vai adquirir esse sistema informático à Ordem dos Enfermeiros e ao Sr. Enfermeiro Luís Furtado? É a pergunta que lhe volto a colocar.

Dizer-lhe, Sr. Secretário e aos Srs. Membros do Governo, que se fosse eu a utilizar o termo pasquim para o Boletim Oficial do Conselho de Administração, aquela bancada tinha-se elevado em protestos. Mas não foi eu, Sr. Secretário!

Devo dizer-lhe uma coisa: acho que o senhor trata com falta de respeito os doentes. Trata-os como números.

Dizer que há um êxodo de açorianos para o continente? Sr. Secretário, só irá para o continente ser operado quem realmente precisa.

Ninguém quer ir para o continente fazer turismo e muito menos com doença.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, pasquim, segundo o Dicionário da Porto Editora, é um:

“1. escrito afixado em lugar público com expressões injuriosas ao governo ou pessoa constituída em autoridade;

2. panfleto difamatório;

3. figurado jornal que publica calúnias e artigos difamatórios ;

4. pejorativo jornal de pouca qualidade”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor espalhou-se!

O Orador: É isso que o senhor acha que é o Boletim Oficial do Hospital do Divino Espírito Santo, elaborado e da responsabilidade da Administração do hospital, a qual o senhor nomeou, com informações oficiais da administração, com fotografias suas na missa do Senhor Santo Cristo dos Milagres? É esse o boletim difamatório e injurioso?

Sr. Secretário, peço-lhe imensa desculpa, mas foi absolutamente infeliz. O que o senhor acabou aqui de fazer foi um autêntico insulto às administrações, nomeadamente à administração do hospital de Ponta Delgada que o senhor nomeou. Se eu estivesse na posição deles amanhã apresentava a demissão a V. Exa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Era isso que V. Exa. merecia perante o que aqui acabou de designar como pasquim, um boletim oficial de uma administração que o senhor nomeia e que é do maior hospital da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, passado o sublinhar dessa infelicidade, queria dizer-lhe apenas e só duas coisas:

Em primeiro lugar, saudar a resolução dos doentes que estão em espera para pequenas cirurgias, 750, mas estão há mais de um ano porque V. Exa. (e assim é que deveria ser) não tem capacidade de planear, não tem capacidade de dialogar com os agentes intervenientes, porque o senhor quando fechou o Centro de Saúde de Ponta Delgada e impossibilitou que as pessoas resolvessem pequenos problemas cirúrgicos que não necessitam de anestesia, deveria ter salvaguardado uma resposta imediata no hospital de Ponta Delgada.

Isso significa incapacidade de planear, incapacidade de dialogar, incapacidade de decidir.

Só um ano depois é que o senhor vem aqui dizer que finalmente o assunto está em condições de ser resolvido.

Em segundo lugar, Sr. Secretário, quero dizer-lhe que estarei atento àquilo que V. Exa. acabou de dizer relativamente (aos doentes escolhidos) às especialidades escolhidas para aplicação do Vale Saúde: otorrinolaringologia e oftalmologia.

Sr. Secretário, quero dizer-lhe de forma muito séria e muito serena: eu não aceitarei, nem o meu partido aceitará, que se reduzam o número de doentes em espera cirúrgica nas especialidades cujas cirurgias demoram menos tempo.

Nós não trabalhamos para os números. Trabalhamos para resolver os problemas das pessoas.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu não admito que haja um doente à espera de uma prótese do joelho ou da anca há três anos, que o senhor o pretira na aplicação do Vale Saúde para operar 10 ou 12 cataratas num dia, quando podia operar uma prótese do joelho que está há espera há três anos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A isso chama-se gestão!

O Orador: Eu não admito isso! Isso é falta de ética e de responsabilidade política nas decisões.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Secretário, para encerrarmos o nosso debate, quero dizer-lhe para concluir:

Tudo parece estar bem, apesar das listas de espera cirúrgicas continuarem a aumentar.

Nós bater-nos-emos pela defesa dos doentes, pela dignidade dos doentes e pelo acesso à saúde que V. Exa., em entrevista pública, quando tomou posse, disse que nunca poria em causa. Pelo contrário, a sua prática demonstra precisamente que a acessibilidade dos doentes à solução cirúrgica dos seus problemas vai a uma distância muito longe da concretização, da aspiração e dos anseios desses doentes.

Continuaremos atentos, Sr. Secretário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Pedi a palavra sobretudo pela intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Na minha primeira frase peço desculpa porque o senhor se calhar não disse “não fez nada”. Posso admitir. Peço já imensa desculpa por uma questão ética.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pelo menos tem ética!

O Orador: Gosto de ter essa postura e procuro mostrar a minha ética e aprecio também a ética dos outros colegas Deputados.

Todavia, o que o senhor queria passar na sua mensagem é que o Governo ao longo destes 18 anos “fez pouco” ou “alguma coisa”. Essas são palavras suas, que eu pus entre ásperas.

Esta mensagem que o senhor queria passar, é que eu não queria que passasse para os açorianos, porque não é verdade. Não é verdade, porque ao longo destes

18 anos de governação socialista conseguimos melhorar as infraestruturas, reforçámos o quadro médico, trouxemos especialistas, formámos pessoas, formámos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é normal!

O Orador: Não, não! Isso é importante.

Essa evolução positiva da governação socialista é preciso sublinhar, o que não acontece muitas vezes e eu percebo que a oposição não sublinha, porque tem outros objetivos na sua mensagem política.

Mas nós que acompanhámos esses 18 anos de governação socialista temos isso registado e os açorianos têm isso registado.

Esta comparação histórica, que aprecio muito nas suas intervenções, entre D. João e D. José é importante.

Há uma evolução positiva e é isso que se tem que sublinhar. Isso é fruto do trabalho e do esforço das políticas do Partido Socialista.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Há falhas!

Quero dizer ao Sr. Deputado que a evolução positiva tem acontecido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Devido ao fluxo financeiro!

O Orador: Mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está preocupado com o futuro, não é só com o passado, nem é só com o presente.

No presente é importante refletir, ver os erros, as deficiências, a possibilidade de melhorar, aumentar os ganhos em saúde. Essa é a preocupação desta bancada e daquele Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está contente com os resultados?

O Orador: Nós estamos sempre a refletir e sabemos reconhecer alguns erros.

Quando reconhecemos alguns erros temos capacidade de melhorar.

Quem não reconhece erros não evolui, não progride.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Temos que ter isso sempre presente.

Queria terminar com uma frase, Sr. Deputado:

Hoje é assim, mas amanhã será melhor, com o Partido Socialista e com este Governo!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra obviamente para me retratar daquilo que foi um termo infeliz que utilizei na designação do Boletim de Informação Clínica.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito infeliz!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Devia pedir desculpa!

O Orador: Pedir desculpa se ofendi alguém sobre essa matéria. Não era a forma que gostaria de me dirigir oficialmente sobre essa publicação, porque inclusive é uma publicação que decorre do próprio processo de acreditação do hospital e é obrigatória por parte daquilo que é o processo de acreditação do hospital.

Acho que me expressei de forma muito infeliz relativamente àquilo que era esta publicação. Penso que o Sr. Deputado Luís Maurício percebe o porquê da forma que o fiz, mas peço desculpa por isso.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, eu não percebo sinceramente a sua insistência sobre essa matéria, tendo em conta a resposta que lhe dei.

Que eu saiba eu nunca vi uma aplicação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sim ou não?

O Orador: Eu vi um modelo de reporte de informação, ou seja, eu não vi uma aplicação informática. Aquilo que me foi apresentado foi um modelo de reporte de colheita e reporte de informação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sim ou não?

O Orador: Da minha parte não!

Partindo do princípio que foi desenvolvida por um profissional do Serviço Regional de Saúde a quem foi dada a possibilidade de fazer formação adicional e que essa formação adicional implica também obviamente a sua utilização no Serviço Regional de Saúde, não percebo pelo qual nós teremos que...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há um protocolo escrito?

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, eu, cada vez que permito a um médico ou a um enfermeiro fazer a sua especialidade, não faço um protocolo escrito com esse médico ou com esse enfermeiro: “olha, quando voltares vais desempenhar a função...”. Isso são formações regulares de melhoria profissional de cada um dos médicos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas para fazer esse serviço devia fazer!

O Orador: ... enfermeiros, técnicos auxiliares, administradores, que são melhorias funcionais que nós esperamos, como Serviço Regional de Saúde, que sejam traduzidas de forma prática no funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vai haver?!

O Orador: Se a sua dúvida é se há algum tipo de pagamento, ou algum tipo de negócio, relativamente a essa matéria, a resposta é não! Certo?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Era isso que queria saber!

O Orador: Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Luís Maurício sobre a sala de pequena cirurgia, Sr. Deputado Luís Maurício, como sabe bem, o hospital de Ponta Delgada, na altura em que foi tomada a decisão, tinha uma sala de pequena cirurgia na Consulta Externa, em que eram efetuados grande parte desses atos de pequena cirurgia.

Não sei porquê desde essa decisão deixou de servir, deixou de ter as condições técnicas necessárias para a persecução dos atos cirúrgicos. Ou seja, antes era.

Deixou de ter pelo facto de se ter tomado uma decisão política sobre essa matéria.

Também como denotei da sua expressão, estranhou. Eu também estranhei, obviamente.

Eu, quando tomei a decisão, interroguei o HDES se tinha uma sala de pequena cirurgia. O HDES informa que tem a sala de pequena cirurgia.

A sala de pequena cirurgia do HDES tinha um subaproveitamento do seu tempo de utilização. A sala era utilizada apenas em 20% do seu tempo útil. Obviamente, havendo 80% de disponibilidade da sala, tomei a decisão que tomei.

Não estava à espera, confesso-lhe, que a sala deixasse de reunir as condições técnicas pelo facto de eu ter tomado essa decisão política, mas estamos aqui como Governo para resolver os problemas. Por isso mesmo determinei que dentro do hospital fosse criada uma sala, que as pessoas que nela operassem achassem que reunia todas as condições técnicas, exatamente para que não houvesse mais qualquer tipo de problema na persecução desses utentes da pequena cirurgia.

Devo dizer que a minha escolha relativamente ao otorrino e à oftalmologia não tem a ver com números, Sr. Deputado. Tem a ver, sim, com a possibilidade de disponibilizar as salas operatórias do hospital para aquilo que são as cirurgias mais complexas, nomeadamente aquelas que referiu e que faz todo o sentido que sejam feitas dentro do contexto hospitalar.

Por isso, se eu puder de alguma forma libertar essas salas para a utilização da especialidade de ortopedia, por exemplo, como refere e bem, que são cirurgias mais complexas, que envolvem materiais mais complicados e que é necessariamente feita em contexto hospitalar, terei uma melhoria nos dois lados. Ou seja, é uma situação que ganha nos dois lados, ganhamos na melhoria dos tempos nas especialidades de cirurgia mais complexa e melhoramos também naquilo que são as cirurgias de oftalmologia e otorrinolaringologia que não necessitam dessa complexidade hospitalar e que podem ser feitas, muito provavelmente a maior parte delas, em contexto ambulatório.

Por isso, Sr. Deputado, não é uma questão de resolver números. É uma questão de uma gestão mais racional daquilo que me parece que é um instrumento positivo que foi criado pelo CDS/PP.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo inscrições vamos então passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso propósito foi trazer aqui um contributo (mais um!) além dos muitos que já trouxemos a esta Casa, a começar pelas inúmeras iniciativas de combater a jusante as listas de espera, como sejam as bolsas para médicos de medicina geral e familiar, as bolsas para frequentarem especialidades, as novas saídas profissionais para enfermeiros, o enfermeiro de família que foi proposta nossa aqui, depois expropriada pelo PS e pela Ordem dos Enfermeiros.

Demos vários contributos no Plano e Orçamento, fazendo propostas, até para a gestão de tempos operatórios, fazendo propostas para a utilização do Bloco Operatório. A jusante temos há anos feito propostas nessa matéria, com alguma aprovação e contributo positivo do Partido Socialista e do “velho governo”.

Hoje, apresentámos aqui mais uma iniciativa. Era apenas mais uma! Mais uma a juntar àquelas que o Governo tem no terreno, de gestão das listas de espera, de verificação do rigor com que a lista de espera cirúrgica está publicada na

Direção Regional de Saúde, que hoje percebemos que é falsa, que não existe e que é inventada. Portanto, não pode ter credibilidade um instrumento que é oficial, sobretudo, muitos milhões de euros depois.

Recordo aqui que a dívida da saúde foi reduzida a zero pelo Governo de António Guterres em 2000 (a zero!). Muitos milhões depois ainda temos as vergonhosas listas de espera que envergonham todos e cada um.

Uns, como é o caso do Partido Comunista, por uma questão dogmática e de ideologia,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Coerência!

O Orador: ... preferem o sofrimento dos doentes.

Acima do sofrimento dos doentes está o seu dogmatismo e a sua coerência.

Outros, vêm com o fantasma do privado, quando foi o Partido Socialista que propôs que fossem as entidades privadas a fazê-lo.

Quem fala que são as entidades privadas não percebe a aplicação do Vale Saúde.

Porque trouxemos a nossa iniciativa, esperávamos contributos e não tivemos um único, o que eu posso deduzir aqui é que não houve interesse em ter mais um instrumento de combate às listas de espera.

Eu não queria saber se o pagamento era o Vale Saúde. Admitia outro. Esta foi a nossa proposta. Não estava fechada.

Mas não! Apegaram-se ao dogmatismo, a um pormenor de pagamento para não avançarem e para não aprovarem este instrumento.

Para nós, Sr. Secretário Regional e Srs. Deputados do Partido Socialista e Srs. Deputados do Partido Social Democrata, a forma de pagamento era o menos.

Para nós, o importante era resolver as listas de espera.

Se era pelo modelo de produção nos nossos hospitais, se era pelo Vale Saúde, se era por um outro modelo que os senhores podiam propor, estávamos abertos a tudo.

Se era até pelo contributo de uma ou outra Ordem (dos Médicos, dos Enfermeiros ou de quem quer que seja), se era até por aí, estávamos abertos.

Não tivemos (repito) nenhuma proposta útil, nenhuma proposta no sentido de melhorar o nosso diploma.

Não basta dizer que queremos reduzir as listas de espera, dizer que isto é mal gerido, que aquilo é mal gerido e depois não fazemos uma única proposta para o resolver.

Ninguém, Sr. Secretário, nenhum doente quer ir fazer turismo para São Miguel ou para a Terceira e muito menos para Lisboa.

As pessoas querem resolver o seu problema.

Vou dizer-lhe mais uma coisa:

Foram dados aqui vários exemplos de patologias altamente incapacitantes...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

... de doentes que estão de baixa há anos consecutivos, que não vão ao trabalho, que faltam ao trabalho, que têm sofrimento, que gastam dinheiro em medicamentos, por aí fora, por aí fora, por aí fora... Não lhe vou explicar o que o senhor sabe tão bem ou melhor do que eu.

Tínhamos a obrigação ética e moral de combater este problema, ter mais um instrumento. O Partido Socialista não quis, o Partido Comunista não quis e o Partido Social Democrata disse “nim”.

Ficam os açorianos tratados pelo Governo, e sobretudo pelo Partido Socialista, como números.

O que eu ouvi aqui falar mais foi de números. Não ouvi falar de pessoas, nem de sofrimento.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico votou a favor desta iniciativa do CDS/PP.

São muitas as vezes em que o Partido Socialista e o Governo Regional desafiam a oposição a apresentar soluções alternativas.

Foi isso que aconteceu hoje, nesta Casa, em relação às listas de espera.

Perante um problema concreto, em que o titular da pasta não consegue obter resultados positivos, pelo contrário, as listas de espera estão a aumentar, perante essa situação, o CDS/PP apresentou uma solução.

O Partido Socialista decidiu reprová-la.

Isto aumenta muito a responsabilidade política do Governo Regional, porque daqui a um ano vamos estar aqui para fazer as contas e para verificar quais foram os resultados que o Governo Regional alcançou nesta matéria.

A partir daí o que se pode verificar é que se inviabilizou uma solução para se manter numa linha que já se demonstrou nos últimos dois anos que não é eficaz.

Depois dizem-me que ao fim de 18 anos há que registar alguns eventos e há que registar algumas concretizações. Ao longo de 18 anos! Um período vastíssimo de governação, que nunca foi obtido na Assembleia da República e que só é comparável ao que aconteceu na Região Autónoma da Madeira, o que nem sequer é positivo para o rotativismo político e para o pluralismo político.

É evidente que se formos comparar períodos tão diferentes com quase duas décadas, podemos sempre encontrar uma outra concretização.

Se recuarmos mais e formos ao tempo de D. Afonso Henriques ainda podemos registar melhorias muito mais significativas, mas é evidente que isto não é um exercício sério (e termino, Sra. Presidente, porque já vi o seu olhar reprovador).

Quero dizer que o que é importante nestas matérias é colocar nos dois lados da balança dois factos: os recursos disponíveis e aquilo que foi feito.

Tendo em conta os recursos disponíveis que o Governo Regional teve ao longo de todo este período e aquilo que foi concretizado, o saldo é negativo. Eu diria mesmo que estes 18 anos representam o período de maior desperdício de sempre da História dos Açores.

O Dr. Avelino poderá comprovar isto que eu digo em relação a estas matérias, mais do foro de História.

Presidente: Sr. Deputado, declaração de voto.

O Orador: Mas este período (termino, Sra. Presidente), significa um período de maior desperdício em relação aos fundos, porque os Açores teve ao longo destas quase duas décadas o maior fluxo financeiro de sempre, Sr. Deputado. E os resultados não são os resultados que possam ser expetáveis...

Deputado André Bradford (PS): Está mal informado!

O Orador: ... para este contributo e este fluxo financeiro, tão importantes.

Presidente: Tem que se cingir à declaração de voto sobre a matéria, Sr. Deputado.

O Orador: Concluindo, Sra. Presidente, saímos daqui com uma iniciativa reprovada por parte de um Governo Regional que o que tem para apresentar até agora é um saldo negativo, ou seja, um problema que a oposição quer resolver e que o Partido Socialista chumbou e continua a chumbar todos os dias, porque as listas de espera aumentam todos os dias.

Deputado Manuel Pereira (PS): Cinco deputados votaram a favor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, considerando que a questão das listas de espera para as cirurgias é um problema complexo, delicado e que afeta milhares de açorianas e de açorianos, considera no entanto que esse problema não pode ser resolvido por decreto.

Aliás, esta proposta do CDS/PP tem o timbre populista e demagógico a que o CDS já nos foi habituando, quer relativamente às matérias da saúde, quer relativamente a outras matérias.

A Representação Parlamentar do PCP considera que o que deve ser encontrado, dentro do Serviço Regional de Saúde, são as suas ineficiências, para rentabilizar e potenciar o Serviço de Saúde, designadamente procurando uma coordenação integrada entre os três EPE da Região. Isso sim! Por essa via sim.

Agora, resolver o problema com um limite máximo de listas de espera por decreto, não me parece que venha resolver o problema e infelizmente, Sr.

Deputado Artur Lima, uma vez mais V. Exa. traz a marca do CDS/PP, do populismo e da demagogia com um assunto que é muito delicado, muito complexo e que afeta muitos milhares de açorianos e de açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fala o homem das utopias!

O Orador: Isso, Sr. Deputado Artur Lima, não é aceitável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirma que a lista de espera cirúrgica e a sua resolução é uma das preocupações mais premente que urge resolver e é isso que o Governo está a proceder no sentido de resolver esta lista de espera através da produção interna e através de mecanismos que melhorem a sua eficiência.

É uma evidência que se trabalha mais e melhor no Serviço Regional de Saúde, que se produz mais e melhor no Serviço Regional de Saúde.

Aumentaram-se em 20% as consultas das especialidades cirúrgicas nos hospitais da Região entre 2009 e 2012; aumentámos as cirurgias em tempos normais e programados em 17% entre 2012 e 2013, o que significa que os recursos disponíveis nos hospitais da Região estão a produzir e com certeza melhorarão a sua resposta.

É neste sentido que com a ajuda do Governo, e dos mecanismos que sob o ponto de vista informático serão encontrados, se melhorará ainda mais a gestão desta lista cirúrgica.

Queria aqui reafirmar em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, de facto, são os doentes e são os utentes a razão de ser do Serviço Regional de Saúde e é para eles que vamos continuar a trabalhar...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... para melhorar a sua qualidade de vida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As listas de espera cirúrgicas são um problema de saúde muitíssimo importante, traduzido bem pelos 9.453 doentes que se encontravam em espera a 28 de fevereiro passado. São esses os números oficiais transmitidos por Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde.

As listas de espera, ao contrário de estagnarem ou se reduzirem, têm estado permanentemente a aumentar.

No maior hospital da Região, no primeiro quadrimestre de 2014, elas aumentaram relativamente ao período homólogo de 2013, 14%.

O PSD acha que mais do que os números, ou tão importante como os números, é o tempo que esses doentes se encontram à espera de ser operados. Há muitos doentes à espera há tempo demasiado.

O PSD reconhece a deficiência nacional e naturalmente regional de anesthesiologistas, que é o principal problema de gestão das listas de espera cirúrgicas.

Entende, no entanto, que ao invés de estarmos à espera da contratação de anesthesiologistas e olharmos diariamente para um aumento progressivo das listas de espera, há que encontrar soluções alternativas.

A solução alternativa proposta pelo PSD no início deste ano passa pela adaptação à Região do SIGIC, que é o programa nacional de doentes em espera cirúrgica.

Entendemos que devemos utilizar as instalações das unidades hospitalares da Região no sentido de, uma vez esgotada a produção cirúrgica em tempo normal,

se criar tempos de produção cirúrgica adicional para além do tempo normal de trabalho, quer em dias de semana, quer aos fins de semana, devendo ser os hospitais da Região financiados para esse desiderato, sendo que dois terços do valor deverão ser referenciados aos hospitais que entrem nesses programas de produção cirúrgica adicional, e um terço para as equipas cirúrgicas desse mesmo programa.

Consideramos que essa é a solução mais adequada, razão pela qual estando de acordo relativamente à definição de um tempo máximo de espera cirúrgica, contido na proposta do CDS/PP, achamos que antes da aplicação do Vale Saúde há que racionalizar em primeiro lugar a utilização das próprias unidades hospitalares da Região.

Muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos o nosso horário regimental, por isso vou encerrar os trabalhos. Regressamos amanhã às 10.

Eram 20 horas.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Procede à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro (reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais), na redação dada pela Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro” – n.º 101/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 06 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 26.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Plano Nacional de Ação para os Direitos da Criança n.º 98/X - 233/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 06 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 07;

Assunto: Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos - n.º 99/X - 235/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 06 – 19

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 07;

Assunto: Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto - 100/X - 236/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 06 – 19

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 09;

Assunto: Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo «on-line» n.º 102/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 06 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 17.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/19/UE, da Comissão, de 6 de fevereiro de 2014, que altera o anexo I da Diretiva n.º 2000/29/CE, do Conselho de 8 de maio, relativa às medidas de proteção contra a introdução no espaço europeu de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e

contra a sua propagação no interior da União Europeia, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro - MAM - (Reg. DL 210/2014).- n.º 106/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 23;

Assunto: Estabelece os princípios orientadores da oferta de educação e formação profissional, designada por ensino e formação profissional dual, de nível secundário, destinada a jovens, no que respeita à organização e gestão do currículo, bem como à avaliação da aprendizagem e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho - MEC - (Reg. DL 238/2014) – n.º 107/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 06 – 016

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 25;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece um regime excecional e temporário de determinação do preço anormalmente baixo em procedimentos de formação de contratos de empreitadas de obras públicas e de serviços relacionados com obras públicas e cria um novo regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantir a execução de contratos de empreitada e subempreitada de obras públicas e de serviços relacionados com obras públicas - ME - Reg. DL. 255/2014 – n.º 108/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 06 – 016

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 14.

4 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, que estabelece o estatuto do gestor público da Região Autónoma dos Açores - n.º 35/X](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2014 – 06 – 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 04;

Assunto: [Atribuição da designação de "Tesouro Regional" à imagem e ao tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres - n.º 36/X](#)

Proveniência: PSD, CDS/PP, BE, PPM, PCP

Data de Entrada: 2014 – 06 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 14;

Assunto: [Passe Social Intermodal e Combinado](#) – n.º 37/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2014 – 06 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 03.

5 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Revoga o artigo 43.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro - com pedido de urgência - n.º 33/X](#) - **Pedido de urgência**

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 06 – 13

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 07;

Assunto: [Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2015 a 2018 – n.º 34/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 06 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 03.

6 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Redução do preço do Passe Social – n.º 75/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2014 – 06 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 03;

Assunto: [Recomenda a realização de um referendo em Portugal a respeito da Reforma do Estado Português \(Monarquia ou República\) – Não foi Admitido por não possuir os requisitos legais n.º 76/X](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2014 – 06 – 17;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 77/X - Recomenda ao Governo Regional o cumprimento do Princípio da Remuneração Complementar, pela reposição aos trabalhadores do setor público \(incluindo o empresarial\) dos valores subtraídos, entre janeiro e junho de 2014, devido à dedução do valor do trabalho extraordinário, na remuneração complementar- Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão – Pedido de Urgência e Dispensa de Exame](#)

em Comissão - n.º 77/X

Proveniência: **BE**

Data de Entrada: **2014 – 07 – 01;**

Assunto: [Estudo analítico sobre jovens açorianos qualificados - n.º 78/X](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2014 – 07 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 04.

7 – Proposta de Resolução:

Assunto: [1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014 – n.º 8/X](#)

Autor: ALRAA

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 04;

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2013 – n.º 9/X](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2014 – 06 – 30

Comissão: Todas as Comissões Permanentes

Data limite do parecer: **Aguarda parecer do Tribunal de Contas**

8 – Requerimentos:

Assunto: [Brucelose bovina](#)

Autores: Renato Cordeiro, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 255X;

Assunto: [Rali ilha das Flores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 06

Referência: 54.07.08 – N.º 256X;

Assunto: [Unidade de Saúde da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 257X;

Assunto: [Deslocação à Unidade de Saúde da ilha do Corvo de médicos especialistas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 258X;

Assunto: [Inspeção Regional das Atividades Económicas em São Jorge](#)

Autora: Ana Espínola (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11

Referência: 54.01.05 – N.º 259X;

Assunto: [Unidade de Saúde da ilha do Corvo – dados de gestão e organização](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 260X;

Assunto: [“Casa da Autonomia”](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 261X;

Assunto: [Funcionamento da Azorina, S.A.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 13

Referência: 54.07.00 – N.º 262X;

Assunto: [O Governo Regional deve um milhão de euros à lavoura devido à seca](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 263X;

Assunto: [Refeições 2014](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 264X;

Assunto: [Cópia do estudo realizado no âmbito da reestruturação da RTP](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 265X;

Assunto: [Que utilização vai ser dada às instalações da Estação Radionaval da Horta?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 266X;

Assunto: [Direito de distribuição de panfletos pela PSP](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 267X;

Assunto: [Ações de formação profissional de divulgação de boas práticas agrícolas realizadas na ilha do Corvo ao longo da atual legislatura](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 268X;

Assunto: [Gabinete do Empreendedor na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 269X;

Assunto: [Classificação da ilha do Corvo como Reserva da Biosfera da UNESCO e a certificação da respetiva produção agrícola.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 20

Referência: 54.07.09 – N.º 270X;

Assunto: [II Jornadas da Ciência dos Açores](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 20

Referência: 54.06.09 – N.º 271X;

Assunto: [Quando serão resolvidos os problemas de fornecimento de gelo às embarcações de pesca em alguns portos da Região?](#)

Autores: Luís Garcia, Jorge Costa Pereira, Jorge Macedo, Judite Parreira, Cláudio Lopes, Luís Rendeiro, António Pedroso João Costa, Paulo Parece e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 272X;

Assunto: [Programação cultural prevista para a ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 273X;

Assunto: [Casa Rui Galvão de Carvalho](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 23

Referência: 54.03.02 – N.º 274X;

Assunto: [Resultados da 1.ª fase das provas finais dos 4.º e 6.º anos nas disciplinas de Português e Matemática.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25

Referência: 54.07.00 – N.º 275X.

9 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Prejuízos nos portos de pesca no Sul do Pico](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 178/X;

Assunto: [Cheiros e fumos produzidos pela central da EDA no Faial são uma ameaça à saúde pública.](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11

Referência: 54.03.07 – N.º 183/X;

Assunto: [Cultura do ananás](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 233/X;

Assunto: [Relatório resultante da ação inspetiva, relativo à conformidade da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de Junho, em todas as escolas do Sistema Educativo Regional](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 237/X;

Assunto: [Pagamentos em atraso aos bombeiros](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 06 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 162/X;

Assunto: [Segurança e proteção dos edifícios escolares](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 06 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 223X;

Assunto: [Torneio de futebol “CUP 2014” – VII Ramo Grande”](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01

Referência: 54.03.03 – N.º 229/X;

Assunto: [Parecer da Direção de Serviços da Atividade Física Desportiva e Instalações em relação à requalificação e cobertura do Polidesportivo do Corvo](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01

Referência: 54.07.09 – N.º 243/X;

Assunto: [Gestão e coordenação da utilização das instalações do Polidesportivo do Corvo e ações de conservação do mesmo por parte da Direção Regional do Desporto](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01

Referência: 54.03.00 – N.º 245/X;

Assunto: [Atlas desportivo regional](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01

Referência: 54.07.00 – N.º 250/X;

Assunto: [Achados arqueológicos na Ilha do Corvo](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01

Referência: 54.07.09 – N.º 252/X;

Assunto: [Bens imóveis, oriundos da ilha do Corvo, que integram o espólio da Rede Regional de Museus dos Açores](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01

Referência: 54.07.09 – N.º 253/X;

Assunto: [Sede da Filarmónica Lira Corvense](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 248/X;

Assunto: [Cadastro do Parque Desportivo Regional](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 249/X;

Assunto: [Agropecuária faialense totalmente biológica - ficção ou realidade?](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 232/X.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Voto de Protesto apresentado pelo grupo municipal do PS

Proveniência: Assembleia Municipal da Povoação

Data de Entrada: 2014 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a enviar o *Relatório de Atividades e Contas*, bem como o *Relatório de Atividades* da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativos ao ano de 2013.

Proveniência: Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins

Data de Entrada: 2014 – 06 – 04;

Assunto: Carta de Agradecimento pelo envio do Voto de Pesar pelo falecimento de José Moreira Figueiredo, aprovado por esta Assembleia

Proveniência: Juvenália Figueiredo

Data de Entrada: 2014 – 06 – 04;

Assunto: Envio de recomendação e relatório técnico

Proveniência: Conselho Nacional de Educação

Data de Entrada: 2014 – 06 – 11;

Assunto: Envio de parecer e relatório técnico

Proveniência: Conselho Nacional de Educação

Data de Entrada: 2014 – 06 – 11;

Assunto: Envio de Pareceres e Recomendação

Proveniência: Conselho Nacional de Educação

Data de Entrada: 2014 – 06 – 11;

Assunto: Relatório anual sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local, referente aos anos de 2012 e 2013 - Publicidade Institucional

Proveniência: Vice-Presidência do Governo – Emprego e Competitividade Empresarial

Data de Entrada: 2014 – 06 – 11;

Assunto: O ofício a solicitar pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Revoga o artigo 43.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro” - n.º 33/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013 – 06 – 13

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 07;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014 – “Cria medidas para a redução do consumo de sacos de plástico”

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013 – 06 – 16;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, as verificações internas de contas de gerência abaixo indicadas:

- Relatório n.º 06/2014-VIC/SRATC (Ação n.º 14-415VIC3) – “Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo”
- Relatório n.º 07/2014-VIC/SRATC (Ação n.º 14-410VIC3) – “Freguesias do Concelho da Praia da Vitória (11)”

Autor: Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2014 – 06– 17;

Assunto: Requerimento de Interpelação ao Governo Regional com o tema "Grupo SATA - presente e futuro"

Autor: PCP

Data de Entrada: 2014 – 06– 18;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre "A Situação Económica e Social da Região Autónoma dos Açores"

Autor: BE

Data de Entrada: 2014 – 06– 18;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada da Proposta de DLR n.º 30/X – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de Outubro, 6/2010/A, 23 de Fevereiro, 3/2012/A, de 13 de Janeiro, 3/2013/A, de 23 de

Maio e 2/2014/A, de 29 de Janeiro, que estabelece o Regime Jurídico da atribuição do Acréscimo Regional à retribuição mínima mensal garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional”

Autor: Governo

Data de Entrada: 2014 – 06– 20;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 77/X - Recomenda ao Governo Regional o cumprimento do Princípio da Remuneração Complementar, pela reposição aos trabalhadores do setor público (incluindo o empresarial) dos valores subtraídos, entre janeiro e junho de 2014, devido à dedução do valor do trabalho extraordinário, na remuneração complementar

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2014 – 06 – 25;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o DLR n.º 9/2014 - Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - COMPETIR

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2014 – 07 – 01;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o DLR n.º 10/2014 - Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2014

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2014 – 07 – 01;

Assunto: Carta de agradecimento pelo envio do Voto de Saudação do Conservatório

Proveniência: A Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Ponta Delgada, Ana Paula Constância

Data de Entrada: 2014 – 07 – 01;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Pesar, aprovado por unanimidade, relativo ao falecimento de Sousa Lima Júnior

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, José Leonardo Silva

Data de Entrada: 2014 – 07 – 01.

11 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalhos

Data de Entrada: 2014 – 07 – 03;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 8/X – 1º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalhos

Data de Entrada: 2014 – 07 – 03;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 07 – 03;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/X - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, que aprova o Programa de acesso à Habitação pela via do arrendamento, designado por Programa Famílias com Futuro](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 06 – 27;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional N.º 30/X – “Adapta à Região](#)

[Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que define o regime jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 07 – 02;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 228/XII/3 - Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 06 – 18;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde - M. Saúde - \(Reg. DL 218/2014\).](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 06 – 18;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 29/X – Tempos Máximos de Resposta Garantidos pela Cirurgia no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 06 – 30;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/X – Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011/A](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 06 – 30;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Estabelece os princípios orientadores da oferta de educação e formação profissional, designada por ensino e formação profissional dual, de nível secundário, destinada a jovens, no que respeita à organização e gestão do currículo, bem como à avaliação da aprendizagem e](#)

procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho - MEC - (Reg. DL 238/2014).” – n.º 107/X

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 06 – 30;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos estabelecimentos de alojamento local - ME - (Reg. DL 205/2014). – n.º 102/X

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 06 – 05;

Assunto: Proposta de Lei n.º 221/XII/3 – “Autoriza o Governo a introduzir disposições de natureza especial em matéria de regime das contraordenações, no contexto da criação de um regime excecional e extraordinário de regularização a aplicar aos estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.” – n.º 93/X

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 06 – 05;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que determina o regime de aprovação do Regulamento dos Livros Genealógicos das Raças, bem como os regulamentos dele decorrentes, e revoga o Decreto-Lei n.º 37/75, de 31 de janeiro e as Portarias n.º 1066/91, de 22 de outubro e n.º 1083/91, de 24 de outubro - MAM - (Reg. DL 213/2014).

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 06 – 13;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que "Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/19/UE, da Comissão, de 6 de fevereiro de 2014, que altera o anexo I da Diretiva n.º 2000/29/CE, do Conselho de 8 de maio, relativa às medidas de proteção contra a introdução no espaço europeu de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da União Europeia, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro" - MAM - \(Reg. DL 210/2014\) – n.º 106/X](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 06 – 26;

Assunto: [Projeto de Resolução — “Diversificação tarifária e promoção de tarifários sociais da eletricidade”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 03;

Assunto: [Projeto de Resolução — “Posição Geoestratégica dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 03.

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 65, 66, e 67, bem como a Separata n.º 3.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 61, 62, 63 e 64 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como a Separata n.º 2 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As redatoras: Ana Sofia Machado e Maria da Conceição Fraga Branco